

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM  
DESENVOLVIMENTO URBANO**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Urbano do curso de Pós- Graduação Stricto-Sensu.

**DE TAPUITAPERA A VILLA D'ALCANTRA  
COMPOSIÇÃO URBANA E ARQUITETÔNICA DE  
ALCÂNTARA NO MARANHÃO**

**Grete Pflueger**

**Banca Examinadora:**

**Profa Dra. Virgínia Pitta Pontual  
Orientadora**

**Prof. Dr. Ney de Brito Dantas  
(examinador interno)**

**Prof. Dr. José Luis Mota Menezes  
(examinador externo)**

**UFPE, 24 de julho de 2002.**

## ***AGRADECIMENTOS***

À Universidade Estadual do Maranhão, pela realização do mestrado em São Luís.

À Universidade Federal de Pernambuco, mestrado em Desenvolvimento Urbano - MDU e ao Centro de Conservação Integrada - CECI pela parceria firmada durante o curso.

Aos professores da Universidade Federal de Pernambuco, Virginia Pontual, Thomas Lapa, Ana Rita, Lucia Leitão, Fátima Furtado, De la Mora, Silvio Zanquetti e Norma Lacerda pela empatia e interação com os alunos e com as questões locais.

Ao curso de Arquitetura e Urbanismo, em especial a Marluce Wall e Alex Oliveira pelo esforço para realização do convênio.

Aos professores do curso de Arquitetura, colegas do mestrado, parceiros nessa empreitada Hermes Fonseca, Célia Mesquita, Bárbara Prado, Marluce Wall, Chico Maranhão, Zé Marcelo do Espírito Santo, Phelipe Andrés, Frederico Burnett, Márcia Marques, Carlos Coelho, Margareth Figueiredo, Therezinha, Lúcia Nascimento, Luciana Caracas, Zé Antonio e Deborah Garreto e especialmente Thais Zenkner pelas angústias e horas de estudos divididas.

À orientadora, Professora Virginia Pontual pela dedicação, persistência, preocupação e parceria ao longo do trabalho.

A minha família, especialmente meus pais Ernest e Theresa, pelo apoio incondicional, minhas irmãs Silvia e Lúcia pelo incentivo permanente e meus irmãos Fabio e Oswaldo pelas horas ocupadas em seus computadores. A Harms e Cia. pela ajuda com computadores e impressoras.

Ao meu marido, José Wilson, pela ajuda com as meninas, e a Juliana e Luísa, minhas filhas pela compreensão e paciência.

À historiadora Glória Correa, pelos valiosos conselhos e pela oportunidade o acesso a documentos sobre o Maranhão.

Ao arqueólogo Deusdedit Leite Filho por dividir as inquietações sobre os mapas e pelo empréstimo de seus livros.

A Mariana Sirene, incansável na correção e normalização do documento, além de companheira nas horas de agonia e corrida contra o tempo.

A Pedro Alcântara, pela confiança em deixar seus escritos e pela semente da inquietação sobre Alcântara e incentivo à pesquisa plantada desde os tempos de Rio de Janeiro.

À amiga Márcia Jardim, pela incansável ajuda no Rio de Janeiro no acesso ao acervo da Mapoteca do Itamaraty.

**A Juliana e Luísa, minhas filhas.**

## **Resumo**

*Estudo sobre a formação da cidade de Alcântara no Maranhão, estabelecendo um diálogo entre o urbanismo e a história, por meio da caracterização da composição urbana e arquitetônica da cidade nos diferentes momentos da formação, questionando a existência do planejamento urbano na perspectiva de que o resgate da formação urbana é um instrumento fundamental à compreensão dos dilemas do planejamento urbano da cidade atual. A cronologia de longa duração percorre três séculos investigando inicialmente as origens da cidade a partir da hipótese da povoação transitória de Nazaré e da aldeia indígena Tapuitapera, ponto estratégico de passagem dos conquistadores europeus no século XVI, a aldeia religiosa de Santo Antonio D'Alcantra no século XVII marcada pela presença religiosa até a sede da aristocracia rural agro exportadora de algodão do século XVIII, quando finalmente consolida sua formação urbana e arquitetônica. Estabelecendo –se uma comparação com a cidade de Mariana em Minas Gerais dentro do contexto do Barroco.*

## **Abstract**

*This is a study about the formation of the city of Alcântara in Maranhão, establishing a dialogue between urbanism and history through the characterization of the city's urban and archietectonic composition at the diferent moments of formation, questioning the existence of urban planning in the prospective that the rescue of thje urban formation is a fundamental instrument to understand the urban plannning dilemmas of the city nowadays. The long –term chronology covers three centuries investigating the origins of the city from the Nazaré's ephemeral population hyphotesis and the “Tapuitapera”indigenous village which was a strategic gateway for the European conquerors in the XVI centurys:Santo AntonioD'alcantra religious village in the XVII century was marked by strong religious presence up to the rural aristocracy that used to export cotton in the XVIII century when it finally consolidates its urban and architectonic formation.We establish then a comparison with the city of Mariana in Minas Gerais a baroque context.*

## SUMÁRIO

|                                                                                   | p.        |
|-----------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>INTRODUÇÃO.....</b>                                                            | <b>9</b>  |
| <br><b>CAPITULO 1</b>                                                             |           |
| <b>PRESSUPOSTOS GERAIS</b>                                                        | <b>16</b> |
| <b>1.1</b> Fontes e Métodos de Pesquisa.....                                      | <b>16</b> |
| <b>1.2</b> Conceitos e Referências Teóricas.....                                  | <b>22</b> |
| <b>1.3</b> Principal Debate: Cidades Portuguesas, Planejadas Ou espontâneas?..... | <b>25</b> |
| <b>1.4</b> O Barroco no Brasil:O Caso de Mariana em Minas Gerais.....             | <b>29</b> |
| <b>1.4.1</b> O Barroco Como Concepção de Mundo e o Urbanismo Barroco.....         | <b>29</b> |
| <b>1.4.2</b> Mariana: Cidade Espontânea ou Planejada.....                         | <b>32</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 2</b>                                                             |           |
| <b>ALCÂNTARA HOJE</b>                                                             | <b>35</b> |
| <b>2.1</b> Localização e Características do Território.....                       | <b>35</b> |
| <b>2.1.1</b> Tombamento de Alcântara.....                                         | <b>37</b> |
| <b>2.1.2</b> Implantação do Centro de Lançamentos.....                            | <b>38</b> |
| <b>2.2</b> Características Culturais .....                                        | <b>39</b> |
| <b>2.2.1</b> As manifestações culturais.....                                      | <b>37</b> |
| <b>2.2.2</b> Aspectos econômicos.....                                             | <b>38</b> |
| <b>2.3</b> Composição Urbana e Arquitetônica.....                                 | <b>42</b> |
| <b>2.3.1</b> Composição urbana (características).....                             | <b>42</b> |
| <b>2.3.2</b> Composição arquitetônica.....                                        | <b>45</b> |
| <b>2.4</b> Problemas de Alcântara face ao Planejamento da Conservação.....        | <b>49</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 3</b>                                                             |           |
| <b>ALDEIA INDÍGENA E A PRESENÇA DOS CONQUISTADORES</b>                            |           |
| <b>SECULO XVI</b>                                                                 | <b>52</b> |
| <b>3.1</b> Os Índios e a Organização Espacial.....                                | <b>58</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 4</b>                                                             |           |
| <b>A ALDEIA RELIGIOSA DE SANTO ANTONIO D’ALCÂNTARA</b>                            |           |
| <b>SÉCULO XVII</b>                                                                | <b>65</b> |
| <b>4.1</b> Presença Francesa Em Alcântara - 1612-1615.....                        | <b>65</b> |
| <b>4.2</b> Relações entre São Luís e Alcântara.....                               | <b>70</b> |
| <b>4.3</b> Eleição Da Vila De Alcântara.....                                      | <b>72</b> |
| <b>4.4</b> Composição Urbanística.....                                            | <b>74</b> |
| <br><b>CAPÍTULO 5</b>                                                             |           |
| <b>A VILLA DE SANTO ANTONIO D’ALCÂNTARA</b>                                       |           |
| <b>SÉCULO XVIII</b>                                                               | <b>81</b> |
| <b>5.1</b> O Apogeu Econômico e a Aristocracia Rural Agro-Exportadora.....        | <b>81</b> |
| <b>5.2</b> O Estudo de Pedro Alcântara.....                                       | <b>85</b> |
| <b>5.3</b> A Composição Urbana de Alcântara no Século XVIII.....                  | <b>88</b> |
| <b>5.3.1</b> O Sítio.....                                                         | <b>90</b> |

|         |                                                                         |     |
|---------|-------------------------------------------------------------------------|-----|
| 5.3.2   | Os Conjuntos urbanos.....                                               | 91  |
| 5.3.2.1 | O Conjunto urbano da Praça da Matriz.....                               | 91  |
| 5.3.2.2 | O Conjunto urbano do Carmo.....                                         | 97  |
| 5.3.2.3 | O Conjunto urbano das Mercês.....                                       | 97  |
| 5.3.3   | Traçado.....                                                            | 97  |
| 5.3.4   | Fontes.....                                                             | 103 |
| 5.4     | Comparação com a cidade de Mariana em Minas Gerais no século XVIII..... | 104 |
| 5.4.1   | Os conjuntos urbanos.....                                               | 105 |
| 5.5     | A composição arquitetônica de Alcântara no século XVIII.....            | 108 |
| 5.5.1   | Arquitetura civil urbana de Alcântara.....                              | 108 |
| 5.5.2   | Os materiais de acabamento.....                                         | 114 |
| 5.5.3   | A arquitetura religiosa.....                                            | 122 |
|         | <b>CONCLUSÃO</b> .....                                                  | 129 |
|         | <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....                                               | 132 |

## ÍNDICE DE FIGURAS

### CAPÍTULO 2

- 2.1 **PLANTA CADASTRAL DE ALCÂNTARA**, 1970 , arquivo do arquiteto Pedro Alcântara..... 43
- 2.2. **PLANTA DIGITAL DA CIDADE DE ALCÂNTARA**, em GPS, 2000 acervo Prefeitura Municipal..... 43
- 2.3 **CROQUI DA IGREJA MATRIZ. LEFÈVRE**, Reneé e **COSTA** filho, Odylo. Maranhão: São Luís e Alcântara. São Paulo, 1971. Cia. Editora Nacional, EDUSP, p. 37. 47

### CAPÍTULO 3

- 3.1 **MAPA DAS CAPITANIAS DO BRASIL** - de Luís Teixeira, 1574, Mapoteca do Itamaraty Rio de Janeiro, reproduzido do livro de Mário Meireles - João de Barros, primeiro donatário do Maranhão.ALUMAR1996..... 54
- 3.2 **FRAGMENTO DE MAPA - BRASILIA** - autoria de Arnold F. Van Langeren de 1595, 57 reproduzido da pesquisa de Alcântara na história, de Pedro Alcântara, mimeo.
- 3.3 **GRAVURAS DOS ÍNDIOS**, publicadas no livro “Sur La France Équinoxiale” de 59 Nicolas Fornerod, 2001.....

### CAPÍTULO 4

- 4.1 **GRAVURA COM TRAÇADO DE SÃO LUÍS,1647**, retirada do CDRoom, REIS Filho, Nestor Goulart. Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial..... 71
- 4.2 **PLANTA DE SÃO LUÍS, 1759** – autoria não identificada; é um detalhe de um Manuscrito original em tons amarelados existente na Torre do Tombo de Lisboa, publicado no livro “Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial”. REIS Filho, Nestor Goulart, 2000..... 71
- 4.3 **PROVÍNCIA DO MARANHÃO – 1631**, é a 33ª carta contida no Portugalia Monumenta cartográfica e o número 176, do catálogo da mapoteca do Itamaraty - RJ, por João Teixeira Albernaz, o velho. Redução do livro de ADONIAS, Isa. .... 77
- 4.4 **DEMONSTRAÇÃO DO MARANHÃO ATE O RIO DAS PREGUIÇAS – 1666** - é o número 180, do catálogo da Mapoteca do Itamaraty; o mapa esta contido no Livro “De toda a costa da Província de Santa Cruz, por João Teixeira Albernaz, o moço. ADONIAS, Isa. Op. Cit..... 77
- 4.5 **ESTUDO DA FORMAÇÃO DE ALCANTÂRA NO SÉCULO XVII**. Mapa base 1970, por Grete Pflueger..... 81

### CAPÍTULO 5

- 5.1 **ESTUDO DE PEDRO ALCÂNTARA** – Croquis da formação urbana no séc. XVIII..... 87
- 5.2 **TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO DO MAPA 1755 SOBRE MAPA BASE**

|      |                                                                                                                                                                                                                                                       |     |
|------|-------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----|
|      | <b>DE 1970.</b> PFLUEGER,Grete.2002.....                                                                                                                                                                                                              | 89  |
| 5.3  | <b>VISTA AÉREA DA PRAÇA DA MATRIZ</b> em Alcântara,retirada do Livro “Arquitetura luso-brasileira no Maranhão. SILVA, Olavo Pereira da. Belo Horizonte: 1998, Ed. Formato, p. 25.....                                                                 | 92  |
| 5.4  | <b>CROQUI DO PELOURINHO EM ALCÂNTARA.</b> PFLUEGER, Grete. 2002.....                                                                                                                                                                                  | 93  |
| 5.5  | <b>CASA DE CÂMARA E CADEIA EM ALCÂNTARA.</b> CUNHA, Gaudêncio. Maranhão 1908, p. 152.....                                                                                                                                                             | 94  |
| 5.6  | <b>DEMONSTRAÇÃO DA VILA E PORTO DE TAPUITAPERA</b> , 1789, Mapoteca do Itamaraty, reproduzido do CDRoom “Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial”, REIS Filho Nestor Goulart, 2000.....                                                        | 96  |
| 5.7  | <b>IDENTIFICAÇÃO DAS IGREJAS E PORTO</b> no mapa 1789,Grete Pflueger.....                                                                                                                                                                             | 96  |
| 5.8  | <b>PLANTA DA VILA DE ALCÂNTARA, 1755,</b> autoria não identificada, original existente na Torre do Tombo de Lisboa, publicado no livro “Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial”. REIS Filho, Nestor Goulart. 2000.....                        | 102 |
| 5.9  | <b>IDENTIFICAÇÃO DE RUAS E IGREJAS</b> da planta de 1755, por PFLUEGER, Grete.....                                                                                                                                                                    | 102 |
| 5.10 | <b>CROQUI DA FONTE DAS PEDRAS EM ALCÂNTARA.</b> PFLUEGER, Grete. 2002.                                                                                                                                                                                | 103 |
| 5.11 | <b>CROQUI DA FONTE DA MIRITITUA , em ALCÂNTARA.</b> PFLUEGER, Grete. 2002.....                                                                                                                                                                        | 103 |
| 5.12 | <b>PLANTA DA CIDADE DE MARIANA-MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII</b> ,livro “Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial”.REIS Filho,Nestor Goulart. 2000.....                                                                                            | 107 |
| 5.13 | <b>MAPA SÍNTESE DE MARIANA-MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII</b> ,Fonseca, Claudia Damasceno. Do arraial á cidade: a trajetória de Mariana no contexto do urbanismo português. In Universo urbanístico Português (1415-1822), Lisboa 1998, p. 267 a 300..... | 107 |
| 5.14 | <b>COMPARAÇÃO DO ALÇADO POMBALINO</b> (Pelouro da Reabilitação de Lisboa), com o CROQUI DE CÍRO LIRA e a foto dos SOBRADOS DA PRAÇA MATRIZ.....                                                                                                       | 110 |
| 5.15 | <b>ESTUDO DAS FACHADAS DA ARQUITETURA CIVIL EM ALCÂNTARA.</b> PFLUEGER, Grete. 1999.....                                                                                                                                                              | 112 |
| 5.16 | <b>PLANTA BAIXA MORADA INTEIRA E SOBRADO.</b> PFLUEGER, Grete. 2002.....                                                                                                                                                                              | 112 |
| 5.17 | <b>CROQUI DOS ELEMENTOS DO SOBRADO.</b> PFLUEGER, Grete. 1989.....                                                                                                                                                                                    | 113 |
| 5.18 | <b>CROQUIS DE FECHADURAS E ALDRABAS DE SÃO LUIS E ALCÂNTARA.</b> SILVA, Olavo Pereira da. Arquitetura Luso Brasileira no Maranhão. 1998, p. 74                                                                                                        | 117 |
| 5.19 | <b>CROQUIS DE GRADIS DE SÃO LUIS E ALCÂNTARA.</b> SILVA, Olavo Pereira da. Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão. 1998, p. 77.....                                                                                                                  | 117 |
| 5.20 | <b>ESQUADRIAS DE SÃO LUIS E ALCÂNTARA.</b> SILVA, Olavo Pereira da. Arquitetura Luso Brasileira no Maranhão. 1998, pág. 36.....                                                                                                                       | 118 |
| 5.21 | <b>ALJUBE EM MARIANA.</b> RODRIGUES, José Wasth. Documentário Arquitetônico, p. 142.....                                                                                                                                                              | 120 |
| 5.22 | <b>CASA DO DIVINO EM ALCÂNTARA</b> do Guia dos Bens Tombados do Maranhão, p. 4.....                                                                                                                                                                   | 120 |
| 5.23 | <b>CASA DE CÂMARA E CADEIA DE MARIANA</b> Croqui de José Washt Rodrigues op.cit.....                                                                                                                                                                  | 123 |
| 5.24 | <b>CASA DE CÂMARA E CADEIA DE ALCÂNTARA.</b> Croqui de Olavo Pereira da Silva.op.cit.....                                                                                                                                                             | 123 |
| 5.25 | <b>ESTUDO DAS FACHADAS DA ARQUITETURA RELIGIOSA EM ALCÂNTARA.</b> Croqui de PFLUEGER, Grete. 1999.                                                                                                                                                    | 125 |

## INTRODUÇÃO

A escolha de Alcântara como objeto de estudo é fruto de um interesse pessoal pela cidade histórica, tombada pelo Patrimônio Federal em 1948, e pesquisada anteriormente em várias situações: em bolsa de iniciação científica do CNPq em 1989, com orientação do arquiteto Antônio Pedro Gomes de Alcântara do IPHAN-RJ; em monografia do curso de especialização em Metodologia do Ensino superior (1997); em discussões acadêmicas no âmbito da Universidade Estadual do Maranhão e em disciplinas teóricas do curso de Arquitetura e Urbanismo.

A trajetória de Alcântara é construída a partir de Aldeia Tupinambá Tapuitapera, ponto estratégico na conquista do território maranhense no século XVI - XVII e testemunha das presenças francesa, portuguesa e holandesa no Estado. A aldeia indígena transformou-se na aldeia religiosa portuguesa, sendo elevada à categoria de vila de Vila de Santo Antônio de Alcântara, em 1648.

Alcântara foi um marco da catequese do século XVII, estruturada em torno dos conjuntos urbanos religiosos: Igreja e Convento do Carmo e Igreja e Convento das Mercês centralizadas pela Praça da Matriz, onde foram implantados o Pelourinho, a Casa de Câmara e cadeia e a Igreja Matriz de São Mathias. Não havia nesse momento planejamento urbano e os caminhos entre os largos configuravam as ligações que dariam origem ao traçado do século XVIII.

Nó século XVIII a vila tornou-se a sede da aristocracia rural agro exportadora de algodão, apresentando uma formação urbana de ruas e quadras em torno dos elementos originais conformando um traçado que envolve os principais conjuntos religiosos onde a arquitetura civil se consolidou. Esse traçado analisado a partir da cartografia de 1755 e 1789 demonstra a articulação entre os elementos originais e as edificações. Hoje algumas pistas nos revelam as reminiscências desse passado, a arquitetura civil do século XVIII e as ruínas das igrejas e dos sobrados.

Da tríade original: Igreja e Convento Mercês, Igreja da Matriz e Igreja e Convento do Carmo, só restou, em pé, completa, a Igreja do Carmo. Da Igreja e convento das Mercês só restou o baldrame transformado em praça e da igreja Matriz restou a ruína da fachada; além de ruínas religiosas há um expressivo numero de ruínas de edificações civis. E nos perguntamos qual o significado das ruínas? Permanência, teimosia ou resistência? Ruas inteiras, que antes representavam a sociedade emergente, transformaram-se em ruínas ,símbolo do abandono, da decadência e da permanência silenciosa, com a vegetação encobrendo caminhos.

Essas constatações nos motivaram a questionar a formação da cidade e rejeitar a cultura da decadência imposta pelas razões econômicas que desativaram a sede da aristocracia rural agro-exportadora, levando ao esquecimento o significado dos monumentos marcados pelo processo de arruinamento. Deste modo, a cidade histórica de Alcântara enfrenta hoje um grave problema de transformação do seu espaço urbano devido à desapropriação, através de Decretos estadual e federal, de mais da metade do seu território, na década de 80, para implantação do Centro de Lançamentos de foguetes - CLA<sup>1</sup>.

Este processo, que incluiu remanejamento e deslocamento compulsório de centenas de famílias de comunidades rurais remanescente dos escravos para agrovilas inadequadas à tradição cultural, gerou desagregações social e urbana, provocando, na década de 90, um êxodo para o centro histórico, sede do município. E o resultado foi uma crescente favelização do núcleo histórico que começou com a ocupação das encostas e dos mangues ao longo da avenida deanel de contorno e hoje se estende às áreas de interesse arqueológico, remanescentes do traçado onde estão situadas as ruínas de antigos monumentos em alguns casos completamente desconhecidos da comunidade. O esquecimento dos marcos da cidade nos fez perceber que a cidade estava perdendo alguns pontos de referência e que o crescimento desordenado os apagara definitivamente.

A percepção desse processo foi possível durante dois anos de experiência profissional em Alcântara (1997-1999), onde se constatou que os problemas do inchamento da periferia, da decadência cultural e econômica da cidade estavam ligados a uma realidade histórica distante, tanto quanto ao passado colonial quanto ao futuro da base espacial, situações opostas que passaram a demonstrar como a memória da formação daquela cidade estava perdida no tempo.

Naquele ano de 1997 houve a oportunidade de questionar novamente aspectos da formação de Alcântara, com o arquiteto Pedro Alcântara, que realizava consultoria para o processo de inclusão de São Luis na lista de patrimônio mundial da UNESCO. Parte das conversas e inquietações estão presentes neste trabalho, incentivadas pelos manuscritos deixados por Pedro para leitura e amadurecimento e pelo seu incentivo à continuidade do trabalho por ele iniciado. Lamentavelmente, seu falecimento interrompeu nosso diálogo deixando apenas o desejo de responder e investigar questões pendentes.

Posteriormente, quando a planta com o traçado de Alcântara de 1755 foi publicada em 2001 entrevistou-se informalmente a arquiteta Dora Alcântara, sua esposa, sobre a inclusão dessa informação na pesquisa e o efeito causado pela constatação de um traçado no século XVIII. Sua resposta foi de que certamente ele revisaria suas considerações acerca da sua afirmação de que

---

<sup>1</sup> Centro de Lançamento de Alcântara, base militar para lançamento de foguetes.

Alcântara tinha sido construída sem uma intenção prévia, nem obedecendo a regras de construção de cidade.

Dentre tantas razões, pessoais e profissionais passou-se a investigar os elementos de análise do espaço urbano dentro de um contexto maior que conectasse Alcântara à rede urbana do Brasil Colonial. Entendeu-se que, para compreender a cidade atual seria necessário um mergulho no passado. Um entendimento da formação do espaço urbano ao longo dos três séculos da história da cidade na busca das especificidades da formação urbana.

A busca das especificidades passa pela resposta das seguintes hipóteses:

- a) Alcântara como uma cidade portuguesa foi construída a partir de um plano prévio; sua formação foi espontânea ou planejada?
- b) Alcântara como uma cidade portuguesa teve ao longo da história de sua formação períodos de construção sem obedecer a regras urbanísticas e em outros seguiu preceitos do urbanismo barroco?

Observou-se que, embora Alcântara tenha sido amplamente estudada e pesquisada por uma geração de historiadores maranhenses, que muitos nos honraram no século XIX, como César Marques, Jerônimo Viveiros e Antonio Lopes, as dificuldades e desleixos com os documentos antigos no nosso Estado e a limitação de acesso às fontes primárias, em sua maioria arquivadas em Instituições européias, especialmente portuguesas, como a Torre do Tombo ou o Arquivo Ultramarino de Lisboa, dificultaram uma reconstituição da história urbana, que ainda é repleta de pontos obscuros, dúvidas e imprecisões discutidas e apontadas pela nova geração de historiadores do século XX, como Carlos Lima e Mário Meireles, e pelas reflexões do arquiteto Pedro Alcântara.

Não obstante, o esforço permanente desses historiadores, suas pesquisas limitavam-se as dimensões político e econômicas, relegando os aspectos urbanos e a formação da cidade, inclusive em razão das dificuldades de acesso aos mapas e plantas da cidade.

No Brasil, ressalte-se a importância da publicação em 2000 do Livro “*Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial*”, de Nestor Goulart Reis Filho, que reuniu um número expressivo de mapas e gravuras de todos os Estados brasileiros em uma publicação de qualidade, possibilitando o estudo comparativo entre cidades assim como o acesso ao acervo cartográfico de Instituições européias e brasileiras.

A formação das cidades brasileiras no contexto do “Universo Urbanístico Português” tem sido objeto de ampla investigação por parte de historiadores, arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses preocupados em desvendar aspectos obscuros das nossas origens urbanas.

As recentes dissertações e teses apresentadas nas academias, as novas abordagens desenvolvidas, resultantes de seminários e Congressos Internacionais, as coletâneas de estudos realizadas e especialmente a parceria e interação na pesquisa entre os governos brasileiro e português, por ocasião das comemorações dos “500 anos” de descobrimento do Brasil, possibilitaram um novo olhar sobre as cidades, compartilhando idéias e teorias, graças à abertura dos arquivos e ao acesso à documentação histórica primária (como as do Arquivo Ultramarino de Lisboa referentes a cada Estado brasileiro) e a cartografia antes desconhecida do século XVII e XVIII.

Nessa perspectiva, esta dissertação busca resgatar a formação da cidade de Alcântara, estabelecendo um diálogo entre o Urbanismo e a História, por meio da caracterização da configuração urbanística e arquitetônica da cidade assim como contribuir para a discussão da polêmica acerca das cidades portuguesas serem planejadas ou espontâneas.

A pesquisa foi feita através do levantamento de fontes primárias, como documentos, manuscritos, narrativa dos memorialistas, cartografia histórica e dos estudos e relatórios que possibilitaram a compreensão da configuração urbanística da cidade e a definição das categorias de análise, considerando-se as especificidades do objeto de estudo. Também das fontes secundárias bibliográficas de autores maranhenses sobre aspectos da história da cidade e do Estado e de uma bibliografia geral de suporte à pesquisa, percorrendo-se arquitetura, urbanismo, metodologia e história.

Essas fontes foram levantadas em Instituições de São Luís<sup>2</sup>, de Alcântara<sup>3</sup> e do Rio de Janeiro<sup>4</sup> em busca de pontos obscuros da formação da cidade para confrontá-los com a pesquisa de historiadores maranhenses e com os relatórios do arquiteto Pedro Alcântara, do IPHAN, do Rio de Janeiro.

O contato com o universo da cartografia e sua simbologia na Mapoteca do Itamaraty, a riqueza de detalhes das gravuras antigas e o conteúdo histórico do Livro Grosso do Maranhão, ambos do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a experiência na transcrição de documentos antigos no IHGB -RJ, o contato com livros raros como o de Yves D’Evreux na Biblioteca Pública de São Luís e o encantamento pela narrativa dos memorialistas foram experiências vividas durante a pesquisa inicial que nos trouxe a curiosidade da pesquisa histórica e suas descobertas.

Os conceitos-chave utilizados foram a formação urbana de caráter histórico e as categorias de análise coletadas estão presentes nas obras de Nestor Goulart Reis Filho e Paulo Santos, entretanto, adotou-se aquelas apropriadas à cidade de Alcântara, ao recorte temático e às fontes primárias e secundárias levantadas, quais sejam: a implantação do sítio, a arquitetura religiosa, os

---

<sup>2</sup> Biblioteca Pública, Casa Josué Montello, Arquivo Público, 3 <sup>a</sup>SR IPHAN, PRODETUR, IHGB do Maranhão.

<sup>3</sup> Cartório, Prefeitura Municipal e Museu Histórico de Alcântara.

<sup>4</sup> Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, Museu e mapoteca do Itamaraty, Real Gabinete de Leitura Portuguesa, IHGB, IPHAN e MEC.

conjuntos urbanos e o traçado (ruas e quadras) e fontes. Para complementar essa análise, estabeleceu-se a comparação com uma cidade portuguesa no século XVIII, tendo sido escolhida a cidade histórica de Mariana em Minas Gerais.

A escolha de Mariana deveu-se a algumas similaridades e diferenças significativas para análise. A origem de Alcântara está na aldeia religiosa e a de Mariana, no arraial de mineração, porém em ambas observou-se a importância dos conjuntos religiosos do Carmo como articuladores do espaço, a presença da praça central com Casa de Câmara e cadeia e pelourinho, a implantação do sítio próximo ao rio e a passagem de uma formação urbana espontânea ligado às origens (século XVII) para uma outra estabelecida por um traçado com relativa regularidade no século XVIII.

Assim como o estudo do arquiteto Pedro Alcântara serviu de referência para este trabalho, tomar-se-á ainda como referência o estudo desenvolvido pela arquiteta Cláudia Damasceno Fonseca sobre a cidade de Mariana, especialmente no que se refere às conclusões de sua pesquisa confrontando-se as abordagens de ambos os pesquisadores com as nossas.

A configuração arquitetônica de Alcântara foi analisada considerando-se as categorias colocadas por Olavo Pereira da Silva filho, no livro *Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão: implantação; fachadas, ferragens, esquadrias, alvenarias, pisos, coberturas, revestimentos, forros e escadas* com a contribuição dos estudos de Dora Alcântara sobre a morada térrea e o sobrado onde se ressaltam alguns aspectos das similaridades e das diferenças com as características arquitetônicas da cidade de Mariana – MG. Para tal utiliza-se o trabalho de José Washt Rodrigues e Afonso Ávila, destacando-se os principais elementos da arquitetura civil Barroca.

A tipologia arquitetônica encontrada em Alcântara e em Mariana reflete a influência do “Alçado pombalino”, módulo desenvolvido para reconstrução de Lisboa no século XVIII. Nas duas cidades é encontrada a arquitetura civil dos sobrados de cinco portas e cinco janelas, com um ritmo de vãos similares. Cada uma com sua especificidade, em Alcântara, ornamentos mais simples; em Mariana, mais clássicos com uma leitura de elementos decorativos mais barroca em mais requintes de acabamento. Algumas diferenças podem ser claramente observadas, como por exemplo, o uso da pedra de cantaria em Alcântara e da pedra sabão em Mariana, os oratórios em Mariana e os passos em Alcântara. Algumas edificações são peculiares como as duas Casas de Câmara e Cadeia e o Aljube ou casa dos padres, parecidas e diferentes ao mesmo tempo. São as diferenças e similaridades que serão confrontadas no estudo da configuração arquitetônica.

O trabalho divide-se em cinco capítulos. No **Capítulo 1**, denominado **Pressupostos Gerais** (teórico metodológicos) descreve-se os acervos pesquisados e as fontes consultadas primárias

e secundárias, o método utilizado, os principais conceitos e referências teóricas e as questões principais e debates sobre o planejamento urbano das cidades coloniais.

No **Capítulo 2**, Alcântara Hoje, caracteriza-se a cidade atual e seus problemas urbanos através de informações básicas como a localização geográfica, dados populacionais e relações de interdependência com São Luis. Demonstra-se sua importância como sítio histórico tombado pelo Patrimônio Federal em 1948 e se tecem considerações sobre a configuração urbanística e arquitetônica da cidade, reforçando-se a necessidade do entendimento da formação histórica da cidade como instrumento fundamental a compreensão dos dilemas do planejamento urbano hoje.

No **Capítulo 3**, inicia-se a cronologia de longa duração com o século XVI - a aldeia religiosa e a presença dos conquistadores. Nesse capítulo trata-se da hipótese da povoação transitória de Nazaré, símbolo das primeiras investidas no território maranhense e da posição estratégica das terras alcantarenses. Descreve-se a aldeia tupinambá Tapuitapera, com ênfase ao entendimento do indígena no processo de colonização através da narrativa dos memorialistas, especialmente de D'Abbeville e D'Evreux quanto à visão do paraíso, a perplexidade com os hábitos indígenas e as descobertas do Novo Mundo.

No **Capítulo 4**, aborda-se o século XVII, da elevação da aldeia religiosa a Vila de Santo Antonio D'Alcantra em 1648, analisando-se a presença da aldeia e vila na cartografia de 1631 e 1666 e construindo o contexto histórico das ordens religiosas e do sistema do padroado na colônia. A composição urbana e arquitetônica de vila é analisada através da implantação dos três conjuntos originais, a Praça da Matriz, o Convento do Carmo e o Convento das Mercês. Reconhecendo-se a arquitetura religiosa como principal elemento na formação dos conjuntos urbanos articuladores do espaço.

A implantação da arquitetura religiosa é o fator importante na consolidação da composição urbana da vila analisada a partir das categorias: a implantação do sítio, a arquitetura religiosa, os caminhos e largos.

No **Capítulo 5**, trata-se o século XVIII inicialmente com o entendimento do contexto histórico da sede da aristocracia rural agro exportadora de algodão. A consolidação da composição urbana da Vila de Santo Antônio de Alcântara é analisada através da cartografia do século XVIII – 1755 e 1789, dos estudos de Pedro Alcântara, a partir das categorias de análise da formação dos núcleos coloniais, retiradas da obra de Nestor Goulart Reis Filho e Paulo Santos, determinadas dentro da especificidade da cidade no período, resultando no estudo da formação, feito com a transferência das informações dos mapas históricos no mapa e das datas de construção das edificações, utilizando-se como base o mapa de Alcântara da década de 70.

Aspectos da formação urbana de Alcântara são confrontados com a pesquisa desenvolvida pela arquiteta Claudia Damasceno Fonseca sobre a cidade de Mariana , onde ela coloca que a cidade é formada pela sobreposição de diferentes momentos do planejamento , desde sua origem espontânea como arraial religioso de Nossa Senhora do Carmo até a vila planejada pelo Engenheiro Alpoim no século XVIII. Suas conclusões nos permitiram compreender o processo de formação de Alcântara e seus diferentes momentos .

A composição arquitetônica é analisada pela influência do “Alçado Pombalino”, do Marques de Pombal, decorrente da reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755, a partir de categorias estabelecidas dentro das características dominantes tendo como suporte o estudo de Olavo da Silva sobre arquitetura luso-maranhense, estabelecendo-se uma comparação com a cidade de Mariana em Minas Gerais.

Por fim, na conclusão retoma-se algumas questões relativas à formação urbana com as características de cada século, reafirmando-se a questão da existência de diferentes momentos do planejamento urbano.

# **CAPITULO 1**

## **PRESSUPOSTOS GERAIS**

### **1.1 FONTES E MÉTODOS DE PESQUISA**

Nesta pesquisa utiliza-se o método histórico em um período de longa duração (séculos XVI ao XVIII) na busca das especificidades cronológicas da formação da cidade de Alcântara compreendendo todas as etapas da formação histórica desde o período das navegações e povoações transitórias do século XVI, a aldeia tupinambá “Tapuitapera” até a vila religiosa portuguesa de Santo Antonio D’Alcantra do século XVIII.

No método histórico o primeiro passo é pesquisar documentos, conhecê-los e classificá-los. Esta etapa pressupõe conhecer os acervos existentes na cidade para a busca inicial de documentos, livros, plantas e informações sobre o objeto de estudo. Desta forma o levantamento das fontes primárias (arquivísticas, iconográficas e bibliográficas) e das fontes secundárias bibliográficas foi realizado em acervos de Instituições de São Luis, Alcântara e Rio de Janeiro. Consideram-se como fontes primárias bibliográficas os livros dos memorialistas franceses, (Claude D’Abbeville e Yves D’Evreux do séc. XVII) que contribuíram com importantes relatos sobre a aldeia. Estes livros foram encontrados no setor de obras raras da *Biblioteca Pública Benedito Leite* de São Luis onde iniciamos nossa pesquisa. Lá foram encontradas ainda importantes fontes primárias que fazem parte de uma série intitulada “*Documentos Maranhenses*”.

Essa coleção, apoiada por empresas privadas, foi promovida pela Academia Maranhense de Letras e dedicada à publicação de documentos originais sobre o Maranhão nos séculos XVII e XVIII. Dessa série consultou-se *Jornada no Maranhão por ordem de sua majestade no ano de 1614* sobre a disputa com os franceses e conquista do Estado pelos portugueses e dos índios de Tapuitapera; *História dos animais e pássaros do Maranhão de Frei Cristóvão de 1625* com o nome

indígena dos animais; *Annais históricos do Maranhão em 1726/1729 do governador Bernardo P. Berredo* com descrições da villa de Santo Antonio de Alcântara, ressalta-se a importância dessa coleção fundamental para a pesquisa histórica no Estado por possibilitar a leitura sistemática e acesso a informações contidas em livros raros restritos aos arquivos públicos.

No acervo da associação Comercial do Maranhão encontrou-se uma edição fac-similar comemorativa do centenário da fundação da Comissão da Praça, antigo nome da Instituição, da *História do Comércio do Maranhão* em 3 volumes, de autoria de Jerônimo Viveiros, com importantes informações sobre o comércio no Estado entre 1612 – 1895.

As fontes secundárias da biblioteca pública são constituídas pela importante produção dos historiadores maranhenses do século XIX, César Marques com o “*Dicionário histórico e geográfico*”, Antonio Lopes com “*Subsídios para a história de Alcântara*” e Jerônimo Viveiros com *Alcântara no seu passado*. Estes autores fornecem um relato da Vila de Alcântara e do contexto social e econômico do Estado no século XVI e XIX.

A biblioteca possui um excelente acervo de livros portugueses como o Dicionário da colonização de Beatriz Nizza da Silva muito consultado na fase inicial da pesquisa. Não se encontrou nesse acervo iconografia sobre a cidade de Alcântara. Também a leitura do raríssimo livro de Yves D’Evreux, *viagem ao norte do Brasil*, que estava incompleto na Biblioteca pública foi possível na “*Casa de Cultura Josué Montello*” onde foram encontradas fontes primárias e secundárias semelhantes ao acervo da Biblioteca Pública e uma edição rara, de 1874, do memorialista Yves d’Evreux, além de outros memorialistas do século XIX como Kidder e Spix Von Martius assim como livros sobre a história da colonização portuguesa.

No *Arquivo Público Estadual* pôde-se analisar o Catálogo de resenhas de documentos do Arquivo Ultramarino de Lisboa relativos ao Maranhão (1614-1833) com a cronologia dos documentos trocados entre o Maranhão e Portugal. Trata-se de consultas e cartas régias enviadas ao Reino sobre questões administrativas, práticas, religiosas e sociais correntes no Maranhão.

Lamentavelmente, os documentos resenhados não estão disponíveis para consulta no arquivo. Este trabalho faz parte do projeto Resgate do Ministério da Cultura, do levantamento no arquivo ultramarino de documentos de cada Estado brasileiro. Tais documentos estão em fase de processamento em arquivos digitais e ainda não foram disponibilizados. No entanto, estive-se em contato com a equipe que trabalhou em Portugal na elaboração da resenha dos documentos e teve-se acesso para leitura, através da historiadora Glória Correa, de alguns documentos originais do século XVII como o documento 8 do arquivo ultramarino de Lisboa que contem o Regimento de Alexandre de Moura, sobre a conquista do Maranhão e visita dos portugueses a Tapuitapera, assim como dois documentos sobre os índios de Tapuitapera. O contato com esse documento do século XVII cuja

leitura só pode ser feita depois de transcrição por especialista devido às abreviações e grafia peculiar revelou a importância do conhecimento de uma fonte primária arquivística com informações importantes sobre a formação do nosso Estado.

Visitou-se ainda o acervo do Instituto histórico e geográfico do Maranhão IHGB - MA, em busca de informação sobre “o livro antigo de Alcântara”, citado por Antonio Lopes, historiador maranhense, o qual esteve guardado naquela instituição. Lamentavelmente encontrou-se Instituto quase fechado, em precárias condições de funcionamento e sem notícia do acervo original. Foram Consultadas algumas revistas antigas do Instituto com artigos relativos a cidade e encontrou-se um interessante relato sobre a numismática maranhense.

Para o entendimento da cidade atual foi-se em busca de relatórios técnicos e consultaram-se os arquivos dos órgãos de Patrimônio estadual e federal. Na 3ª Superintendência Regional do IPHAN consultaram-se documentos relativos ao processo de tombamento de Alcântara, em 1948, e relatórios técnicos sobre a necessidade da delimitação do perímetro de tombamento e pesquisas arqueológicas.

No arquivo da Coordenadoria do Patrimônio Cultural do Estado tive-se acesso a relatórios técnicos da equipe elaborados por consultores internacionais sobre a cidade entre as décadas de 60 e 80. Dentre eles destacou-se uma importante fonte secundária consultada, que foi a pesquisa realizada pelo arquiteto Pedro Alcântara, do Patrimônio Nacional IPHAN - Rio de Janeiro, Sua pesquisa foi o primeiro trabalho dedicado a compreender a formação histórica e urbana da cidade, realizado na década de 60, período em que o arquiteto e sua esposa, a arquiteta Dora Alcântara moraram em Alcântara e produziram relatórios técnicos visando a delimitação do perímetro de tombamento e alternativas para a preservação do conjunto tombado.

O relatório intitulado “Recuperação de Alcântara”, de autoria de Pedro e Dora Alcântara, de 1963, foi publicado pela revista Acrópole, em abril de 1974. O plano consiste em uma tentativa setorial de integrar um planejamento para a preservação de bens culturais numa planificação mais ampla que visasse disciplinar, orientar e coordenar o crescimento de Alcântara. Esse documento faz um relato da cidade atual, do plano de recuperação, discorre sobre a pesquisa bibliográfica e sobre o roteiro de uma exposição. Percorreram-se os acervos citados por Pedro Alcântara, no Rio de Janeiro, em busca de mais informações sobre a cartografia e iconografia da cidade.

A pesquisa de Pedro Alcântara foi fundamental para nosso trabalho por constituir-se no único estudo sobre a formação urbana da cidade de Alcântara.

Nos Acervos do Maranhão não foram encontradas fontes iconográficas nem cartográficas sobre Alcântara, nenhuma gravura ou mapa relativo aos séculos XVII e XVIII. Foi a publicação em 2000 do livro de Nestor Goulart “*Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial*” que revelou uma planta com o traçado da cidade, de 1755, original da Torre do Tombo de Lisboa e a “Demonstração da villa e porto de Tapuitapera” com elevações das edificações religiosas em 1789.

Em Alcântara, já se havia observado que os historiadores maranhenses lamentavam a destruição e perda de importantes acervos da cidade durante o período da decadência econômica. Isto foi comprovado com uma busca sem sucesso de documentos na cidade. Consultou-se o acervo do Museu Histórico da cidade e foram feitas entrevistas informais com o diretor do Museu Sr. Heidimar Guimarães, sobre a destruição e arruinamento da igreja da matriz e o uso do material para calçamento da rua.

Não há Biblioteca Pública em Alcântara, e no prédio da Prefeitura Municipal, antiga Casa de Câmara e Cadeia, devido às sucessivas reformas, o uso do imóvel como presídio público estadual e os longos períodos de abandono, fizeram o acervo de documentos tornar-se quase todo perdido, restando o cartório do primeiro ofício como depositário de alguns documentos relativos às edificações, testamentos e às cópias de um documento intitulado “Alcântara no antigo” que se utilizou como fonte primária.

Em Alcântara, a maior fonte de informação encontrada foi a própria cidade, com as ruínas e os vestígios de sua formação histórica. A observação sistemática dos problemas urbanos durante dois anos de residência e trabalho profissional na área de preservação do patrimônio histórico foi fundamental para a identificação dos monumentos, para o reconhecimento das descrições e análise da cartografia do séc XVIII.

Diante da necessidade de conhecer a cartografia do século XVII e XVIII, tomou-se a decisão de consultar acervos no Rio de Janeiro onde se teve a oportunidade de pesquisar na *Biblioteca Nacional*, no setor de cartografia onde se tomou contato com a coletânea de mapas “Portugalia Monumenta Cartográfica”, com várias cartas geográficas sobre o Maranhão, além dos mapas de João Albernaz, de 1631 e 1666, utilizados no trabalho. Pôde-se observar no setor de manuscritos uma gravura de São Luis do século XVII, intitulada História della Guerra e mapas de Alcântara da década de 70. No setor de obras raras, consultaram-se os anais históricos da Biblioteca onde estava publicado “O livro grosso do Maranhão” de onde foram retiradas informações sobre as edificações de Alcântara.

Encontrou-se no IHGB-RJ, *Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro*, um rico acervo sobre Alcântara, proveniente do Arquivo Ultramarino de Lisboa, inclusive transcreveu-se a

“*descrição da villa*” de 1774, que foi o relato mais importante do século XVIII, encontrado sobre a formação urbana identificando a quantidade de ruas e as edificações.

Na Mapoteca do Museu do Itamaraty, encontrou-se o maior acervo iconográfico organizado da América latina, composto de 31.800 peças entre mapas, cartas e Atlas, além de fotos, desenhos e gravuras, organizados pelo Barão do Rio Branco. A mapoteca tem acesso restrito a pesquisadores insistentes, pois não é permitido manusear os mapas e visitas são difíceis de agendar. Ainda assim conseguiu-se observar algumas reduções de mapas sobre o Maranhão, consultar o catálogo da mapoteca, reproduzir mapas do livro da Isa Adonias, *Imagens da formação territorial brasileira* e entrevistar a coordenadora da mapoteca, Sra. Marlene, sobre o acervo relativo a Alcântara.

Lamentável que a *Biblioteca do Itamaraty*, fechada há 4 anos, por falta de funcionários, não pudesse ser consultada, pois se havia obtido referência sobre os códices existentes no acervo com importantes comunicações entre os engenheiros militares e o Rei de Portugal. Visitou-se ainda no Rio de Janeiro o *Real Gabinete de Leitura Portuguesa*, jóia da arquitetura manuelina no Rio, o qual possui um importante acervo sobre as navegações portuguesas, sobre a cultura e literatura portuguesa.

O segundo passo da pesquisa histórica, depois de reunidas todas as informações coletadas nos diferentes acervos das três cidades, foi proceder a uma crítica interna das fontes, visando-se a determinação dos fatos, pois o conteúdo das informações encontradas vai delimitando novos caminhos para a pesquisa. A interpretação das informações foi uma experiência de profundo amadurecimento pessoal que se refletiu na atividade acadêmica quando se percebeu a apropriação em sala-de-aula das informações e das experiências vividas na pesquisa.

Finalmente, o terceiro passo foi a construção de uma narrativa, agrupando-se e ordenando-se os fatos numa sequência lógica de consolidação das informações, e a decisão final foi dividir por séculos e identificar os diferentes momentos da formação urbana. Nessa etapa, percebeu-se que mergulhar na pesquisa histórica foi uma experiência inédita, na medida em que nos colocou em contato com um universo de livros raros, mapas antigos, acervos de difícil acesso, informações que, como peças de um quebra-cabeça iam-se encaixando e mostrando a difícil tarefa de desvendar a formação de uma cidade, através da interpretação das fontes.

O contato com a narrativa dos memorialistas, cheia de perplexidades, sobre os índios e seus costumes, revelou verdades diferentes, verdades de um tempo que a cartografia através de seus elementos simbólicos foi mostrando lentamente.

A cartografia foi analisada a partir do entendimento de Boaventura Santos<sup>5</sup> da qual os mapas são representações simbólicas da realidade. A principal característica estrutural dos mapas reside em que, para desempenharem adequadamente suas funções, tem de inevitavelmente distorcer a realidade, e o fazem através de três mecanismos principais: a escala, a projeção e a simbolização.

Os mapas não podem coincidir totalmente com a realidade, não podem representá-la em verdadeira grandeza; portanto, o grau de detalhamento envolve a decisão de privilegiar um foco principal.

A escala é o primeiro mecanismo de representação e distorção da realidade. E a relação entre a distancia no mapa e a distancia correspondente no terreno. Estas os mapas podem apresentar em grandes escalas e em menor grau de pormenorização ou em pequenas escalas permitindo-se medir com exatidão elementos como rios ou estradas. Outrossim, a projeção cria um campo de representação; cada mapa tem um centro, seleciona um ponto fixo, espaço físico ou simbólico de posição privilegiada. Por exemplo, no caso do mapa de Alcântara o centro é a Praça da Matriz, este elemento de força pode ser observado tanto nos mapas cartográficos quanto nos mapas mentais, que expressam a nossa percepção cognitiva do espaço.

A Simbolização diz respeito aos símbolos gráficos utilizados para identificar os elementos importantes, os monumentos significativos, uma linguagem cartográfica utilizando sinais convencionais, a saber, a cruz vermelha para as igrejas com linhas para os conventos nas laterais, ou as linhas para ruas, ou os sinais icônicos que são signos naturalísticos convencionais que estabelecem uma relação de semelhança com a realidade representada como um conjunto de árvores para designar florestas, pontos para indicações de mangue, de praias, igarapés, ou realçar a topografia do terreno. Esses sinais são fundamentais para o entendimento do mapa.

Foram utilizadas na pesquisa as cartas de 1631 e 1666 de João Albernaz, a planta de 1755 e a demonstração de 1789.

Nos mapas do século XVII (1631 e 1666) observa-se apenas a descrição geográfica da aldeia religiosa com ênfase na localização. Na cartografia do século XVIII observa-se a ênfase nas descrições dos monumentos em elevações (demonstração da barra de 1789) e da configuração urbanística do traçado das ruas e quadras com destaque para a implantação arquitetura religiosa presente no mapa de 1755.

---

<sup>5</sup> Cartografia simbólica das representações sociais: prolegômenos a uma concepção pós-moderna do direito.

## 1.2 CONCEITOS E REFERÊNCIAS TEÓRICAS

Os conceitos-chave utilizados são a formação urbana de caráter histórico, em Paulo Santos e os elementos da formação espacial dos núcleos urbanos advindos das contribuições de Nestor Goulart Reis Filho de onde foram selecionadas as categorias de análise a *escolha do sítio; a arquitetura religiosa; os conjuntos urbanos; o traçado; as ruas; quadras e as fontes* considerando-se as especificidades da cidade de Alcântara e os aspectos mais significativos identificados nos documentos históricos sobre a vila.

Por formação urbana entende-se a associação dos fatos urbanísticos com o contexto social econômico e político. Os fatos urbanísticos são os elementos que compõem o adensamento dos núcleos urbanos formando o sítio, o traçado, as ruas e as praças. A escolha do conceito de formação urbana de caráter histórico foi devido à constatação de que as vilas e cidades portuguesas no Brasil, do século XVII e XVIII, refletiam a síntese das experiências urbanas vigentes e estavam ligadas ao contexto socioeconômico e político europeu.

As cidades do Brasil colonial conservaram, sob as mais diferentes condições, o cunho inequívoco da mãe pátria (Santos, 2001, pág. 17), que as características regionais não conseguiram apagar, e podem por isso ser consideradas mais como cidades portuguesas no Brasil de que cidades brasileiras, acusando sua dupla origem medieval e renascentista.

Paulo Santos<sup>6</sup>, ao tratar a formação urbana, considera os seguintes componentes analíticos:

- a) Os preceitos da urbanização em voga no tempo focalizado, considerando as influências na formação das cidades das experiências européias da cidade informal da idade média e a da cidade ideal Renascentista;
- b) A leitura da forma urbana por meio de plantas e das traças como expressão do urbanismo;
- c) A autoria dos traçados, ressaltando a presença e orientação dos engenheiros militares na adoção do plano xadrez como modelo, oriunda da influência hispânica pela aproximação dos povos celebrada no tratado de Madri de 1750. Destaca as Praças – considerando como o centro da vida urbana, local para onde convergem os caminhos, as ligações, o desembarcadouro e as ruas principais;
- d) Os fatos históricos e o contexto econômico e político que influenciaram a construção da traça.

---

<sup>6</sup> SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001. Reedição atualizada, pág 45, Cap. III.

Sua contribuição ao nosso trabalho é o entendimento de diferentes momentos na formação das cidades que se refletem na evolução dos traçados a partir de quatro tipos, admitindo opções intermediárias nos diferentes momentos da formação urbana:

- 1) traçados inteiramente irregulares;
- 2) traçados de relativa regularidade;
- 3) traçados que inicialmente foram irregulares, sendo depois refeitos para adquirirem perfeita regularidade;
- 4) traçados perfeitamente regulares

Em sua conclusão ele divide os comentadores da cidade em 4 grupos - primeiro os que consideram que a cidade não contradiz a natureza, exprimindo desleixo; segundo, os que encaram com complacência, exprimindo soluções de canhestra ingenuidade do colono; terceiro, os que consideram um progresso as cidades construídas com traçados regulares; quarto, ao qual o autor pertence:

“Partindo do principio que a sedução que as cidades do plano informal despertam no homem moderno, e vai a ponto de as guindarem às altitudes de monumentos nacional, resulta da genuinidade dessas cidades como expressão sincera de vida, e de autenticidade como interpretação de um sistema de conceitos urbanísticos cujas raízes recuam até os obscuros tempos da idade média peninsular, muçulmana a cristã”.(Santos, p.76).

Considera ainda, o que nos parece muito peculiar: que o traçado regular era um retrocesso, ao contrário da valorização colocada por autores portugueses como Rafael Moreira e Walter Rossa de que a engenharia militar seria um avanço no urbanismo colonial. Os traçados reguladores (xadrez quase perfeito), constituíram, em determinado sentido, uma regressão urbanística. Foram planos subjetivos, concebidos por inteiro e predeterminados na cabeça dos projetistas, abstrações do espírito de que a vida não participou. (Santos, p. 76).

Reis Filho<sup>7</sup>, ao reconhecer a existência de uma rede urbana colonial, coloca a organização dos núcleos urbanos a partir de algumas categorias: a situação, o sítio, o traçado e as construções. Sua pesquisa possibilitou uma compreensão mais ampla dos aspectos da uniformidade existentes na formação das cidades brasileiras e nela se percebem os diferentes momentos do planejamento urbano e a existência de cidades espontâneas e planejadas que, no entanto, apresentavam aspectos como escolha do sítio, a implantação dos edifícios religiosos e praças centrais muito similares. A análise desses elementos contribuiu para o entendimento e a adequação das categorias de análise para o caso de Alcântara, valorizando-se suas especificidades.

A situação dos núcleos no sistema determinava modalidades de relação que seus habitantes poderiam estabelecer com outras áreas do sistema ou com o exterior. As relações de

---

<sup>7</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução urbana do Brasil: 1500/1720**. São Paulo: PINI, 2000 (terceira parte: a organização dos núcleos urbanos págs 117-192).

dependência e de reciprocidade eram criadas entre vilas e cidades. A interdependência interna e externa contribuía na composição de uma rede urbana que alimentava as relações comerciais e as propriedades rurais produtivas.

A escolha do Sítio de uma aglomeração urbana é a determinação do local sobre o qual ela será assentada, o “locus”, onde vários são os aspectos a serem considerados: a natureza do solo, o relevo, fontes de água para o consumo, cursos ou massas de água. O relevo, sobretudo influencia sobre a aparência do conjunto e sobre o traçado. No século XVI as cidades se implantaram em terrenos elevados, sobre promontórios, à beira-mar ou próximas dos rios, por necessidade de defesa. Nos séculos XVIII e XIX, as cidades foram implantadas em sítios planos, revelando interesse da ocupação interna.

O traçado, ou a traça, em sua definição significa plano, esboço, projeto; o traçado é a representação simbólica dos mapas, que revelam, na definição utilizada por Celso Castro<sup>8</sup>, uma concepção de cidade em determinado momento histórico. Os traçados estavam ligados ao conceito de “cidade ideal” do Renascimento. O esquema renascentista usava a forma radio-concêntrica, mas sua forma prendia-se à vantagem do plano xadrez utilizado na cidade italiana de Sabioneta, em 1560. Os critérios de racionalidade e geometrização correspondiam a uma concepção cartesiana de ordenação urbanística.

Reis Filho concorda com Paulo Santos e admite que havia os traçados irregulares que sofreram posterior geometrização, como o caso de núcleos que inicialmente foram instalados em colinas e que foram ganhando espaços planos onde a área de expansão adotou o traçado regular ou um plano em xadrez. Afirma ainda que os núcleos menores mais antigos instalavam-se no topo das colinas, e possuíam os seguintes aspectos: traçado com características de irregularidade, ruas adaptadas às condições da topografia, valorização do sítio por meio de praças dos pontos de interesse comunitário (Casa de Câmara e Cadeia, Igrejas e Conventos) ao modo da Grécia Antiga cujas preocupações concentravam-se nos locais de reunião. No entanto, no século XVII verifica-se entre os centros menores a tendência à adoção de formas de traçado relativamente regulares com forma de xadrez, com o aproveitamento das possibilidades oferecidas pela escolha do sítio plano em decorrência da redução dos ataques.

Dentre os elementos do traçado estão as ruas, as praças, as quadras e os lotes. As ruas são meios de ligação, articulação entre monumentos. O arruamento possibilita a leitura das quadras e os limites das edificações e acessos de entrada e saída da cidade. O comportamento das ruas com

---

<sup>8</sup> Castro, Celso. in Do cosmógrafo ao satélite: mapas da cidade do Rio de Janeiro. CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo. Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. Exposição de jul/set/2000.

relação ao eixo norte e sul é determinante na nomenclatura das mesmas. As Ruas são elementos básicos do urbanismo

As praças constituíam os pontos de atenção e focalização urbanística. Nelas eram construídos os principais edifícios religiosos e públicos e atividade de interesse comum. Manuel Teixeira<sup>9</sup> coloca a praça da cidade portuguesa, dentro da categoria de espaços que incluem praças, largos, terreiros e campos como elementos estruturadores ou geradores dos traçados urbanos, onde os diferentes conceitos estão associados às suas morfologias e nas suas relações com os outros elementos da malha urbana compreendendo a praça como expressão da crescente racionalização e geometrização dos traçados urbanos portugueses.

Quadra e lotes - As quadras completamente edificadas compunham-se de uma linha contínua de construções considerando o alinhamento das edificações à rua. O traçado das ruas definia as quadras, que eram subdivididas em lotes. A uniformidade dos terrenos correspondia à uniformidade dos partidos arquitetônicos. As construções: oficiais - Casa de Câmaras e Cadeia, Palácio dos governadores; civis - sobrados e solares, moradas térreas; para fins militares - fortalezas, portas, baluartes, muro; Religiosas - conventos, igrejas, passos. Acrescentaríamos ainda as utilitárias: fontes e chafarizes e cemitérios.

### **1.3 PRINCIPAL DEBATE: CIDADES PORTUGUESAS, PLANEJADAS OU ESPONTÂNEAS?**

No estudo da formação das cidades brasileiras de origem portuguesas, nos séculos XVII e XVIII encontramos o debate sobre “Ser ou não planejada”, passando especialmente pela interpretação feita por Sergio Buarque de Holanda, Roberta Marx Delson e Paulo Santos.

Para subsidiar esta discussão, foi-se buscar os estudos existentes sobre a formação das cidades brasileiras, percebeu-se então que essa questão começou a se desenvolver a partir dos anos 30 e foi possível depois que a Semana de Arte Moderna, em 1922, lançou as bases para um novo entendimento da cultura, arte e arquitetura no Brasil. Houve, então, uma efervescência cultural que gerou um momento de renovação na Historiografia Brasileira através dos seguintes autores:

*Caio Prado Júnior*, foi o primeiro a fazer uma análise marxista da economia colonial brasileira; no livro *História Econômica do Brasil*, 1ª edição de 1945, onde analisa em dois capítulos a expansão e o apogeu da colônia, contribuindo para o entendimento do sistema colonial fundado na produção e exportação de matérias-primas, onde se encontra referências sobre a importância do algodão no Maranhão e em Alcântara.

---

<sup>9</sup> “A praça na cidade portuguesa” disponível em <<http://urban.nstce.pt>> acessado em 18 maio. 2001 e 21.Nov.2001

“É somente quando se torna mercadoria de grande importância no mercado internacional que o algodão começa a aparecer, tornando-se mesmo uma das principais riquezas da colônia. Verifica-se aí, mais uma vez, o papel que representa na economia brasileira a função exportadora” (Prado Junior, 1987, p.81).

Sérgio Buarque de Holanda, influenciado pela sociologia de Max Weber, escreve em 1936 o livro “Raízes do Brasil”, inaugurando a coleção de documentos brasileiros, dirigida por Gilberto Freire. Afirmando que, para muitas nações conquistadoras, a construção de cidades foi o mais decisivo instrumento de dominação que conheceram. (Holanda, p. 61). Ele centra sua hipótese no século XVII na contraposição entre o rural e o urbano.

No clássico capítulo IV – *O semeador e o ladrilhador*, ele estabelece uma comparação entre a colonização de espanhóis e portugueses fazendo analogia ao português Semeador que criava cidades espontâneas ou com traçado irregulares (comuns no século XVII) e o espanhol ladrilhador que criava cidades como empresa da razão, contrariando a ordem natural e prevendo rigorosamente o plano em xadrez ou “Damero”, num esforço de vencer e retificar a paisagem agreste onde as ruas não se deixam modelar pela sinuosidade, mas pelo triunfo da linha reta. Em seu parágrafo polêmico que seria amplamente discutido e interpretado, ele afirma:

“A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo”. (Holanda, 1989, p. 76)

Desse modo ele lança uma das idéias fundadoras para análise das cidades brasileiras, que passa a revelar a dualidade: planejadas ou espontâneas, regulares ou irregulares. Percebe-se a influência de sua obra em todos que pesquisaram sobre a formação das cidades nas décadas de 60 e 70, como, por exemplo, a análise de Pedro Alcântara sobre a cidade de Alcântara.

Esta construção teve interpretações diferenciadas e foi refutada por *Paulo Santos* em 1968, no “V Colóquio Internacional de Estudos Luso-brasileiros”, quando publicou o trabalho “Formação das cidades no Brasil colonial”, reconhecendo as influências medievais, revelando um compromisso entre a Idade Média e o Renascimento nos traçados das cidades.

Ele critica a afirmação de Buarque de que o aspecto predominante na cidade colonial é a desordem, questiona como é difícil conciliar esse retrato com o fato dessas mesmas cidades terem sido elevadas a Patrimônio Nacional – Ouro Preto, São João Del Rei, Mariana, Tiradentes, Serro, Goiás Velho, Ouro Preto, Salvador, Alcântara etc.. Afirmo que naquela aparente desordem existe uma coerência orgânica, uma correlação formal e uma unidade de espírito que lhe dão genuinidade.

“Genuinidade como expressão espontânea e sincera de todo um sistema de vida, e que tantas vezes falta à cidade regular, traçada em rígido tabuleiro de xadrez”. (Santos, 2001, pág 18).

A americana Roberta Delson<sup>10</sup> expressa que a falta de planejamento no Brasil Colonial na realidade é um mito e questiona a afirmação de Sérgio Buarque que diz que a cidade dos portugueses não é um produto mental em confronto com os estudos de Aroldo Azevedo, Paulo Santos, Reis Filho, Tito Lívio e Manoel Ferreira. Centrada no século XVIII trabalha os conceitos do traçado e plano diretor barroco das praças, relacionando o compromisso de Portugal com o Absolutismo e Iluminismo e os projetos de planejamento urbano decorrentes da legislação determinante das câmaras na constituição das vilas e cidades do século XVIII.

Paulo Santos e Roberta Delson afirmam que existia uma intenção mental na construção das cidades portuguesas no Brasil, o fato da organicidade do desenho da traça não significa desleixo nem aleatoriedade. Roberta é mais contundente, pois mostra que a construção das cidades no Brasil foi um projeto do Marques de Pombal ,concretizado no século XVIII.No entanto, Buarque mostrava que os portugueses respeitavam à ordem natural e não impunham à natureza o rigor do Dameiro implantado sobre o terreno. De qualquer forma, o Semeador e o Ladrilhador<sup>11</sup> exprimem apenas duas possibilidades opostas, ser ou não planejado. Buarque difere de Santos e Delson em não considerar outras possibilidades no planejamento.

Observa-se na análise de Paulo Santos uma flexibilidade quando a admissão de traçados de formas inteiramente regulares, de relativa regularidade, que inicialmente foram irregulares e depois adquiriram perfeita regularidade, refletindo os casos em estudo de Alcântara e o caso de Mariana. No caso de Alcântara e Mariana, há espontaneidade e organicidade na implantação original no século XVII e geometrização do traçado no século XVIII. Ambas partem da estrutura inicial da implantação religiosa articulando um traçado que lentamente tende a regularização.

Pedro Alcântara considera Alcântara uma cidade de formação espontânea e seu estudo demonstra a regularização do traçado no século XVIII. Damasceno afirma ser Mariana a fusão de duas experiências urbanísticas a do arraial espontâneo do século XVII e a experiência reguladora do engenheiro Alpoim, no século XVIII, refletindo em ambos os casos dois momentos do planejamento, quando não existe e quando existe planejamento urbano.

Reis Filho <sup>12</sup> em “Contribuição para um estudo da evolução urbana do Brasil 1500 - 1720” concorda com Paulo Santos, considerando a formação das cidades brasileiras como fruto das experiências européias, admite também que mesmo em núcleos menores espontâneos a implantação dos primeiros edifícios religiosa e civil atendia a regras, refletindo uma intenção prévia na formação

---

<sup>10</sup> DELSON, Roberta. Marx. **Novas vilas para o Brasil Colonial**. [S.l.]: Editora Alva Ciord., 1997. O livro é objeto de seu PHD (philosophy doctor) em Estudos Latinos Americanos e História na Universidade de Colúmbia.

<sup>11</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 21. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989. Cap. semeador e o ladrilhador,

<sup>12</sup> *Reis Filho*. Nestor Goulart, em 1964, defende a tese de livre-docência na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP. Banca composta por Sérgio Buarque de Holanda e Paulo Santos (professor catedrático da Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil e conselheiro do IPHAN). Esse estudo publicado em 1968 foi reeditado em 2001.

das vilas e cidades. Ressalta os aspectos da regularidade com que alguns elementos se repetem nas cidades, identificando os elementos da formação dos núcleos urbanos coloniais compreendendo a formação de uma rede urbana. Afirma que a regularidade dos traçados estava, até o início do século XVIII, quase ausente no Brasil. No entanto, casos como o de São Luís são exceções devido à presença do Engenheiro-mor Frias de Mesquita. Na sua análise, Alcântara se enquadra na classificação dos núcleos menores instalados em colinas com traçados de relativa regularidade e ruas adaptadas à topografia, cuja valorização se dá por meio de praças.

Reis Filho é convergente com Paulo Santos em aceitar diferentes momentos no planejamento urbano das cidades, entre ser ou não ser planejadas.

A discussão das origens do planejamento urbano brasileiro foi dinamizada pela coletânea de estudos sobre o Universo Urbanístico Português (1415-1822)<sup>13</sup> onde muitos conceitos foram revisados a partir do acesso aos acervos dos arquivos portugueses ampliando o estudo da história do urbanismo português. Essas teorias sobre a formação das cidades ampliaram o entendimento dos diferentes momentos de existência ou não do planejamento urbano no contexto do universo da expansão ultramarina da união das Coroas que formaram a “Monarquia Dual”<sup>14</sup> de Portugal e Espanha no período compreendido entre 1580-1640 e suas posteriores influências.

Esse contexto revela as intenções do colonizador português, que nos séculos XVI-XVII empreendeu esforços destinados à ocupação e fortificação do território com objetivo de defesa militar contra a cobiça de franceses e holandeses. Até o final do XVI, a ocupação do território se limitava a poucos núcleos de colonização costeira favorecendo o isolamento e o vazio político que possibilitava a cobiça dos invasores.

Algumas vilas e cidades fundadas no século XVII, sem a presença de engenheiros militares, apresentavam aspectos de espontaneidade na implantação das primeiras edificações religiosas, civis e militares. No entanto, seguiam regras determinadas pela Coroa portuguesa como a escolha do sítio e a implantação dos conjuntos religiosos e civis.

Contudo, no século XVIII a consolidação das cidades exigiu do planejamento urbano a sistematização dos traçados para a expansão das cidades, impulsionadas pelo intenso movimento comercial entre Portugal e o litoral brasileiro. Nesse momento, ruas e quadras envolvem os conjuntos originais conformando um traçado com regularidade.

Estes dois momentos ocorreram em diversas cidades brasileiras como Alcântara no Maranhão e Mariana em Minas Gerais, demonstrando a existência de formas intermediárias do

---

<sup>13</sup> “Comissão Nacional para comemoração dos descobrimentos portugueses” publicou a coletânea, em 1998, com autores portugueses e brasileiros sobre o urbanismo colonial.

<sup>14</sup> LOPES, Adriana. **Franceses e tupinambás na costa do Brasil**. SENAC, São Paulo, 2001. p. 135.

planejamento com a percepção de que em momentos diferentes a cidade era espontânea ou regular. Essa inquietação de encontrar alternativas e compreender a formação das cidades é uma questão ainda em aberto que justifica o estudo aprofundado da formação de cada cidade, não permitindo a existência de uma só posição: “ser ou ser planejada” e admitindo formas intermediárias do planejamento.

## **1.4 O BARROCO NO BRASIL: O CASO DA CIDADE DE MARIANA EM MINAS GERAIS**

### **1.4.1 O barroco como concepção de mundo e o urbanismo barroco**

Entre os séculos XV e XVIII uma nova concepção de mundo começa a tomar conta da Europa, um novo padrão brotava de uma nova economia: o capitalismo mercantilista, e de uma nova estrutura política, o despotismo e a oligarquia centralizada, personificada em um Estado Nacional forte. Até o século XVII essas mudanças eram confusas. De acordo com Munford (1998, p. 375) as culturas humanas não morrem num dado momento: suas partes podem permanecer existindo depois que o todo se desmancha; desta forma, a ordem medieval começava a se desfazer.

O Renascimento foi uma fase intermediária, antes da organização barroca, que contestou o enclausuramento e a desordem que caracterizava a cidade da baixa Idade Média. Os urbanistas abriram as muralhas a fim de construir em linha reta a praça retangular aberta, baseados nos conceitos de amplidão e clarificação geométrica. A ordem renascentista transformou trechos das cidades italianas em espaços abertos, cujos símbolos eram a linha horizontal, o arco redondo, as colunas clássicas em fachadas bidimensionais.

Tão logo a ordem barroca se tornou absoluta a clarificação cedeu lugar a arregimentação, a vastidão à vacuidade e grandeza à grandiosidade.

Os valores estavam em transformação: a universalidade medieval foi substituída pela uniformidade barroca, o localismo medieval pelo, centralismo barroco, e o absolutismo católico pelo Estado Nacional. Vainfas<sup>15</sup> (2000, pág 69) explica que, para compreender o Barroco é necessário perceber a dimensão que exprime a consciência aguda das contradições de uma ordem social em transformação. Estavam em cheque o papel do indivíduo face a comunidade, o papel do Estado em formação face aos apelos religiosos gerando uma permanente tensão entre a materialidade das coisas e a espiritualidade. A realeza, fruto das transformações políticas e econômicas, necessitava de novos espaços, novos bairros e até mesmo novas cidades para reis e príncipes; assim foram criadas as cidades barrocas de Versalhes, Karlsruhe e Potsdam e os novos prolongamentos urbanos. Essas

---

<sup>15</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial**. Objetiva. Rio de Janeiro. 2000 pág. 68-70.

construções, de acordo com Munford (1998, p.382), reuniam elementos contraditórios na arte e na arquitetura e exprimiam dois aspectos desse momento: o rigor geométrico para os traçados e a sensualidade para a arte.

Na arte, pintura e escultura o lado sensual, rebelde, extravagante, anticlássico estava expresso nas roupas, no fanatismo religioso e no estadismo. Na arquitetura e urbanismo o uso de aspectos matemáticos e abstratos estava expresso no rigoroso plano de ruas, nos traçados urbanos formais e nos desenhos geometricamente ordenados de jardins e paisagens e nos prolongamentos urbanos.

Dentre os símbolos mais significativos estava a avenida. Na impossibilidade de planejar toda a cidade no estilo barroco, novas avenidas ou novos bairros eram traçados, com formas retas e geométricas, facilitando a movimentação. Os edifícios dispostos de forma regular com fachadas simétricas serviam de cenários para as avenidas, um campo de manobras, local de reuniões de expectadores para as evoluções dos exércitos. Lei, ordem e uniformidade eram produtos das cidades barrocas; elas eram grandiosas, preocupavam-se com a arborização das praças com os espaços de monumentalidade.

As cidades barrocas eram grandiosas, preocupavam – se com seus parques e vias arborizadas, suas praças abertas ou cercadas com ruas retas e avenidas diagonais, mas despreocupavam-se com a vizinhança como unidade integral e com a habitação familiar.

O apogeu do urbanismo clássico corresponde ao período entre os séculos XVII e XVIII. Esse período, de acordo com Harouel (1990, pág. 61), é essencialmente dominado pela influência francesa, que substituiu a italiana no decorrer do século XVII.

O ideal urbano reflete preocupações de ordem prática, de ordem estética e política. Entre as preocupações de ordem prática destaca-se o esforço do poder real para limitar o crescimento de cidades como Paris, evitando o gigantismo urbano. Os imperativos de circulação exigem ruas largas e retas, destinadas a colocar em comunicação direta os diferentes bairros e principais edifícios e as exigências com a salubridade, com a circulação do ar, a higiene urbana e a infra estrutura básica, os quais estão muito presentes nas cidades no século XVIII.

Entre as preocupações estéticas estão o alinhamento das ruas, o traçado urbano que deve corresponder a uma figura regular, a regularidade das fachadas, originando um “urbanismo de decoração” onde a cidade é como um cenário de teatro e a criação de praças, parques e jardins estabelecendo o contato da cidade com a natureza criando belas paisagens de contemplação. O urbanismo expressa também as aspirações políticas através dos edifícios públicos e das “Praças

Reais” com estátuas do soberano; elas significavam a exaltação do poder monárquico e serão difundidas por toda a Europa na segunda metade do século XVIII.

Em Roma, o Barroco se concretiza com o plano ordenador do Papa Sisto V no final do século XVI, onde é elaborada uma trama de largas vias retilíneas permitindo a criação de novos bairros e, principalmente, a comunicação entre os principais santuários romanos no século XVIII, e a conclusão da Roma berniniana que consiste na ordenação das praças de Roma multiplicando o efeito surpresa e tratando a cidade como uma decoração de teatro de maneira a sugerir uma amplitude espacial.

Na Espanha, a Plaza Mayor, de acordo Harouel (1990, p. 91) é uma praça programada do século XVII, retangular e ladeada de casas com pórticos, concebida, sobretudo para os espetáculos, touradas, autos de fé, e cerimônias religiosas.

Em Lisboa, Portugal, após o terremoto de 1755, que destruiu todo o centro da capital, é efetuada uma grande reconstrução sob as orientações do ministro Pombal, onde uma série de decretos define a reconstrução como levantamento do parcelamento do solo antigo, nivelamento do sol nos bairros afetados. Depois, ele manda preparar um plano urbanístico. Trata-se de um vasto quadriculado possuindo uma hierarquia entre ruas onde as duas mais importantes tinham larguras de 20 metros ligando duas praças, a do Rossio à praça do Comércio.

As idéias barrocas chegam também ao continente americano, trazida pelos portugueses e espanhóis. As cidades coloniais, desde o século XVI, traduzem as preocupações dos soberanos espanhóis através de legislações onde, dentre outras coisas foi estabelecido o plano da cidade projetada. As ruas e praças deveriam ser traçadas “a corda e régua”, partindo do coração da futura cidade, ou seja: da “Plaza Mayor”, à qual deveria ser proporcional à média da população, levando-se em conta seu crescimento e traduzindo-se uma disposição regular e geométrica.

Em Portugal, a presença dos jesuítas garantiu a introdução da estética barroca, com a igreja de São Roque de Lisboa. Tradicionalmente, considera-se a Igreja Del Gesù (1568), em Roma, como o primeiro exemplar e seus traços estavam associados a obras produzidas no Concílio de Trento (1545-63), marco da Contra Reforma católica. No entanto, a mais celebre realização urbanística do século XVIII foi a reconstrução promovida pelo Marques de Pombal no centro da capital, após o terremoto de 1755. O plano dos arquitetos portugueses Santos e Mardel implantam sobre a cidade medieval um traçado regular e uma nova tipologia arquitetônica. Essa experiência urbanística e arquitetônica exerceu enorme influência nas colônias portuguesas.

No Brasil, de acordo com Correia, (1998, p. 145) não há um único urbanismo barroco, mas várias formas, por vezes convergentes, de desenho urbano na época barroca,<sup>16</sup> que ele associa em duas grandes famílias de cidades. A primeira se reporta ao barroco romano, onde o “efeito de surpresa”, com uso da perspectiva e da vivencialidade teatralizada, e a segunda são as cidades que se aproximam das formas das “cidades ideais” do Renascimento, com seus modelos nas cidades - fortalezas da Europa ou nas cidades de expansão urbana no Novo Mundo, na qual se integra a Escola do Urbanismo Português.

Esse tipo de cidade chega ao Novo Mundo pelas mãos dos arquitetos e engenheiros militares encarregados de projetar e construir fortalezas, herdeiras formais das cidades ideais. É o caso de São Luis, projetada pelo Engenheiro Frias de Mesquita.

Reis Filho (1998, p. 473) afirma que os conjuntos urbanos constituem um dos aspectos mais interessantes do urbanismo barroco. Trata-se de conjuntos de edifícios, destinado a comércio e residência, obedecendo a um projeto comum que, se tomado isoladamente, tem relativa importância, mas, no conjunto, adquire uma monumentalidade tanto em termos arquitetônicos como em termos urbanísticos. Considera ainda que um dos exemplos mais sofisticados é constituído pelos edifícios da praça principal da Vila de Alcântara, no Maranhão, sem as dimensões avantajadas de outros exemplos. Os edifícios que envolvem aquela Praça obedecem a normas de relacionamento entre si, de extrema elegância.

Em Minas Gerais, o Brasil levou o refinamento Barroco – Rococó mais longe que Portugal, graças ao gênio de Antônio Francisco Lisboa, (1738-1814) conhecido como “O Aleijadinho”. Os territórios ultramarinos, de acordo com Bazin (1993, pág. 237), sob dominação espanhola e portuguesa não se limitaram a repetir fórmulas importadas das respectivas metrópoles, mas, sim, interpretá-las com maior e ou menor ênfase. Centros artísticos independentes formaram-se nas colônias, inventando formas originais que às vezes superavam a mãe pátria em sua elaboração das possibilidades do Barroco.

#### **1.4.2 Mariana: cidade espontânea ou planejada**

Contextualizando o momento do Barroco no Brasil partiu-se para identificação de uma cidade que apresentasse alguma similaridade com Alcântara para estabelecer-se um diálogo. A cidade escolhida foi Mariana em Minas Gerais. As razões da escolha foram especialmente influenciadas pelo trabalho de pesquisa da arquiteta Cláudia Damasceno Fonseca e suas conclusões

---

<sup>16</sup> CORREIA, José Eduardo. Urbanismo da época Barroca em Portugal. In Coletânea de Estudos do Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa, 1998. Pág. 145-153.

sobre a questão da existência ou não do planejamento urbano nos diferentes momentos das formação da cidade de Mariana . Sua abordagem foi fundamental a construção da argumentação sobre a existência ou não de planejamento em Alcântara

Procedemos a um estudo sobre a configuração urbanística a partir da pesquisa de doutorado de Cláudia Damasceno Fonseca<sup>17</sup>, que afirma que o caso da cidade mineira de Mariana é atípico apesar de ser considerado o caso mais documentado e exemplo mais visível de intervenção regularizadora em Minas. Ao contrário do que afirma a historiografia mineira, a sua conformação regular não deve ser associada exclusivamente a suposta intervenção do engenheiro militar Alpoim, uma vez que a escolha do sítio, a definição do traçado das ruas e determinação do local para construção dos novos edifícios públicos da cidade foram objeto de vários documentos trocados entre D. João V e as diversas autoridade da Capitania de Minas.

Em sua pesquisa, a autora ressalta as origens espontâneas da cidade de Mariana no século XVII, como arraial religioso de Nossa Senhoras do Carmo, mesma ordem implantada desde as origens de Alcântara, demonstrando as características urbanas de crescimento em torno dos largos religiosos no primeiro momento e no segundo momento o planejamento urbano materializado no traçado do século XVIII.

A autora destaca ainda a escolha do sítio próxima de um rio, a existência do terreiro que concentrava funções públicas como a Praça da Matriz com Pelourinho, Casa de Câmara e Cadeia. Tal característica é observada em Alcântara e nas duas vilas há exemplares originais da arquitetura civil e pública que possibilitam uma comparação hoje dos elementos (Casa de Câmara e Cadeia e Aljube, ou sobrado).

O arraial religioso do Carmo foi implantado espontaneamente em 1693. O rio, ao longo do qual a igreja do Carmo havia sido construída, transbordou, inundando toda a Vila. Contudo, afirma Delson (1997, p. 36-39), a destruição redundou em proveito para a Coroa, pois os administradores aproveitaram a catástrofe para requerer a reconstrução da vila em terreno mais elevado. Surgiu então a oportunidade de corrigir equívocos urbanísticos e construir uma bela sede para a recém-criada diocese de Minas, e dessa forma Mariana seria elevada à categoria de cidade.

O projeto foi feito pelo coordenador da aula de fortificação e artilharia do Rio, José Francisco Pinto Alpoim . O local escolhido foi do outro lado do rio. Nessa área foram construídas a Casa de Câmara e Cadeia e o Palácio Diocesano. A Vila de Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo foi fundada em 1711, pelo Governador da Capitania de São Paulo e Minas de Ouro, Antônio Coelho de Carvalho. O traçado apresentava irregularidade, comum em aglomerações nascidas dos primitivos arraiais de mineradores.

---

<sup>17</sup> FONSECA, Cláudia Damasceno. **Agentes e contextos das intervenções urbanísticas de Minas Gerais do século XVIII**. In Revista Oceano. 2000, pág. 94. Douroranda da École desHautes Études en Sciencies Sociales (Paris).

A autora questiona a influência de alguns condicionantes importantes no planejamento como a fusão do Arraial antigo com a Vila supostamente projetada, a atuação da Câmara Municipal na definição das prioridades e a presença do engenheiro Alpoim na Capitania em 1740 e seu projeto refletindo um somatório de experiências urbanas, pois, o traçado regulador, implantado em 1745, veio a colar-se a uma estrutura urbana preexistente. O resultado, portanto, é fruto das duas experiências urbanas. O Arraial primitivo foi composto pela justaposição de acampamentos ao longo do rio, as vias principais e os caminhos foram determinados pelo prolongamento dos caminhos formando traçados longilíneos, com ruas que ora acompanhavam as curvas de nível.

Nos anos de 1737 até 1743 grandes inundações aconteceram decorrentes do assoreamento provocado pela mineração intensiva. D. João decide então, escolhê-la como sede do bispado mineiro, instituindo-lhe em 1745. A Vila foi elevada à categoria de cidade e ganhou o nome de Mariana, homenageando a Rainha. No entanto, a cidade encontrava-se em lastimável estado e a emergência de obras foi documentada através da correspondência trocada entre Lisboa e a Câmara de Mariana. Medidas, como a demarcação da praça espaçosa, de ruas direitas e com bastante largura e de sítios para implantação de edifícios públicos foram destacadas. A autora então questiona:

Em que precisamente teria consistido a atuação do engenheiro militar Alpoim? A historiografia é unânime em afirmar sua participação no projeto, mas estranhamente, em momento algum aparece, na vasta documentação que consultamos uma referência sequer a seu nome. Em algumas fases determinantes na construção da cidade nova como na escolha do sítio para a Praça e Casa de Câmara e Cadeia a ausência de Alpoim seria injustificável, se ele realmente fosse o principal responsável pela operação. Note-se também que nenhuma das plantas existentes da cidade traz sua assinatura, sendo que ela aparece em pranchas de outros projetos dos engenheiros. (Fonseca, 2000, pág. 98).

Em seu estudo a autora conclui que, se por um lado a espontaneidade e a organicidade caracterizam a maior parte das implantações coloniais em Minas, por outro lado não faltaram iniciativas no sentido de conferir maior regularidade aos seus arruamentos e construções. Desta forma admite-se dois momentos do planejamento urbano, o século XVII do arraial espontâneo sem planejamento e o séc. XVIII, quando a vila apresenta um planejamento urbano perceptível na planta da cidade. Tal conclusão nos remete a formação de Alcântara onde observamos o mesmo processo, a existência de dois momentos diferenciados na formação da vila. O arraial do século XVII marcado pela implantação dos edifícios religiosos e seus caminhos e a vila do século XVIII marcada pela configuração de um traçado com certa regularidade com quadras e ruas .

## **CAPITULO 2**

### **ALCÂNTARA HOJE**

O entendimento da cidade de Alcântara hoje pressupõe um conhecimento dos diferentes aspectos da cidade como a localização e as características do território, as manifestações culturais e aspectos econômicos que revelam a importância da cidade histórica, tombada pelo patrimônio federal em 1948 devido à expressão singular de seu conjunto urbano e arquitetônico.

A fragilidade desse conjunto se choca com a realidade diante das transformações decorrentes do processo de decadência do século XIX e dos fatores externos como a implantação da base espacial em 1980.

Compreender esses impactos resgatando aspectos da formação histórica da vila como instrumento do planejamento da conservação urbana integrada, constitui o desafio do planejamento da conservação urbana integrada.

#### **2.1 LOCALIZAÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO TERRITÓRIO**

O município de Alcântara está situado no litoral norte maranhense na micro região da Baixada Ocidental; limita-se geograficamente ao norte com o oceano atlântico, ao sul com o município de Cajapió, a leste com a Baía de São Marcos e a oeste com a Baía de Cumã.

A extensão territorial é de 114 mil hectares, apresentando configuração peninsular, recortada por braços de mar e igarapés, vastos campos naturais e algumas ilhas como a do Cajual, das Pacas e a do Livramento, em frente da cidade histórica. Além da “Sede”, como é chamada popularmente Alcântara, o município possui 207 povoados e pequenos sítios de características bem diferentes; alguns povoados são formados por comunidades negras e estão situados no interior do município como Castelo, Peru e Peroba, Há algumas colônias de pescadores situadas á beira-mar como Ponta D’areia e Vista alegre e apenas três cidades são de porte médio: São João de Cortes, Oitua e o Porto de Cujupe. A maioria dos povoados conserva nomes de origem indígena como

Oitiua, Tamatatiua, Canelatiua e Raimundo Su ou ainda o nome das antigas fazendas como fazenda das Pedras e Nazaré.

A classificação das terras de Alcântara, de acordo com Fernandes<sup>18</sup>, respeita uma divisão especial com denominações como ‘Terras de santo’ que se aplicam as terras doadas às ordens religiosos como o povoado de Tamatatiua dedicado a Santa Teresa D’Avila ou “terras de preto”, remanescente dos quilombos, ou as “terras de parente”, doadas por herança ou as terras da pobreza, doadas pelos antigos proprietários aos pobres .

A sede ou cidade de Alcântara é uma ponta de continente, delimitada pela Baía de São Marcos e pelos igarapés do Puca e do Jacaré, causando a impressão de tratar-se de uma ilha. Está implantada sobre um promontório, destacada, 4 metros acima do nível do mar e dista 22 km em linha reta pelo mar da capital do Estado do Maranhão, São Luís. O principal acesso à cidade é feito através das embarcações tradicionais de madeira e barcos de turismo que saem de São Luís. A travessia dura cerca de 1 hora. Há acesso por estrada (700 km de São Luis) e há linhas regulares de “ferry boats” que interligam o porto do Itaqui, em São Luís, ao porto de Cuijue, no município de Alcântara.

A população residente, de acordo com os resultados do censo de 2000 do IBGE<sup>19</sup>, é de 21.291 habitantes, divididos entre a sede (zona urbana) com 5.665 habitantes e a zona rural com 15.626 habitantes, distribuídos em 207 povoados pequenos e médios, remanescentes das aldeias indígenas, das antigas fazendas de algodão, das terras da igreja e dos quilombos. A maioria dos povoados não dispõe dos serviços básicos como eletrificação, água encanada e saneamento básico, os serviços públicos oferecidos pela municipalidade são precários e atendem apenas à sede e aos povoados maiores. O acesso aos povoados é feito por estradas de terra, dificultando as trocas comerciais e favorecendo o isolamento. O índice de analfabetismo é um dos maiores do Estado.

A realidade atual é uma dura condição para a cidade que, no século XVIII, foi a sede da aristocracia rural, estabelecendo intercâmbio direto com a Europa, especialmente com Portugal e França. Momento em que alcantarenses freqüentaram as Universidades de Coimbra nos cursos de Medicina, Direito, Filosofia e Matemática e regressavam à terra natal, introduzindo hábitos europeus na sociedade.

No final do século XIX e início do século XX Alcântara não foi capaz reagir economicamente ao desmonte do sistema, inclusive com os senhores das fazendas abandonando seus domínios e transferindo os negócios para São Luis ou para outras regiões produtivas da Baixada

---

<sup>18</sup> FERNANDES, Carlos Aparecido. **Deslocamento compulsório de trabalhadores rurais**. Cadernos práticas de pesquisa. Universidade Federal do Maranhão, São Luis. 1998.

<sup>19</sup> Disponíveis no site [www.ibge.gov](http://www.ibge.gov) acessado em 20.03.2002

Maranhense. O longo período de estagnação acelerou o estado de deterioração das edificações históricas, na medida em que a população empobrecida ficava sem alternativas de sobrevivência.

O retrato do abandono pode ser observado na narrativa de viajantes do século XX<sup>20</sup> que compararam o arruinamento da cidade de Alcântara com a catástrofe da cidade italiana de Pompéia, vítima do vulcão Vesúvio. Embora um pouco exagerada a comparação retrata a perplexidade do observador quanto ao abandono de Alcântara e seu estado geral de arruinamento. De tal forma a cidade estava esquecida que o presídio estadual de segurança máxima foi implantado entre a década de 40 e 50, na praça principal da cidade, na Casa de Câmara. O símbolo da municipalidade virou cadeia de crimes hediondos e os investimentos externos assim como o turismo se afastaram da cidade.

### **2.1.1.O Tombamento de Alcântara**

Percebendo o grave processo de deterioração e devido a sua inegável importância histórica a cidade de Alcântara foi erigida em monumento nacional em 1948. Nessa ocasião festiva de comemoração do aniversário de 300 anos da cidade e de seu tombamento um dos seus marcos mais significativos foi reerguido após anos de esquecimento.

O pelourinho havia sido enterrado em 1889 na praça e dividido em pedaços. O resgate foi possível graças às indicações de uma ex-escrava de nome Calu que localizou suas partes separadas e pela iniciativa dos irmãos maranhenses Osvaldo e Durval Soares, membros do IHGB - MA, que o reergueram na Praça por ocasião do tombamento nacional da cidade. O Serviço de Patrimônio Federal, em sua fase heróica de 1937 a 1960 preocupava-se em tombar, inventariar e desenvolver estudos em cidades históricas brasileiras. Seus objetos privilegiados, de acordo com Millet,<sup>21</sup> eram as edificações portadoras das representações estilísticas do período colonial (igrejas, fortes, casa de câmara, engenhos, etc).

Naquele momento a ação pontual visava proteger monumentos isolados e o IPHAN não vislumbrava o processo de inchamento que aconteceria mais tarde com a maioria das cidades que se encontravam estagnadas, colocando em risco o contexto urbano dos objetos privilegiados.

O tombamento do conjunto foi concretizado através de dois artigos do decreto lei N.º **26.077- “A”, de 22 de dezembro de 1948**, considerando a comemoração do terceiro centenário da

---

<sup>20</sup>1904 Vitor Godinho e Adolpho Lindeberg. Norte do Brasil, através do Amazonas, Pará e Maranhão. Arquivo IHGB-RJ.

<sup>21</sup> MILLET, Vera. Brasil: a busca da identidade nacional e a instauração da política patrimonial. Recife, 2000 mimeo.

instituição da vila, antiga aldeia Tapuitapera e seu papel como marco inicial da catequese e do desbravamento do território Brasileiro.

Art.1º - É erigida em monumento nacional a cidade de Alcântara.

Art.2º - O conjunto deve ser inscrito no Livro do Tombo Histórico, instituído pelo decreto Nº25 de 30/12/1937, competindo à Diretoria Nacional tomar providencias necessárias para a demarcação da área respectiva.

A Vila de Santo Antonio D'Alcantra, fundada em 1648, conservava ainda no momento de seu tombamento, em 1948 (300 anos depois), algumas das valiosas edificações de caráter civil (Casa de Câmara e Cadeia e Pelourinho) e religioso (Igreja do Carmo) além de um conjunto de ruínas (matriz, sobrados, forte) que atestavam a sua história. A intenção do Serviço do Patrimônio Federal era preservar a cidade de modo que tais vestígios pudessem ser apreciados e protegidos em seu conjunto, mantendo-se a feição da paisagem em que se integram.

Uma das providencias tomadas foi destacar técnicos para o diagnóstico e a delimitação da área tombada. Nessa oportunidade, o arquiteto Pedro Alcântara e a arquiteta Dora Alcântara, ambos do SPHAN do Rio de Janeiro, foram deslocados para a cidade onde desenvolveram estudos e pesquisas fundamentais, transformados em relatório intitulado “Recuperação de Alcântara” -1963.<sup>22</sup>

### **2.1.2 A Implantação do Centro de Lançamento de Foguetes**

Outro fator responsável pela transformação econômica e territorial foi a desapropriação em 1980 de uma área de 52 mil hectares, equivalente à metade da base territorial do município, para instalação do Centro de Lançamento de Alcântara – CLA através de decreto do Governo Estadual (N.º 7.820, de 12 de setembro de 1980).

O Centro de Lançamento de Foguetes, na verdade uma base militar espacial, foi construída juntamente com instalações administrativas, residenciais e militares, ocupando uma parte do litoral do município onde muitos povoados se localizavam. Esse processo levou ao deslocamento compulsório<sup>23</sup> de mais de 2.000 famílias de povoados localizados à beira mar para agrovilas no interior do município, gerando desagregação social e econômica.

Essa transformação modificou as formas de sobrevivência do município, incentivando o êxodo rural e atraindo para sede do município muitos trabalhadores de outras regiões dando início ao

---

<sup>22</sup> Recuperação de Alcântara-1963, de autoria de Pedro e Dora Alcântara, foi publicado na revista acrópole nº384 de abril de 1971.

<sup>23</sup> FERNANDES, Carlos Aparecido. **Deslocamento compulsório de trabalhadores rurais**. Cadernos práticas de pesquisa. Universidade Federal do Maranhão, São Luis. 1998.

processo de inchamento das periferias do centro histórico decorrente da favelização e ocupação desordenada das encostas e mangues e a ocupação irregular das áreas e sítios arqueológicos.

No auge da obra, em 1980, 5.000 peões trabalharam na construção da infra-estrutura das plataformas de lançamentos e das vilas militares. O movimento de cargas era intenso. O Instituto do Patrimônio histórico Nacional - IPHAN alertou quanto à necessidade da construção de uma avenida, chamada de anel de contorno, para desviar o fluxo de transportes pesados e caminhões do centro para a periferia. O objetivo de proteger as ruas históricas foi alcançado, mas a avenida acabou incentivando a ocupação periférica, dando origem a uma favela chamada de Anel do Contorno, composta de trabalhadores rurais oriundos das áreas desapropriadas.

Incapazes de enfrentar tamanho desafio a Municipalidade, o Estado e o Patrimônio Nacional, preocupados com a gravidade do processo de Alcântara, solicitaram apoio ao Ministério da Cultura, que criou em 1980 o GT – Alcântara, grupo de trabalho para um diagnóstico da situação da cidade face as externalidades. Um dos objetivos do GT foi proceder a uma revisão do processo de tombamento e propor um plano estratégico para o município. Nesse momento diversos relatórios foram produzidos após as reuniões técnicas. Poucas conquistas concretas, no entanto, foram alcançadas face ao volume do empreendimento do Centro de Lançamento e muitos problemas se concretizaram na cidade, sem suporte para enfrentar tamanha transformação.

## **2.2 CARACTERÍSTICAS CULTURAIS**

### **2.2.1 As manifestações culturais**

Diante de tantas transformações, a comunidade de Alcântara conserva suas tradições como resistência aos processos externos. As mais expressivas manifestações culturais são as duas festas religiosas do Divino Espírito Santo e a de São Benedito. São momentos muito especiais de grande interação, solidariedade e participação da comunidade e que, por sua originalidade, atraem muitos turistas. A comunidade se desliga de sua dura realidade, comemora e resgata elementos tradicionais da cultura da antiga vila de Santo Antonio de Alcântara revelando características muito peculiares de sua História.

Na “Festa do Divino”, aspectos da formação histórica são evidenciados pois ocorre a reprodução simbólica da visita da corte portuguesa ao Brasil com todo o ritual que inclui o mastro, os cortejos percorrendo as ruas da cidade histórica, os personagens do Império vestidos à caráter nas visitas e formalidades religiosas das missas e ladainhas. Na festa de “São Benedito” ocorre uma reverência aos negros e sua cultura, evidenciando o sincretismo religioso afro-brasileiro através do

ritual profano religioso da festa que resgata os elementos da dança e do tambor-de-crioula juntamente com o ritual católico da missa e distribuição de comida aos pobres.

A festa do “*Divino Espírito Santo*” realiza-se na quinta-feira da ascensão ao Domingo de Pentecostes, datas móveis no mês de maio. O historiador Carlos Lima<sup>24</sup> considera suas origens em Portugal com a construção da Igreja do Espírito Santo em Alenquer, no século XIII; sua introdução no Brasil foi no século XVI e XVII (Lima, 1988,pág.21) ganhando popularidade em alguns Estados onde acontece anualmente como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina, Maranhão e Goiás .Em Alcântara, Lima explica que há uma versão de que sua origem teria sido estimulada pela visita frustrada do Imperador Pedro II e os negros ou brancos decepcionados levaram um cortejo à Igreja coroando um imperador e inventando a festa.

A festa é composta por um corte imperial formada por uma imperatriz ou um imperador que se alternam a cada ano e mordomos régios e baixos em número variável. Os membros desta corte são eleitos por voto secreto em uma disputa que inclui promessas e compromissos políticos e sociais. A festa começa um ato simbólico que é o levantamento do mastro. Esse ritual parece reproduzir a eleição da vila com o pelourinho, pois o mastro é um grande tronco de madeira enfeitado, retirado na mata e carregado pelos homens e crianças em passeata popular e alegre percorrendo as ruas da cidade do local de origem até a Praça da Matriz onde é erigido.

Durante a festa, sediada na “Casa do Divino”, os mordomos e o Império realizam visitas formais, cortejos e procissões onde cada integrante da festa veste uma criança ou adolescente, representando seu personagem. O cortejo é formado pelo personagem, mestre-sala, acompanhado por banda de música, caixeiras e bandeirinhas, que vestidos à caráter, seguem pelas ruas da cidade até as casas de festa ou até a Igreja do Carmo, sede religiosa do evento onde são rezadas missas e ladainhas em latim.

Todo o ritual da festa é determinado pelos mestres-salas, figuras importantes na sociedade alcantarense que organizam o evento. Há farta distribuição de alimentos aos ajudantes voluntários e a comunidade. Durante as “visitas da corte” os convidados são servidos em mesas ricamente ornadas com chocolate, bolos e o tradicional “doce de espécie”; a festa tem duração de dois finais de semana.

Em agosto outra festa tradicional é a *festa de São Benedito* realizada na Igreja do Rosário dos Negros; dura apenas um fim-de-semana. É uma festa profana e religiosa, símbolo do sincretismo e da fusão das religiões afro com o cristianismo. É coordenada por uma senhora devota com a participação das comunidades negras que se organizam em grupos e se deslocam de caminhão, na lua

---

<sup>24</sup> LIMA, Carlos de. Festa do Divino. Brasília. MINC. GT Alcântara. 1988.

de agosto, dos seus povoados até a sede, para prestar homenagem a São Benedito. Outrossim, o ritual da dança acontece à noite, à porta da Igreja. Os homens se reúnem para tocar em “parelhas”, instrumentos tradicionais de percussão; são tambores longos que são aquecidos e deitados entre as pernas para o toque e as mulheres se reúnem para dançar em círculo em frente ao grupo de tocadores, com saias coloridas. No círculo de dança o aviso de entrada é dado pela “pungada”, gesto tradicional onde as mulheres batem os umbigos.

Durante o dia são rezadas as missas, ladainhas e, no domingo, realizada a procissão para o Santo. A distribuição de alimentos é também uma característica da festa; os devotos oferecem alimentos ao Santo, doando à comissão organizadora, arroz, farinha e animais como boi, porco e galinha que são sacrificados ao som do toque do tambor para alimentar os participantes, os organizadores e o resto é distribuído entre os mais pobres. Essa prática da distribuição de alimentos nas festas, além do caráter solidário reflete a situação de pobreza da comunidade.

### **2.2.2 Aspectos econômicos**

A economia do município, atualmente, é baseada na agricultura de subsistência e no turismo. O principal empregador é a Prefeitura que conta com uma pequena parcela do fundo de Participação federal, insuficiente para a manutenção de todo o município. Na zona rural na agricultura de subsistência é centrada no plantio da mandioca, banana, milho, arroz, na produção tradicional do carvão vegetal, na extração do coco de babaçu e na pesca artesanal. Na sede, o turismo é a principal alternativa econômica e está caracterizado por dois tipos: o turismo de visitas diárias de fim-de-semana decorrente do incremento do turismo na capital, especialmente após o reconhecimento de São Luis como Patrimônio Mundial em 1998. Esse fluxo contribui pouco para a economia do município e um turismo mais intenso que ocorre nos períodos de férias, julho e dezembro e nas festas tradicionais em maio e agosto.

Nesses períodos, quando há uma expressiva demanda, a cidade sofre os problemas da sobrecarga, pois despreparada para receber o turista devido à falta de infra-estrutura urbana, hoteleira e de serviços, acontece um caos urbano no fornecimento de água e luz, coleta de lixo e abastecimento de produtos na cidade. Além das dificuldades de acessibilidade decorrente da travessia feita por embarcações simples que dependem dos horários das marés para chegada e saída. De um modo geral a cidade depende dos produtos de São Luis, vivenciando hoje ainda sua relação histórica de interdependência social e econômica com a capital. No passado a cidade era um entreposto de mercadorias produzidas nas fazendas e abastecia a capital com seus produtos. Hoje, Alcântara

depende de produtos e serviços provenientes de São Luís. As mercadorias, profissionais e serviços específicos chegam de barco regularmente e todos os produtos consumidos na sede vêm de fora.

Esse cenário atual é decorrente da estagnação econômica da cidade ao longo do processo de decadência ocorrido no final do século XIX. Fatores como a Abolição da Escravatura, a mudança dos mercados exportadores e a falência das fazendas de algodão contribuíram para o isolamento da região.

## **2.3 COMPOSIÇÃO URBANA E ARQUITETÔNICA**

O centro histórico, tombado pelo Patrimônio Federal compreende toda a área da sede do município, restrita a seus limites naturais que são o mar, os igarapés e os apicuns. Em 1948, quando foi decretado o tombamento, a primeira providência que deveria ter sido tomada pelos técnicos do IPHAN era a delimitação da área.

Decorridos 54 anos do tombamento, esse trabalho não foi concluído. Em 1998 houve uma iniciativa do IPHAN no sentido de elaborar em parceria com a municipalidade um plano de preservação que delimitasse as áreas de preservação rigorosa e de expansão urbana, a fim de fiscalizar reformas e construções e conter a expansão urbana e a favelização das encostas. Esse plano em fase de aprovação e revisão é um estudo preliminar para um plano diretor da sede que depende ainda do inventário dos bens móveis da cidade, ainda não realizado a fim de catalogar e conhecer o acervo arquitetônico, religioso e arqueológico da cidade.

### **2.3.1.composição urbana**

O tecido urbano de Alcântara consolidado no século XVIII permaneceu congelado com poucas alterações até o início do século XX. A análise da composição urbana atual foi feita com a comparação das plantas da cidade em 1970 e 2000, período em que aconteceu a maior transformação na malha urbana. Em 1970 a malha urbana apresentava-se sem grandes alterações com relação ao traçado do século XVII inclusive com a permanência das ruas e quadras originais: Ladeira do Jacaré, Rua Direita, Rua de Baixo, Rua Grande e Rua do Sol, com exceção de algumas ruas deterioradas como a Rua da Amargura, antiga Rua da Bela Vista e de algumas quadras em arruinamento como a quadra entre a Rua Grande e a Rua da Amargura e a quadra posterior ao Convento do Carmo cujos vestígios são perceptíveis no traçado e com acréscimo de pequenas ruas transversais.

Na planta da cidade desse período observa-se que a forma do traçado é bem clara em dois eixos de expansão que valorizam os três conjuntos urbanos originais da formação da vila Mercês, Matriz e Carmo. O primeiro eixo é perceptível a partir da Praça da Matriz, passando pela

Mercês em direção ao porto do Jacaré e o outro eixo do Carmo em direção à Rua Direita coincide com o norte magnético.

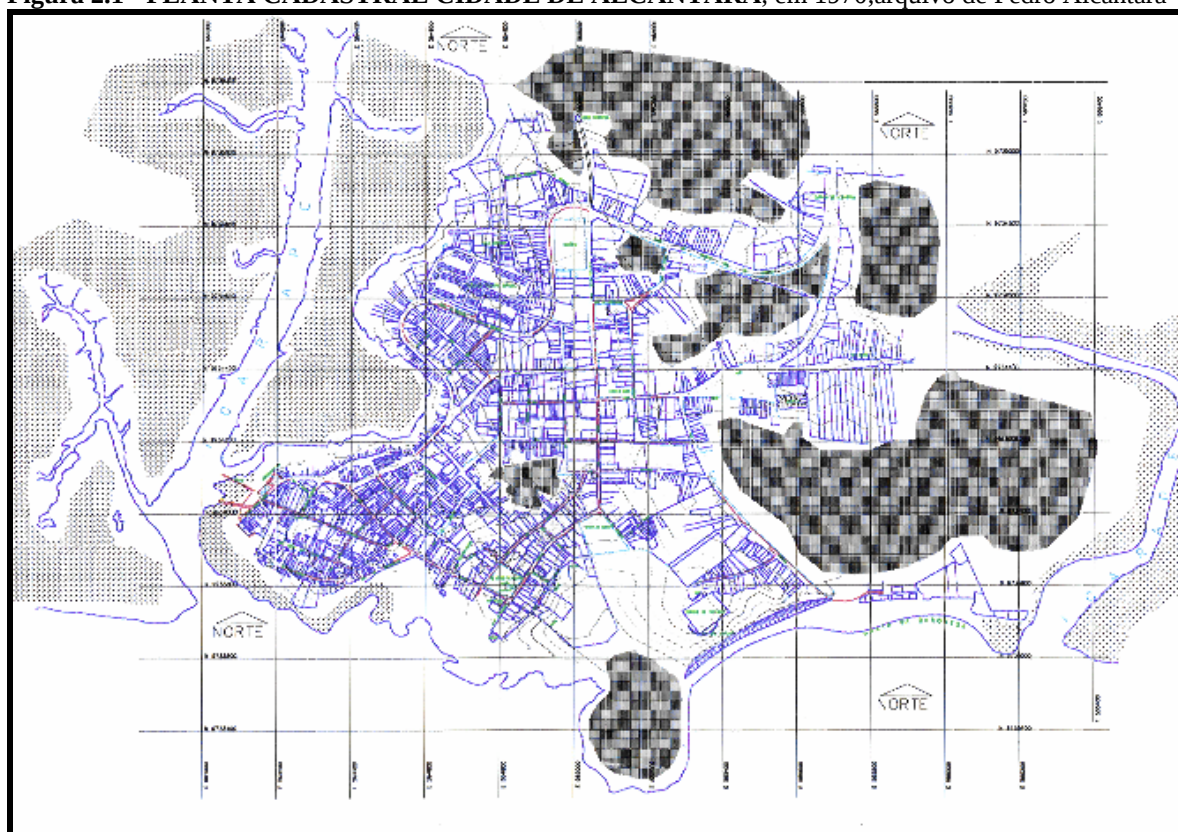
A forma do traçado é singela e mostra um triângulo bem aberto, \\_ /, um “V” com a base larga. Os eixos de expansão tem no meio um vazio, uma depressão topográfica denominado o “Baixão do Lobato” e em frente as encostas do igarapé do jacaré e o mangue até então livres. A malha urbana sofreu uma grande transformação a partir da década de 80 que se pode observar através da comparação entre a planta da cidade na década de 70 e o mapa digital de 2000 (ver figura 2.1. p. 44).

Essa transformação, decorrente da implantação do Centro de lançamentos e seus impactos sobre o centro histórico, foi consolidada pela construção em 1980 da avenida do anel de contorno, que incentivou a ocupação do vazio existente correspondente a uma da depressão topográficas e das áreas de entorno gerando um adensamento que se processa até hoje de forma descontrolada, inchando a malha urbana para todas as direções especialmente no interior da forma em V.No mapa de GPS de 2000 a forma do traçado já não é mais facilmente reconhecível. Percebe-se que o processo de inchamento, favelização e ocupação desordenada, preencheu todos os espaços, alterando os lotes originais dessa área e incentivando ocupações nos outros eixos de crescimento onde os caminhos arqueológicos, como o acesso ao Forte São Sebastião a Fonte da Mirititua inserindo novas formas de ocupação no traçado urbano.

Não há entre os moradores o conceito de bairros isolados. Cada bairro corresponde ao entorno dos monumentos. *A praia* é chamada toda a extensão do cais e da ladeira do Jacaré. O *Bairro das Mercês* compreende todo o entorno da praça onde existia o convento e toda a extensão da Rua das Mercês, o *centro* é considerado a praça da Matriz e suas imediações, o *Bairro da Mirititua* nas imediações da fonte e o *Largo do Carmo* compreende todo o entorno da igreja. O *Largo do Rosário* é o entorno da igreja *de São Benedito*, também conhecido como caravelas. Os novos bairros são o *Cema* na saída da cidade próximo ao cemitério, o *bairro dos Crentes* de ocupações irregulares no Baixão do Lobato, o *Bairro do Anel do Contorno* que considera toda a periferia circulada pela avenida do anel do contorno.



**Figura 2.1 - PLANTA CADASTRAL CIDADE DE ALCÂNTARA, em 1970,arquivo de Pedro Alcântara**



**Figura 2.2 - PLANTA DIGITAL DA CIDADE DE ALCÂNTARA, em GPS, 2000 acervo Prefeitura Municipal.**

Permanecem no traçado as três Praças originais do século XVII da Matriz, Praça do Carmo e das Mercês, incluindo-se a Praça do Rosário do século XVIII. Todas equivalem a largos religiosos. O entorno das praças é de uso misto residencial e comercial, à exceção da Matriz.

A Praça da Matriz conservou os elementos característicos da vila portuguesa, a Casa de Câmara e Cadeia, que hoje abriga a Câmara de Vereadores e Prefeitura Municipal, o Pelourinho e a ruína da fachada da Igreja da Matriz, seu entorno é formado por um conjunto de sobrados; na lateral esquerda estão o Fórum, o Cartório, o Museu Histórico, a Casa Paroquial e apenas uma residência; na lateral direita estão moradas térreas residenciais e comércio e no meio da praça os sobrados abrigam pousadas e restaurantes. As vias e seus usos. As ruas principais da cidade são as ruas antigas, Ladeira do Jacaré, Rua das Mercês, Rua Grande, Rua Direita e Rua de Baixo, de vocação residencial alternam hoje usos residenciais e comerciais. São calçadas em pedra branca e preta com desenho triangulado. As novas ruas abertas em função das novas ocupações, são na maioria em terra batida. O único trecho asfaltado na cidade é a avenida do anel de contorno, destinada ao tráfego de caminhões e canal de interligação com a rodovia estadual.

A tradicional Rua Grande abriga hoje moradas e sobrados residenciais adaptados ao comércio varejista, ao Banco do Estado, a delegacia de polícia e escolas públicas, conservando-se ainda algumas residências.

### **2.3.2 Composição arquitetônica**

#### **▪ A Arquitetura**

A composição arquitetônica do conjunto ainda hoje é homogênea e original com aspectos bem definidos. Podemos dividi-la em arquitetura religiosa (igrejas e passos), arquitetura militar (ruínas da fortificação), arquitetura civil (moradas e sobrados), ruínas e arquitetura vernacular ou popular.

#### **▪ A arquitetura religiosa**

Da arquitetura religiosa do século XVII, Igrejas e Conventos do Carmo, Mercês e Igreja da Matriz que juntos delimitaram as origens da aldeia religiosa, o único exemplar que sobreviveu inteiro dessa tríade original foi a Igreja do Carmo.

Essa edificação é singela e branca com duas torres sineira e portada em cantaria. Possui simplicidade exterior e um riquíssimo altar barroco. O convento ao seu lado está em ruínas. As outras duas igrejas apresentam apenas vestígios de sua existência. A Matriz só possui a fachada frontal de uma só torre com frontão curvilíneo em ruínas, e a das Mercês, só o baldrame elevado da rua indica sua localização.

Há também cinco Passos da Paixão encontram-se fechados ou em estado de abandono. São pequenas capelas e destinavam as procissões.

#### ▪ **A arquitetura militar**

A fortaleza de São Sebastião construída no século XVIII esta totalmente em ruínas, poucos elementos restaram, algumas paredes estruturais encobertas pela vegetação.

#### ▪ **A arquitetura civil**

A Arquitetura de Alcântara é muito homogênea apesar da superposição simultânea de dois tipos de construções: uma da aristocracia e outra popular. A primeira é monumental composta pelos edifícios públicos e pelas moradas e sobrados em pedra e cal, e a segunda é doméstica composta pelas casas populares em adobe e palha, mesmo diferentes encontram-se interligadas e relacionam-se através de uma linguagem própria que reproduz na arquitetura **vernacular** elementos da arquitetura tradicional.

No que se refere à arquitetura civil, as edificações apresentam tipologia tradicional da arquitetura luso-brasileira no Maranhão do século XVIII/XIX. Os sobrados e as moradas-inteiras conservam características originais, pois o isolamento econômico da cidade não possibilitou agregar elementos de outros estilos. Há predominância de três tipos; meias-moradas, moradas-inteiras e sobrados.

As moradas são edificações térreas em pedra e cal compostas por fachadas paralelas ao alinhamento da rua, arrematadas por beiral e cimalha, composta de vãos de verga reta com molduras em pedra de cantaria e alguns casos com revestimento de azulejos portugueses. Na planta baixa observa-se a divisão de 4 cômodos por um corredor central que culmina na ampla varanda de

esquadrias da fachada posterior, geralmente um anexo ao corpo central em L abriga serviços e cômodos menores. A cobertura é de telha canal de barro com cumeeira central. O sobrado é uma edificação de dois pavimentos, reproduz a planta da morada com o acréscimo da escada central de acesso ao pavimento superior. Em geral, as plantas são parecidas e podemos considerar repetições de um mesmo tipo tanto para fachada e para planta baixa.

Arquitetura vernacular ou popular é formada pelas construções residenciais da periferia e dos bairros novos geralmente pequenas casas feitas em adobe com cobertura de palha e alguns casos em alvenaria com telhas de barro, são geralmente térreas, baixas e apropriam de modo peculiar a variação da tipologia de porta e janela, meia morada e morada inteira reproduzindo em planta e na fachada os elementos tradicionais da arquitetura colonial como o alinhamento das edificações paralelo à rua, o ritmo e altura dos vãos na fachada, repetem os detalhes de acabamento como cimbalhas e frisos, de forma simples e em escala e proporção menor que as edificações originais.

#### ▪ Ruínas

As ruínas constituem uma característica muito particular no conjunto arquitetônico de Alcântara. Elas localizam-se tanto na sede como na zona rural, remanescentes das antigas casas das fazendas e na sede, onde há um número significativo delas: ruínas da Igreja da Matriz (Ver Figura 2.2 pág.49) ruínas do Palácio Negro, ruínas da Rua da Amargura, ruínas do Forte São Sebastião, ruínas da casa do Barão de Pindaré, ruínas sem identificação, ruínas das empenas de sobrados que foram abandonados pelos seus donos, ruínas da Igreja de São Francisco, de Santa Quitéria dentre outras.

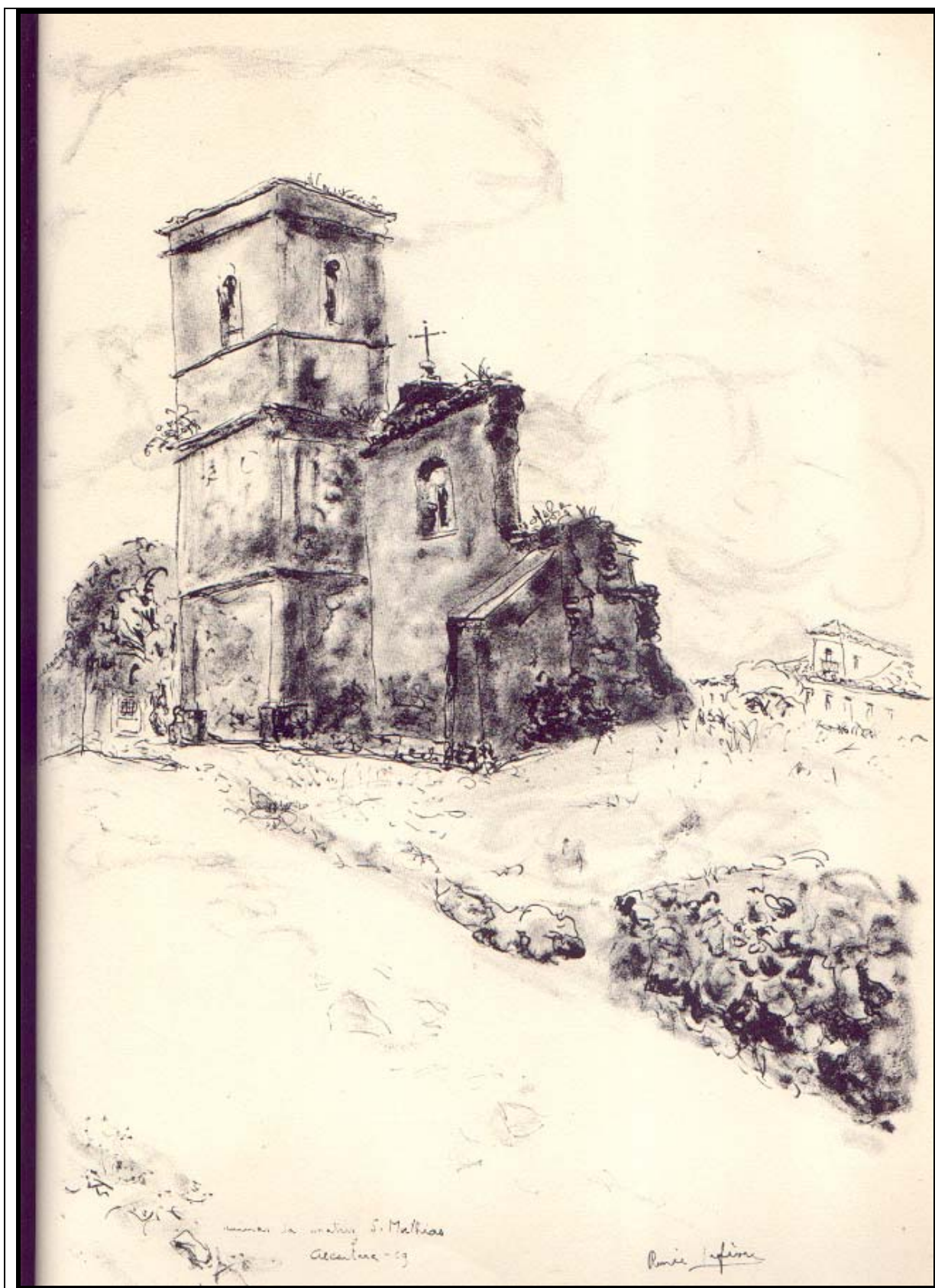
Geralmente associadas ao abandono e à decadência, pela degradação de seus elementos construtivos ou estéticos, as ruínas denunciam o abandono que a cidade sofreu no século XX. Se por um lado elas assustam o espectador, por outro lado são reminiscências do passado, fragmentos da arquitetura. Peças de um quebra cabeça que necessitam de complemento para compreensão. Permanências ou esquecimento? Resistências ou lembranças? Qual o papel da ruína no contexto urbano atual? São pistas para o pesquisador. O fio condutor que leva ao entendimento de outros momentos. São documentos do processo histórico, vestígios que o tempo conservou.

Fragmentos onde o valor de antiguidade, de acordo Riegl<sup>25</sup>, reside na oposição à contemporaneidade, no defeito a integridade, na tendência à dissolução das formas e das cores. Ele as considera como atributos de obras, depoimentos das grandezas do passado frente à decadência do presente e ressalta que esses sintomas de degradação produzem efeitos negativos sobre o observador.

---

<sup>25</sup> RIEGL, Alois. *Lê culte moderne des monuments, son essence et sa genese*. Editions de Seuil, Paris, 1984. Pág. 65-87.

No caso de Alcântara, as ruínas são vistas pela comunidade como espaços mortos, que não podem ser ocupados, congelando o tecido urbano. Dessa forma ela nega a sobrevivência dos monumentos, retirando-lhe seus materiais (as pedras pretas, as pedras de cantaria e a madeira de lei), promovendo a sua destruição e arruinamento. Alguns monumentos, como, por exemplo, a Igreja Matriz, de acordo com depoimentos de antigos moradores do bairro como Sr. Lobato e Sr. Heidmar Guimarães Marques, Diretor do Museu, foram destruídas parcialmente pela retirada sistemática das pedras para construções de calçamento das ruas. É uma relação de memória e esquecimento, a comunidade pobre que restou não se identifica com a cidade rica e opulenta do passado.



**Figura 2.3 - CROQUI DA IGREJA MATRIZ. LEFÈVRE, René e COSTA filho, Odylo. Maranhão: São Luís e Alcântara. São Paulo, 1971. Cia. Editora Nacional, EDUSP, p. 37.**

## **2.4.PROBLEMAS DE ALCÂNTARA FACE AO PLANEJAMENTO DA CONSERVAÇÃO**

Depois de sofrer, no final do século XIX o processo de decadência econômica, Alcântara entrou em estado de letargia ou de pobreza resignada no início do século XX.

Algumas tentativas foram empreendidas para recuperar sua economia nas décadas de 70 e 80, apoiadas na crença de que o crescimento econômico do Estado, sobretudo da capital, incluiria Alcântara nas áreas beneficiadas. Além dos efeitos indiretos, o incentivo ao turismo seria a alternativa viável. No entanto, não foram feitos os investimentos necessários à melhoria da infraestrutura física, indispensáveis à dinamização da cidade. Depois do fracasso das tentativas, a situação geral foi agravada por um fator externo que foi a desapropriação de mais da metade do território do município para implantação de uma base militar em 1980. Inicialmente, havia a expectativa de que esse empreendimento alavancaria a economia alcantareense transferindo para a comunidade os benefícios do projeto. Renasceram as esperanças da recuperação econômica do município.

A contradição entre a realidade local, despreparada para participar de tal empreendimento, e a demanda específica do Centro de Lançamento excluiu os alcantarenses e a cidade Alcântara dos benefícios do centro, pois a vila militar criou uma estrutura independente da cidade histórica. O centro de lançamento além de não colaborar com o crescimento econômico pressionou a estrutura física e social da cidade, gerando desagregação social e êxodo da população deslocada de seus povoados na zona rural.

Em 1999, foi instaurado um inquérito público destinado a diagnosticar possíveis irregularidades na implantação e funcionamento do Centro de Lançamentos, especialmente com relação ao reassentamento das famílias residentes na área desapropriada e aos problemas da sede.

A ocupação desordenada das áreas de mangue, do Baixão do Lobato e do entorno da avenida de Anel do Contorno deu início a um processo de favelização em Alcântara, alterando a estrutura da malha urbana, ocupando-se desordenadamente áreas de interesse ambiental e arqueológico.

Decorridos 22 anos da implantação da base espacial questões preliminares ainda são discutidas, como, por exemplo, a elaboração do primeiro EIARIMA – relatório de impacto ambiental do empreendimento no município e a delimitação da área de tombamento federal.

O termo de referência do EIA RIMA proposto foi rejeitado por desconsiderar o contexto etno-histórico e arqueológico regional assim como os impactos sobre o patrimônio cultural da sede já

evidentes, como o processo de favelização, além da definição das medidas mitigadoras do processo. Além deste impasse, há ainda o problema da falta de delimitação da área de tombamento federal. Sem os instrumentos técnicos e sem o conhecimento do zoneamento necessário, os mecanismos de preservação foram deficientes e o processo de ocupação desordenada do espaço urbano da cidade ocorreu sem controle. Nesse sentido, a necessidade de um plano diretor para a cidade é primordial no sentido de estabelecer critérios que regulem as áreas de intervenção e contenham a ocupação desordenada.

A dinamização de uma cidade histórica não é apenas um problema de restauração ou conservação de monumentos isolados, ultrapassa esse âmbito para se incluir entre as realizações que implicam uma profunda reestruturação de todo o esquema sócio econômico de uma região.

Os problemas do planejamento em Alcântara foram apontados em diversos relatórios elaborados pelos consultores internacionais da Unesco a partir da década de 60.

Cumprе destacar as reflexões feitas por Viana de Lima em 1973, pelo arquiteto Wit Olaf Prochinik em 1979 e Raul Pastrana em 1984, que contribuíram para uma visão integrada do problema da conservação de Alcântara. Alguns aspectos são unânimes no discurso dos consultores: a constatação da fragilidade da estrutura sócia econômica de Alcântara e sua incapacidade de reação.

Pode-se afirmar que há uma perfeita identidade entre a estrutura física da cidade fragilíssima, à beira da ruína e sua estrutura sócio econômica. Considerando que deste organismo, desponta sua absoluta fraqueza, próxima aos níveis de subsistência (Wit Olaf Prochinik, 1979).

O entendimento de que a preservação do patrimônio e as ações do planejamento passam necessariamente pela revitalização econômica da cidade. “A *conservação, preservação e dinamização de Alcântara a liga-se intimamente a uma reestruturação sócia econômica e dela depende*” (Viana de Lima, 1973).

Também há consenso no entendimento global da questão, dentro de uma noção integrada da conservação expressa na visão de Raul Pastrana.<sup>26</sup> Em uma carta sobre a cidade ele afirma que:

Revitalizar un centro histórico es una actividade global que no puede omitir de la consideracion de ninguno de los aspectos :sociales,culturales económicos, políticos y físicos y sus s articulaciones recíprocas ,que hazen que um conjunto de edificios sea una ciudad. La causa justamente da la reciprocidad de estas articulaces, el comportamiento y las acciones de cada uno de los miembros de la comunidad incidem sobre el conjunto le dá vida, lo fortifica y lo e califica .Inversamente essas acciones puden debilitar el conjunto, degradarlo y hasta destruirlo (Pastrana, 1984).

---

<sup>26</sup> Carta do consultor da Unesco Raul Pastrana. 1984. Estudos e Relatórios sobre Alcântara. Acervo da Coordenadoria de Patrimônio Histórico Estadual do Maranhão, enviada de Paris em setembro de 1984 aos representantes do patrimônio histórico estadual de São Luis, Phelipe Andrés e Ronald Silva.

Tal percepção relaciona-se ao conceito de conservação urbana integrada que de acordo com Zanquetti & Jokilehto<sup>27</sup>, refere-se a um conjunto de planejamento e ações de gestão de áreas urbanas existentes com o objetivo de garantir desenvolvimento sustentável pela manutenção das estruturas físicas e sociais, integrando-as com novos usos e funções.

O planejamento da conservação integrada deve ser programado como um processo que é baseado no entendimento e na articulação da vida e dos valores da comunidade urbana em relação aos sistemas, forças e atores presentes. As propostas devem ser articuladas no tempo e enraizadas na estruturas social, econômica e política da sociedade urbana. Dentre as várias fases do planejamento estão à análise e avaliação, elaboração de soluções e propostas alternativas, negociação e implementação e monitoramento e controle. A análise histórica da cidade e seu relacionamento com o contexto territorial é fundamental na identificação de valores específicos que vão embasar decisões no planejamento.

Nessa perspectiva, os dilemas do planejamento urbano justificam o resgate da formação histórica da cidade como instrumento capaz de desvendar às origens da cidade compreendendo o contexto socioeconômico da ascensão e decadência da vila e compreendendo os fatores externos que contribuíram para as transformações urbanas e sócias.

Para compreender esse processo torna-se imprescindível analisar a evolução urbana considerando-se as diferentes etapas da formação histórica da cidade, percebendo os atores desse processo, identificando-se o preenchimento e o crescimento do tecido urbano, desde seus primórdios na aldeia de Tapuitapera (séc. XVI), a aldeia religiosa e a vila de Santo Antonio D'Alcântara (séc. XVII), do apogeu da sede da aristocracia rural agro exportadora (séc. XVIII) ao processo de decadência (séc. XIX) e as transformações urbanas decorrentes com implantação da base espacial (Séc. XX).

---

<sup>27</sup> Zanquetti, Silvio M. & Jokilehto, Jukka. Reflexões sobre o planejamento da conservação urbana integrada. Ceci. UFPE. 2001.

### CAPÍTULO 3

## A ALDEIA INDIGENA E A PRESENÇA DOS CONQUISTADORES SÉCULO XVI

O século XVI é marcado pela dúvida da existência da localidade transitória de Nazaré, relacionada ao primeiro ciclo das navegações no golfo maranhense. Sua implantação teria sido estimulada pela possibilidade de acesso ao “Eldorado do Perú” através dos rios maranhenses. Esse momento inicial está ligado à existência de numerosas aldeias de índios tapuias, dentre elas “Tapuitapera” que exerceu importante papel na conquista do Maranhão nos primórdios da colonização com as presenças francesa e portuguesa, participando ativamente das ocupações deste território.

Carlos Lima, historiador maranhense<sup>28</sup>, expressa que Tapuitapera era um ponto natural de articulação de trânsito entre São Luís e Belém e as zonas ocidentais da baixada reforçando sua importância como ponto estratégico, político e comercial.

Situada entre duas bacias hidrográficas que cumpre a Portugal e Espanha defender, portas que se supunha dos sonhados tesouros peruanos, era também rota de abastecimento da capital e local onde se vinculam caminhos terrestres (estrada do correio de Tapuitapera a Belém) e as vias de navegação fluvial e litorânea. (Lima, p. 38).

A versão oficial de que a ocupação do território de Alcântara começa com a presença dos conquistadores franceses e portugueses é conhecida e partilhada pelos historiadores maranhenses e está contida na narrativa dos memorialistas europeus. No entanto, dois autores Alcântara (1970) e Meireles (1996), um arquiteto e outro historiador dividem uma hipótese que o local ocupado pela capitania de Cumã e pela aldeia Tapuitapera corresponde na cartografia do século XVI a um povoamento transitório chamado **Nazaré**: (Ver fig. 1.2, pág. 25).

“As terras em que se situa Alcântara, antiga Tapuitapera, desempenharam papel relevante na história, foram ocupadas desde 1º século, mapas quinhentistas permitem especular sobre a instalação nelas da legendária cidade de Nazaré”. (Alcântara, mimeo, 1970)

---

<sup>28</sup> LIMA, Carlos. **Vida, paixão e morte da cidade de Alcântara-Maranhão**. SECMA, São Luís-MA, 1998.

O historiador Mário Meireles questiona: Como poderia haver uma cidade esquecida na crônica francesa dos capuchinhos (1612), nos relatos da conquista portuguesa (1615), tendo aparecido apenas na cartografia holandesa?

A povoação de Nazaré que teria sido fundada pela expedição de Aires da cunha em 1535 na ilha grande (são Luís) ou algures no golfão maranhenses não sobreviveu e dela não ficaram vestígios, historiadores duvidam de sua existência achando que Nazaré construída com pedras de Alcântara houvesse desaparecido sem vestígios só passados oitenta anos da chegada de Jerônimo de Albuquerque. (Meireles, 1982, p. 41).

O autor coloca uma serie de questões abertas sobre a história do Maranhão (p. 90-92).Dentre elas: “(12) onde exatamente edificaram Nazaré e o castelo que a defenderia? (13) Por que insistiram cartógrafos holandeses em registrar Nazaré, ainda nos mapas do século XVII, como sendo no continente, em terras de Cumã?”.

As suposições a cerca da localidade de Nazaré situam-se historicamente no período das primeiras expedições (1535/1550) que precedem a fundação francesa e colonização portuguesa, caracterizando uma ocupação transitória.

No século XVI quando o Brasil foi dividido em Capitanias Hereditárias D. João III, deu uma delas, a primeira do sentido norte onde se situava o Maranhão, a João de Barros pelos seus serviços prestados em alto posto administrativo.

Essa Capitania, de acordo com o mapa de 1574 de autoria de Luis Teixeira ocupava todo litoral Norte do Brasil paralelo à linha do Equador, de forma privilegiada considerando que as outras Capitanias ocupavam pequeno trecho do litoral e parte do interior do Brasil. (Ver fig. 1.3, p. 55).

Na expedição de Aires da Cunha em 1535, Meireles<sup>29</sup> explica que o donatário da Capitania João de Barros mandou ao Maranhão dois filhos, Jerônimo e João, para o reconhecimento do território. A expedição resultou num lamentável insucesso e na ruína financeira, fazendo o donatário perder seus sócios e desistir de conquistar as terras. Em 1550 uma segunda tentativa de colonizar o Maranhão foi empreendida por Luis de Melo, que sem sucesso tentou tomar as terras de João de Barros. Essa invasão fez a Coroa deferir um alvará em 1561, proibindo que no futuro, fosse alguém às terras de João de Barros (Meireles, 1996 pág. 80). Sem sucesso na ocupação de suas terras o donatário faleceu em 1570.

O sistema de capitanias vigente seria modificado entre 1580-1640 com a união das coroas na monarquia dual de Portugal e Espanha. Após a ocupação portuguesa o novo Estado do Maranhão foi dividido em duas Capitanias Gerais: a do Maranhão e a do Grão-Pará.

---

<sup>29</sup> MEIRELES, Mario.M. **João de Barros**: primeiro donatário do Maranhão. São Luis: ALUMAR, 1996, págs. 32 – 33.



**Figura 3.1 - MAPA DAS CAPITANIAS DO BRASIL** - de Luís Teixeira, 1574, Mapoteca do Itamaraty Rio de Janeiro, reproduzido do livro de Mário Meireles - João de Barros, primeiro donatário do Maranhão. ALUMAR1996.

A capitania do Maranhão foi por sua vez, subdivida em quatro Capitânicas Reais Subordinadas (Ceará, Itapicurú, Icatú e Mearim) e quatro Donatárias (Tapuitapera ou Cumã) doadas a Francisco Coelho de Carvalho, a *de Caeté ou Bragança* dada a Frei Manuel de Melo e a *de Gurupi* dada a Álvaro de Sousa.

Embora a cartografia portuguesa não faça referência a Nazaré, o mapa de autoria do holandês Arnold F. van Langeren de 1595, mostra informações das Províncias e das diferentes etnias indígenas, registra o nome das localidades do litoral, os rios, apresentando desenhos em seu interior, de índios em guerra, das aldeias, da vegetação e de cenas de canibalismo, retratando simbolicamente a imagem do Brasil no século XVI. Nesse mapa, (ver figura 3.2, p. 57), Nazaré localiza-se na lateral esquerda na reentrância do golfo maranhense e está indicada com elevações de edificações nas proximidades do local onde Tapuitapera está indicada na cartografia do século XVII. No desenho observa-se o acesso à ilha de São Luís recortada pelos rios Anil e Bacanga, além das indicações de *O. Maranhon* (com elevações de edificações) e *F. de S. Sebastian*.

O estudo realizado por ambos pesquisadores Meireles e Alcântara, sobre a existência de Nazaré, não pode ser mais aprofundado devido à falta de documentação desse período. No entanto, registramos e consideramos como verdadeira essa hipótese, uma vez que essa dúvida é colocada por diversos autores quando se referem à eterna cobiça ao eldorado decorrente do entendimento distorcido de que os rios do Maranhão serviriam como canal de acesso fluvial ao Amazonas em direção ao ouro das terras do Peru. Algumas distorções na composição das cartas estimularam essa concepção que perdurou no século XVI.

A imprecisão desse mapa, revelando somente a costa do Maranhão favoreceu a controvérsia quanto à localização da povoação de *Nazaré* ora nas proximidades da ilha de São Luís ora nos arredores de Alcântara.

No entanto, embora passível de comprovação futura, pois o olhar sobre a história da formação das cidades brasileiras vem sendo amplamente discutido e pesquisado, especialmente através do resgate de documentos em arquivos portugueses e franceses, continuamos considerando a cronologia da ocupação portuguesa, pois de fato, as primeiras referências a Alcântara começam a aparecer na cartografia do século XVII, indicadas pela presença de *Tapuitapera* – aldeia de índios Tupinambás e pela capitania de Cumã, doada a Antônio Coelho de Carvalho em 1662.<sup>30</sup> Os mapas anteriores, do século XVI, conforme se indicam demarcam apenas a costa do Maranhão e trazem o conhecimento da geografia dos rios comprovando o interesse destas terras pelos conquistadores e piratas.

---

<sup>30</sup> LOPES, Antônio. *Alcântara subsídios para a história da cidade*. Ministério da Educação e Cultura. IPHAN, 1957, p. 128.



### 3.1 OS ÍNDIOS E A ORGANIZAÇÃO ESPACIAL

As principais fontes primárias constituídas por crônicas de viagens escritas no século XVI foram os relatos de André de Thévet (1588) e o de Jean de Lery (1580) em “Viagem a terra do Brasil” sobre a França Antártica, na Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. Lery, que era um simples sapateiro, foi um estudioso da teologia e incluiu nos seus relatos a tentativa colonizadora de Villegagnon e aspectos como a música Tupi.

Esses relatos de acordo com Pianzola (1991, p. 39), historiador francês contemporâneo, teriam influenciado, assim como o ensaio de Montaigne sobre os canibais, a obra dos padres capuchinhos franceses Claude D’Abbeville e Ives D’Evreux, memorialistas, que descreveram a França Equinocial, no Maranhão, com minuciosos detalhes da expedição, da fundação da Ilha de São Luis, de passagens a Tapuitapera, do cotidiano, dos índios e da astrologia tupi (ver figura ).

A perplexidade contida na narrativa dos viajantes, quanto aos hábitos dos índios, a pureza de caráter, a saúde, a longevidade, a ligação com a natureza, o conhecimento das plantas medicinais, o relacionamento familiar gerou uma inevitável comparação com os hábitos considerados por eles decadentes da sociedade européia, como pestes, luxurias e corrupção.

Na visão da antropologia moderna Laplantine<sup>31</sup> nos explica que o olhar do europeu estava centrado na figura do mau selvagem e do bom civilizado ,considerando que a diversidade das sociedades humanas raramente apareceu aos homens como um fato e ,sim,como uma aberração. Os critérios usados pelos europeus no século XV para julgar os índios, além do critério religioso eram a aparência física - “eles andam nus” ou vestidos de peles de animais; os comportamentos alimentares - “eles comem carne crua” e todo imaginário do canibalismo que se irá elaborar; a inteligência tal qual pode ser apreendida a partir da linguagem:

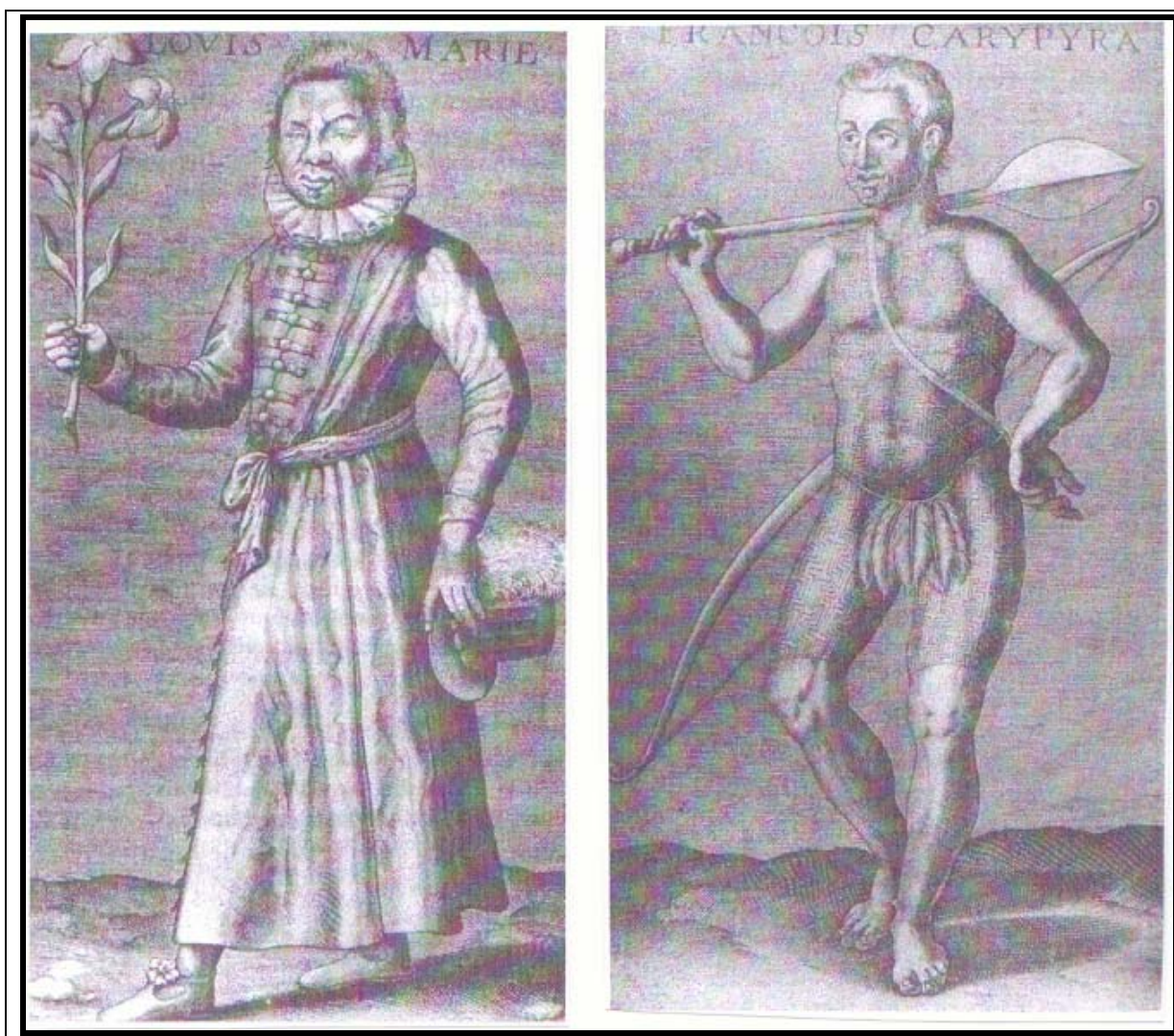
“Eles falam uma língua ininteligível, assim não acreditando em deus, não tendo alma, não tendo acesso à linguagem, sendo feios e alimentando-se de carne animal, o selvagem é apreendido de modo bestial”. (Laplantine, 1988,p.41)

Nos séculos seguintes, após o Renascimento, o que se observa é uma inversão, uma representação concorrente que consiste em inverter a atribuição de significações diz o autor, o bom selvagem e o mau civilizado:

“Podemos, portanto, chamá-los de bárbaro quanto às regras da razão, mas não quanto a nós mesmos que os superamos em toda a sorte e barbárie”. (Laplantine,1988, pág. 47).

---

<sup>31</sup> LAPLANTINE, François. Aprender antropologia. Editora Brasiliense, 1988. p.41-47.



**Figura 3.3 - GRAVURAS DOS ÍNDIOS**, em Paris, publicadas no livro “Sur La France Équinoxiale” de Nicolas Fornerod, 2001.

A narrativa dos memorialistas pode ser percebida de diversas formas e múltiplas interpretações: a primeira é a visão do paraíso no olhar dos viajantes religiosos embevecidos com a terra descoberta e com o estado dos selvagens.

As agoas do Maranhão são incorruptíveis e muito melhores que as da Europa, como tive ocasião de verificar por espaço de dez semanas na viagem do meo regresso: eis a razão; quanto mais sujeito esta um corpo a transformação e mudanças de qualidade, mais susceptível se torna a ser corrompido e mau por causa das alterações que sofre, ora as águas do Maranhão achando-se sempre no mesmo estado são pelo contrario ora quentes ora frias. (D'Evreux, 1875, p. 140)

(...) Não há nação, por mais bárbara que seja que não tenha procurado em dado momento, cobrir o corpo com vestimentas e enfeites, afim de esconder a nudez .pois os Tupinambás, por mais estranho que pareça andam sempre nus como ao saírem do ventre materno; e não demonstram em absoluta menor vergonha ou pudor. (D'Abbeville, 1975, p. 216)

A segunda é um olhar comparativo como uma crítica à sociedade européia (francesa e portuguesa) decorrente da reflexão da surpresa em encontrar seres em estado natural, nus em contato com a natureza em confronto com a decadência da sociedade européia:

“Tenho para mim que os índios são mais fáceis de serem civilizados do que os aldeões de França”. (D'Evreux, 1874, p. 59, Cap. XVIII).

O outro lado desta percepção, ou seja: o papel de observador do índio no processo da colonização é narrado por Abbeville<sup>32</sup>, no capítulo XXIV, quando descreve uma reunião realizada na casa grande, em que um velho índio de mais de cem anos que tinha por nome Monboré-acu, usando da palavra, disse ao Senhor Des Vaux, as seguintes observações sobre os colonizadores:

Vi a chegada dos perós (portugueses) em Pernambuco e potiu e começaram eles como vós, franceses fazeis agora. De início, os perós não faziam senão traficar sem pretenderem fixar residência. Nesta época, dormiam livremente com as raparigas, o que nossos companheiros de Pernambuco reputavam grandemente honroso. Mais tarde, disseram que nos devíamos acostumar a eles e que precisavam construir fortalezas, para se defenderem e deificar cidades para morarem conosco. E assim parecia que desejam que constituíssemos uma só nação. Depois começaram a dizer que não podiam tomar as raparigas sem mais aquela, que deus só permitia possuí-las por meio de casamento e que eles não podiam casar sem que fossem batizadas, e para isto eram necessários os pais, mandaram vir os pais, e estes ergueram cruzes e principiaram a instruir os nossos a batizá-los. Mais tarde afirmaram que nem eles nem os pais (padres) podiam viver sem escravos para os servirem e por eles trabalharem. Mas não satisfeitos com os escravos capturados na guerra, quiseram também os filhos dos nossos e acabaram escravizando toda a nação, e com tal tirania e crueldade a trataram, e os que ficaram livres foram como nos forçados a deixar a região. Assim aconteceu com os franceses. Da primeira vez que vieste aqui, vos o fizeste somente para traficar {...} nesta época não faláveis em aqui se fixar; apenas vos contentáveis com visitar-nos uma vez por ano {...} e regressáveis então a vosso país levando aquele gênero pata troca-los com aquilo que carecíamos. Agora já nos falais de vos estabelecerdes aqui, de construídes fortalezas para defender-nos contra os nossos inimigos. Para isso, trouxeste um morubixaba e vários Pais (padres). Em verdade estamos satisfeitos, mas os peros fizeram o mesmo... como estes vos não quereis escravos, a principio agora pedis e os quereis como eles no fim. Não creio entretanto, que tenhais o mesmo fito que os peros; alias isto não me atemoriza, pois velho como estou nada meais temo. Digo simplesmente o que vi com meus olhos. (Abbeville, p. 115-6)

<sup>32</sup>D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão**: 1623. Apresentação: Mário Guimarães Ferri. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975.

A terceira forma de interpretação seria o olhar da perplexidade pelo selvagem e suas práticas antropofágicas influenciadas pelas idéias vigentes na Europa.

“Tapuias... são minazes no semblante ferozes no olhar e de cabelos pretos, na velocidade da carreira dificilmente cedem às feras. São todos antropófagos e aterrorizam aos outros bárbaros e aos portugueses por sua fama de crueldade”. (Barléu, 1974, p. 260)

A atração do europeu pelo indígena fez com que os índios fossem utilizados também como propaganda na corte européia para os investimentos no Novo Mundo. Tal episódio, denominado banquete de Rouen, uma “*fête brésilienne*” aconteceu em Paris em 1550, organizado por comerciantes que decidiram pedir o patrocínio de Henrique II, com a participação de 50 guerreiros tamoios do Rio de Janeiro.

A repercussão do espetáculo foi tão impactante, conforme analisa Adriana Lopes (2001, p. 93) que tornou a ser apresentado em outras regiões da França.

Com o mesmo propósito, seis índios do Maranhão foram levados por capuchinhos franceses para Paris, Corte de Luís XII, a fim de conseguir apoio financeiro e político para a colônia, de acordo com Cunha<sup>33</sup> (1998, p.10) três morreram ao chegar, três sobreviveram e foram batizados com o nome de Luís e voltaram ao Maranhão com esposas francesas e cobertos de honrarias. Fizeram muito sucesso na Corte. (Ver fig. 1.4, pág. 30).

“Quem imaginaria que o povo de Paris tão acostumado a ver cousas novas e extraordinárias se comovesse tanto com a chegada dos índios? Quantas vezes não vieram à cidade representantes das nações bárbaras sem que se excitasse a curiosidade desse povo?” (Abbeville, 1975, p. 264).

Esse episódio narrado por Abbeville (Capítulo LIX) relata a cerimônia de batismo dos sobreviventes no convento dos padres capuchinhos no bairro e Saint Honoré, em Paris, com a presença do Rei e da Rainha e do Bispo de Paris:

Mais ou menos quatro horas da tarde compareceu a Rainha, logo seguida do Rei. O Sr. Bispo de Paris, que bondosamente quis ser o celebrante, revestiu suas vestes pontifícias. Apresentaram-se imediatamente os três índios restantes, já preparados e catequizados para a cerimônia. Traziam vestes de tafetá branco, abertas e enfeitadas com botões de seda..... cada índio era apresentado por dois padres revestidos de alvas, com toda a ordem e devoção possíveis.... quanto aos nomes escolheu a Rainha para um deles Henrique, para o outro Luís e para o terceiro João: mas tendo o Bispo perguntado a S.M se não julgava melhor mesmo o nome de Luís para os três, porquanto assim seria lembrado o padrinho entre os selvagens, consentiu a Rainha e todos foram chamados Luís. (pág. 279-280)

E a última interpretação da narrativa seria o papel dos cronistas na propaganda do investimento e da aventura do descobrimento, utilizando os relatos como incentivo aos financiadores, a propósito das riquezas existentes e comprovando aos monarcas a importância do empreendimento.

---

<sup>33</sup> CUNHA, Manuela Carneiro. **História dos índios no Brasil**. FAPESP, Cia das Letras. 1992.

Na Relação Sumária das Cousas do Maranhão, publicada em 1624 por Simão Estácio da Silveira torna-se claro o objetivo de incentivar os compatriotas portugueses a se mudarem para essa que seria a melhor terra do mundo, porque acentua ele... O Maranhão é o melhor do Brasil...

A excelência desta terra consiste em muitas cousas notórias. A primeira, no ameníssimo céu, e salubérrimo ar, de que goza, aonde sempre é verão, e sempre esta a campo, e arvoredo verde, carregado de infinita diversidade de frutas, cujos nomes, sabores e feições excedem a toda a declaração humana, (Silveira, 1979, p. 35).

A presença histórica dos índios e as formas de organização espacial inerentes à cultura dos Tapuias/Tupinambás marcaram a ocupação inicial das terras de Alcântara estrategicamente posicionadas no processo da conquista do território maranhense.

Carlos Fausto em “Fragmentos de história da cultura Tupinambás”<sup>34</sup> nos explica que o europeu quando chegou ao Brasil, encontrou uma ocupação indígena bem homogênea distribuída pela costa brasileira desta forma; ao sul no Paraná - os *Guaranis*, os *Carijós* (Guarani); entre Lagoa dos Patos e Cananéia; os *Tupiniquins* do sul até Bertioga no planalto paulista; os *Tupinambás* ou *Tamoios* na região do norte de São Paulo até Cabo Frio, os *Temonimo* no Rio, no Espírito Santo e sul da Bahia os *Tupiniquins*, mais ao norte os *Tupinambás* do Recôncavo Baiano até a foz do Rio São Francisco, no litoral do Ceará; os *Tupis* que dominavam a faixa do litoral, os *Guaranis* em São Paulo, a faixa da ocupação *Tupi-guarani* era interrompida por *Charruas* no Rio da prata, *Goitacás* na Paraíba, *Aimorés* na Bahia e *Tremembés* no Maranhão. Essas populações eram chamadas de *Tapuias*, termo genérico para não tupis.

Há uma dificuldade no relato dos cronistas com relação à correta denominação das nações indígenas. O termo Tupinambá foi utilizado para designar todo o conjunto Tupi da costa brasileira generalizando diferentes tupis. Os Tupinambás compreendem então um universo de nações e castas de língua, inclusive aquelas encontradas pelos cronistas no século XVI no Maranhão, no Pará e ilhas. Os tapuias, de acordo com Vainfas<sup>35</sup> (2000 p. 544), eram ,junto aos tupis, os dois grupos de ameríndios classificados pelos portugueses. O termo tapuia não constitui um etnônimo, eram povos que possuíam línguas e culturas diversas, na documentação quinhentista foram caracterizados como bárbaros.

Houve controvérsia quanto à antropofagia tapuia, e os missionários recorriam à língua tupi por não conhecer os dialetos não codificados pelos jesuítas. O autor também reconhece que “Tupinambás” era uma denominação mais genérica para os grupos do litoral, isto explica a confusa denominação atribuída aos grupos no Maranhão.

<sup>34</sup> FAUSTO, Carlos. Fragmentos de história da cultura Tupinambás in Historia do índio no Brasil. Cia das Letras São Paulo, 1992, págs. 382 – 395.

<sup>35</sup> VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil colonial (1500-1808). Ed. Objetiva. Rio de Janeiro. 2000. verbete tapuia

As aldeias Tupinambás, de acordo com Fausto (1992, pág 384), eram compostas de um número variável de malocas, em geral quatro ou oito, dispostas em torno do pátio central, implantadas harmonicamente. As malocas eram grandes casas de palha e madeira destinadas à habitação coletiva.

Não representavam apenas a moradia mais de acordo com Wright<sup>36</sup>, eram *um microcosmo que condensa todo universo mítico da aldeia*.

As distâncias entre grupos não eram uma constante, eram em função das condições ecológicas e políticas de cada região. Cada aldeia possuía uma população que variava entre 500 e 3.000 índios. Florestan Fernandes,<sup>37</sup> maior estudioso sobre os tupinambás, afirma não ter encontrado nos cronistas nada de significativo sobre a articulação de grupos locais em unidades mais amplas o que dificultou determinar as unidades sociais significativas e suas fronteiras.

A localização das aldeias era conhecida dos franceses, que navegavam nessas costas desde o século XVI e eram aliados dos Tupinambás, utilizando a amizade com os índios nas suas investidas. D'Abbeville<sup>38</sup> destaca a existência de vinte e sete aldeias na Ilha de São Luís e entre quinze e vinte aldeias indígenas em Tapuitapera.

Os nomes relacionados em seu livro de cada aldeia, equivalem aos nomes de povoados existentes hoje no município de Alcântara, como, por exemplo, ao povoado atual de Oitua, relacionada como a 17ª aldeia – OUYTIN (significa farinha branca); ou ainda hoje Sóassim e a 19ª aldeia SO OUASSOU CAE, ou aqueles povoados que apropriaram um sufixo AÇU, da língua indígena, como o povoado existente de Raimundo Su, ou Periaçu.

No caso de Alcântara apesar de nunca ter sido realizada uma prospecção arqueológica na Praça principal da Matriz, há uma suposição, pelos profissionais da área de patrimônio, que este local foi o mesmo ocupado pela aldeia de Tapuitapera.

A identificação dos aldeamentos indígenas próximos ao das povoações coloniais, segundo Perrone-Moises,<sup>39</sup> significava uma política indigenista implícita. Havia no Brasil Colonial índios aldeados e aliados a portugueses e índios inimigos espalhados pelos sertões, a diferença entre eles era que os aliados e aldeados tinham liberdade e estavam passíveis de serem requisitados para o trabalho de defesa e sustento da colônia, conforme se observa no “Livro Grosso do Maranhão”<sup>40</sup>.

---

<sup>36</sup> Wright, Robin. História indígena do nordeste da Amazônia, pág. 255 in história dos índios no Brasil. Cia das letras: São Paulo, 1992

<sup>37</sup> FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambás**. São Paulo, Difel. 1989.

<sup>38</sup> D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão: 1623**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975, pág. 140 – 145.

<sup>39</sup> PERRONE-MOISES, Leila. **Índios livres e índios escravos** In História dos índios no Brasil. Cia. das Letras, p. 116-121.

<sup>40</sup> Anais da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro Nº 66:

10/11 – alvará por que sua majestade mandou que Os índios do Maranhão sejam livres e que não haja administradores nem administração neles , antes possam livremente servir e trabalhar com quem lhes bem estiver e melhor pagar o trabalho (Anais da Biblioteca Nacional, Nº 66 de 1948:17-8)

A relação de vizinhança entre os espaço de portugueses e dos índios era uma forma de garantir a segurança e a mão de obra necessária à construção da colônia. O método utilizado para povoar as aldeias era trazer os índios dos sertões, “descidos” do interior, (Perrone, 1992 p. 118), para serem catequizados e civilizados de modo a tornarem-se vassalos úteis. Os deslocamentos implicavam em rupturas consideráveis no *modus vivendi* dos índios (Vainfas, 2000, p. 22), pois escravizavam-se os mesmos por meio dos descimentos fixando-os próximos das vilas coloniais nas reduções, aludindo à fixação dos índios nas aldeias jesuíticas .

Dentro do contexto do século XVI encontra-se as suposições sobre a implantação do povoamento transitório de Nazaré sem indicações definitivas de configuração ou planejamento urbano e a organização das aldeias tupinambás, dentro de uma lógica própria ligada à ocupação ecológica do espaço sem nenhuma relação com a configuração urbanística formal européia .

Dessa forma conclui-se que não há no território que compreende as terras da aldeia Tapuitapera, no século XVI, planejamento urbano formal nos moldes da colonização européia. O que se observa é que a aldeia Tapuitapera ,estrategicamente situada no golão maranhense consolida seu papel de ponto de passagem e objeto de disputa pelos conquistadores franceses , portugueses e holandeses e que após as disputas , sua importância a torna objeto do plano de colonização portuguesa no século seguinte com a elevação da aldeia a vila religiosa de Santo Antonio de Alcântara dando inicio a formação da vila com a implantação dos edifícios religiosos e da casa de câmara e cadeia e Pelourinho.

## **CAPÍTULO 4**

### **A ALDEIA RELIGIOSA DE SANTO ANTONIO**

### **D'ALCANTRA - SÉCULO XVII**

O século XVII é o momento da transição da aldeia para a vila religiosa portuguesa. A aldeia Tapuitapera exerceu importante papel emprestando seus guerreiros aos conquistadores, foi um ponto de apoio e passagem nas guerras pela conquista do território maranhense marcado pelas presenças francesas (1612-1615), pela jornada dos portugueses para conquista do Maranhão (1615-1618) e pela invasão holandesa em 1641-44. A conquista definitiva do território foi marcada pelos portugueses com a criação da vila de Santo Antônio.

#### **4.1 PRESENÇA FRANCESA EM ALCÂNTARA - 1612-1615**

As primeiras descrições de Tapuitapera estão contidas na obra do padre capuchinho Claude D'Abbeville, que permaneceu no Brasil entre agosto e dezembro de 1612 e escreveu "História da missão dos padres capuchinhos na Ilha do Maranhão e terras circunvizinhas" editado em 1632. Ele inicialmente define o significado do nome da aldeia:

"Tapouytapera, nome do lugar, que é também o nome de toda a província e significa a villa onde habitam os Tapouys. Tapuitapera, de tapui,- o bárbaro, o gentio e tapera, o lugar". (D'Abbeville, 1975, p. 120)

Em outro momento o nome significa residência dos tapuias ou cabelos compridos ou ainda terra desamparada dos tapuias conforme denominação utilizada em documentos consultados no IHGB<sup>41</sup> - RJ. "Santo Antônio de Alcântara, descrição da villa de... no continente da capitania de São Luís do Maranhão chamada de tapuitapera em que quer dizer terra desamparada dos tapuios". (Conselho Ultramarino, vol. 12, tomo II, p.119 ARQ. 1.1.12).

Em sua narrativa D'Abbeville relata a presença francesa no Maranhão desde o início do empreendimento, da partida até a chegada na Ilha e descrição do forte de São Luís, da missa e do reconhecimento do território, até o retorno para a França. Sobre Tapuitapera ele a descreve como uma das principais aldeias da ilha:

---

<sup>41</sup> Instituto Histórico e Geográfico - IHGB<sup>41</sup> do Rio de Janeiro, documentos transcritos do Arquivo do Conselho Ultramarino de Lisboa

Tapuitapera é outra residência dos índios Tupinambás. Situa-se próximo a Ilha do Maranhão, ao lado oeste, na terra firme. Descortina-se com facilidade do forte de São Luís e dele é separada por três ou quatro léguas de mar. Não é uma ilha como o Maranhão, mas terra firme, embora por vezes se cerque de água, o que só ocorre na maré alta; em baixando a maré porem retira-se a água e fica a terra, cercada pelo mar tão somente do lado da ilha do Maranhão, o resto é terra que se atravessa a pé enxuto..... Essa região não é tão inexpugnável como a do Maranhão, porem é mais agradável, rica e fértil. (Abbeville, 1975,p.146).

O primeiro contato descrito por D'Abbeville com Tapuitapera, foi estabelecido por Migan, francês, juntamente a Pira-jiva, um dos principais índios, que enviados a aldeia buscaram a parceria dos índios à causa francesa.De acordo com o relato:

“Foram mandados a tapuitapera que se acha na terra firme defronte dessa ilha, e para deles indagar se não desejam aprovar o trato feito pelos habitantes da ilha grande com os franceses. A essa consulta deram os habitantes de tapuitapera resposta favorável” (, (D'Abbeville1975, p. 120).

As informações de D'Abbeville são complementadas pela obra raríssima, devido aos poucos exemplares existentes, do seu superior **Yves D'evreux**, “*Viagem ao norte do Brasil*”.<sup>42</sup> Nesse relato, há descrições da chegada dos portugueses e minuciosas observações dos índios, da facilidade em ensinar-lhes ofícios franceses, das moléstias, mortes e funerais e uma descrição interessante sobre a astrologia tupi.

Com relação a Tapuitapera, D'Evreux relata a visita a um grande feiticeiro da tribo dos cabelos compridos<sup>43</sup> no capítulo XVII do livro:

O grande feiticeiro de tapuitapera era um homem muito respeitável, de boa estatura e bem feito, valente guerreiro, modesto, grave e de poucas palavras: era amigo dos franceses e gozava entre os habitantes de seo paiz do mesmo poder. Veio ao forte de são Luís seguido de tresentos a quatrocentos de seus companheiros para trabalhar nas fortificações”. (p. 304)

A simpatia dos silvícolas pelos franceses é relatada por D'Evreux em carta ao Rei de França quando ele declara que os índios naturalmente gostam dos franceses, ressaltando a difícil convivência dos índios com os portugueses cujos reflexos são resultantes de uma política de escravidão e extermínio sistemático.

Os franceses já percorriam a costa do Maranhão desde o século XVI. Fundaram a cidade de São Luis em 1612, no intuito de concretizar o sonho da França Equinocial. Plano que viria a ser desmontado pelos portugueses quando organizaram uma jornada para a expulsão dos franceses.

---

<sup>42</sup> Editado em 1874, inicialmente denominada, de *Suite de l'histoire des choses plus memorables advenues en Maragnan , les années de 1613 et 1615*, obra proibida que teve seus primeiros exemplares destruídos, pois a aliança entre a França e Espanha tornaram incomodas as lembranças da tentativa francesa no Maranhão. A única edição foi recuperada em 1864 e publicada por Ferdinand Denis com o nome *voyage dans le nord du Brasil*.

<sup>43</sup> Capítulo XXXIII viagem de Maiillart pela terra firme a casa do feiticeiro; XXXIV da chegada dos cabelos compridos a tapuitapera, Yves d' Evreux, in *viagem ao norte do Brasil*, edição de 1874, setor obras raras Biblioteca publica do Maranhão – 918.121.

A Jornada do Maranhão<sup>44</sup>, de 1614, relatada por Diogo Campos Moreno, Sargento-Mor do Estado do Brasil, participante da expedição, constitui um episódio decisivo na História do Maranhão, considerado pelos historiadores como a certidão de batismo das guerras pela conquista do Estado.

O documento relata a viagem para conquista do território maranhense, as disputas entre franceses e portugueses. Nele estão contidas as cartas entre o Senhor de La Ravardière (chefe da expedição francesa) e Jerônimo de Albuquerque (chefe da expedição portuguesa) selando o acordo da ocupação portuguesa e rendição francesa, incluindo os itens que garantiam a ida de cavalheiros das duas nacionalidades à França e à Espanha a fim de resolver com quem deveria ficar as terras do Maranhão e que, durante esse tempo, nenhum francês ou português sairia da ilha, especialmente para buscar ajuda em Tapuitapera, comprovando a aliança dos índios com os franceses.

No item 4 – “los senores D’albuerque, y campos prometten el senõr de la Ravardière de nó tratar cosa com los salvajes de la isla, ni de tapitapera, no comat, la qual nó sea tratada por las lenguas del senor de la ravardiere, ni los consentira poner los pies en tierra a menos de dez legoas de suas fortalezas, ni sus portos, sin la permission del dicho senor”.(pág. 69)

O resultado da jornada, consolidando a ocupação portuguesa no Maranhão está contido no documento Oito – (doc.8) do Arquivo Ultramarino de Lisboa<sup>45</sup>. Esse importante relato de 50 páginas contém o informe sobre a conquista do Maranhão, seguida do auto de posse de tomada da fortaleza de São Luís pelo regimento de Alexandre Moura: “Regimento que o Cap.<sup>am</sup> Mor Alexandre de Moura deixa Cap.<sup>am</sup> Mor Hieronimo d’alburquerque por sevico de sua Mag.<sup>de</sup> p.<sup>a</sup> bem do Governo desta província do Maranhão.”

O documento consta de vários anexos. O primeiro anexo assinado pelo capitão-mor Alexandre de Moura relata a situação geral do Estado e se refere a Alcântara desta forma:

tinha elle setenta escravos tapuyas, entre machos e femeas que lhe comprei para o serviço de v. majestade e cultivar a terra fazendo mantimentos. Para os prezidios que todos ficaraõ entregues ao capitão mor hieronimo d’Albuquerque como consta no regimento que lhe deixei. E em Pernambuco lhos pagou o g.dor Gaspar de Souza e outras cuiosas mais e lhe fez outras mas,e por amor [sic] copia do gentio morador nesta ilha se passou por medo de nos a viver a **tapuitapera** e com at[sic] onde a si mesmo habitava outro muito ....

Algumas referências são feitas ao longo do Regimento recomendado o cuidado necessário às terras de Cumã: “Em cumat lhe fiquao com Martim Soares vinte soldados”.

O terceiro anexo é uma carta do capitão francês Daniel de La Touche, Senhor de La Ravardière explicando que o acordo de Jerônimo de Albuquerque foi desfeito pela Caldeira causando transtornos na negociação e para referendar a palavra de Jerônimo de Albuquerque todos os

<sup>44</sup> Série Documentos Maranhenses. **Jornada no Maranhão por ordem de Sua Majestade em 1614**. Alhambra. 1984. Editado pela primeira vez em 1812 em Lisboa e em 1984 no Maranhão.

<sup>45</sup> **Doc 8 – 1616, setembro, 24, Lisboa** - Ofício do capitão mor do Estado do Maranhão, Alexandre de Moura, ao Rei D.Felipe II, sobre a tomada da fortaleza francesa em São Luís. Faz referencias ao estado geral do Maranhão, ao estabelecimento de índios em Tapuitapera; ao reconhecimento de rios e ilhas; a qualidade das terras e a importância do povoamento desta região. Anexos vários documentos. Arquivo ultramarino de Lisboa, AHU\_ACL\_CU\_009, Cx. 1, D.8. catalogo de documentos do Maranhão.

participantes da jornada fizeram uma certidão para apurar os acontecimentos Alferes, Capitão, Sargentos, Capitão-Mor, Piloto da Capitania. Em seguida, foi formalizado um novo e definitivo acordo com o francês La Ravardière e realizado o auto de posse da fortaleza de São Luís, momento da formulação do regimento deixado pelo Alexandre de Moura a Jerônimo de Albuquerque para governar aquela província, com as orientações necessárias.

Em 1618, cessadas as negociações e estabelecida a posse definitiva do território, os portugueses começam a seguir as orientações deixadas pelo Engenheiro Mor do Brasil Francisco Frias de Mesquita para recuperação da fortaleza e implantação da malha urbana de acordo com a traça por ele elaborada para a expansão da cidade. Da expedição portuguesa não foram encontrados registros de cartografia de São Luís. A cidade dos portugueses será descrita quase 22 anos depois quando o Maranhão foi invadido pelos holandeses entre 1640-44.

O relato dessa expedição foi encomendado pelo Conde Nassau ao historiador holandês Gaspar Barléu<sup>46</sup> no livro “*História dos feitos recentemente praticados no Brasil*”, exemplo significativo da narrativa que não foi vivenciada pelo autor, mas construída a partir dos relatos e informações dos integrantes. O livro conta a invasão dos holandeses em São Luís e sua passagem pelas terras do Maranhão e de Tapuitapera e foi ilustrado graças a participação na expedição de cartógrafos e de Franz Post que registrou em gravura<sup>47</sup> a chegada das naus holandesas ao porto de São Luís, em 1640. No livro consta a primeira planta com o traçado da cidade de São Luís considerada o primeiro registro da traça planejada pelo engenheiro Frias de Mesquita para o núcleo urbano de São Luís.

No que se refere a Tapuitapera, os comandantes holandeses Lichthart e Koin após o desembarque na Ilha grande de São Luís, estabeleceram logo parceria com os índios de Tapuitapera:

“Os moradores deste lugar, prometendo fidelidade à companhia e passando-lhe à jurisdição. Abriam seu forte ao capitão Schadde. Depois bandearam-se conosco os de tapuitapera e os de tres aldeias da ilha do Maranhão” (Barléu, 1974, p. 233)

Essa parceria não impediu a ocorrência de lutas. Barléu esclarece que devido ao armistício de dez anos de paz, celebrados em 1641 entre o Rei de Portugal D. João, Duque de Bragança e o rei de Castela, haveria trégua entre as nações, portugueses e holandeses estariam obrigados a prestar-se mútuos auxílios e assistência e o Conde Nassau estaria proibido de fazer guerra a essa nação. Ainda assim há relatos de sangrentas batalhas ocorridas no Maranhão, conforme consta na carta de D. Jorge de Mascarenhas – Vice-Rei do Brasil:

---

<sup>46</sup> BARLÉU, Gaspar. *História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Reconquista do Brasil, v.5).

<sup>47</sup> BARLEUS, Gaspar. Estampa n.º 51, da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Setor de obras raras

“O seu Rei sentira vivamente a violência praticada pelos holandeses na África e Maranhão, no momento em que negociavam com as províncias unidas a um tratado de paz e em que conseguira do rei de França e dos Estados Gerais, frotas auxiliares contra o rei de Castela” (Barléu, 1974, p. 246).

Alcântara ou a aldeia Tapuitapera foi um ponto de apoio para os portugueses na guerra aos holandeses. Quando Antonio Teixeira ocupa o governo da guerra por morte de Antonio Muniz, suspende a jornada para Tapuitapera, aonde conduzia suas tropas e as coloca no sítio Moruapi, próximo ao forte Itapecurú, passando por Tapuitapera na ida para o Pará.

855 desembarcou das bagagens grossas com toda a gente inútil de hum e outro sexo, transportando tudo à povoação de tapuitapera, que dividindo-as da cidade de São Luis com um baía de quatro léguas era o sítio mais acomodado para a prática de suas medidas; e abandonando aquelle alojamento no silencio da noite de 25 de janeiro, encaminhou sua marcha para na direitura do rio cutim (Berredo, 1988, pág 214)

A presença holandesa é descrita pelo Governador e Capitão Geral do Estado do Maranhão, Berredo<sup>48</sup> referindo-se em várias vezes a passagens de portugueses e holandeses as terras de Tapuitapera.

Item 879 passados alguns dias, no dia 28 do mês de maio, apareceram oito navios holandeses ao mar do quartel de Tapuitapera, e faltando valor ao seu comandante, para a resolução de um desembarque na opposição e das forças inimigas forças se quis aproveitar das bárbaras doutrinas (Berredo, 1988, pág 219)

Quanto à atenção dispensada pelos flamengos a Tapuitapera, o historiador maranhense contemporâneo Carlos de Lima pondera que motivos de ordem familiar explicam o porquê de Tapuitapera ser poupada da invasão:

Por que não molestaram a capitania de Cumã? Tinham ordens superiores? Por que deram tratamento atencioso a Tapuitapera, sem um forte, sem recursos, contra uma armada de 10 navios?” (Lima, 1998, p. 46 a 50)  
O donatário era casado com uma parenta dos Nassaus?.

O certo é considerar que a ocupação holandesa se efetivou em São Luís e em Itapecuru, tendo sido Alcântara um local de resistência dos portugueses. Depois de três meses de assaltos e emboscadas os holandeses deixaram o Estado, em 28 de fevereiro de 1644 e em 1645 chegou à corte de Lisboa a feliz noticia da restauração da capitania do Maranhão tendo Antonio Teixeira permanecido no governo.

As constantes visitas dos conquistadores a Tapuitapera revelam o inicio de uma relação de interdependência e parceria entre a capital São Luis e a Vila de Alcântara. Esta relação iniciada no século XVI se estenderá por todos os períodos históricos.

---

<sup>48</sup> BERREDO, Bernardo Pereira de. Anais Históricos do Estado do Maranhão. Rio de Janeiro: Tipo editor, 1988.

## 4.2 RELAÇÕES ENTRE SÃO LUÍS E ALCÂNTARA

Estabelecendo comparações entre as razões que determinaram as origens de São Luís e Alcântara observa-se que ambas eram aldeias indígenas, disputadas por franceses, portugueses e holandeses. São Luís nasceu francesa e Alcântara, portuguesa; ambas foram urbanizadas pelos portugueses, sendo a primeira determinada para cidade e outra para vila.

A antiga aldeia indígena Upaon-Açu foi fundada pelos franceses em homenagem ao Rei de França, Luís, que deu origem ao nome da cidade São Luís. Construída para defesa nos moldes de uma cidadela medieval. A fortaleza francesa, marco da ocupação da França Equinocial durante o curto período de permanência entre 1612-1615, continha intramuros, algumas edificações precárias. A partir de 1618, após a expulsão dos franceses, os portugueses consolidam um processo de urbanização em São Luís implantando a traça do Engenheiro militar Francisco Frias de Mesquita, que participou junto aos portugueses da Jornada para a conquista do Maranhão.

A fusão da ocupação francesa com a traça portuguesa pode ser observada na gravura holandesa de 1640, do livro de Barléu<sup>49</sup> (Ver fig. 4.1, pág. 71). Nela se identificam duas ocupações distintas, a cidade medieval intramuros, dentro de uma célula, e o traçado em xadrez renascentista em quadras regulares. Esse conceito da cidadela protegida estava ligado à preocupação defensiva das cidades no período das invasões e o traçado em xadrez revelava o projeto de expansão urbana que acabaria por absorver a forma da cidade medieval e a incorporá-la, como se observa nos mapas do período posterior do ano de 1789, de autoria desconhecida. (Ver fig. 4.2, pág. 71).

Completamente diferente das razões de defesa que motivaram as origens de São Luís, estão aquelas que deram origem de Alcântara. A aldeia indígena, narrada por D'Abbeville<sup>50</sup> em 1612, Tapuitapera, foi a sede da capitania de Cumã e ponto estratégico da articulação da conquista do Maranhão. Fundada pelos portugueses em 1648 como arraial religioso ou Vila de Santo Antônio D'Alcântara foi marco da catequese e posterior sede da aristocracia rural. Sua estrutura original não foi determinada por uma traça de engenheiro, mas pela implantação dos edifícios religiosos e da praça central, marcos do traçado consolidado no século XVIII.

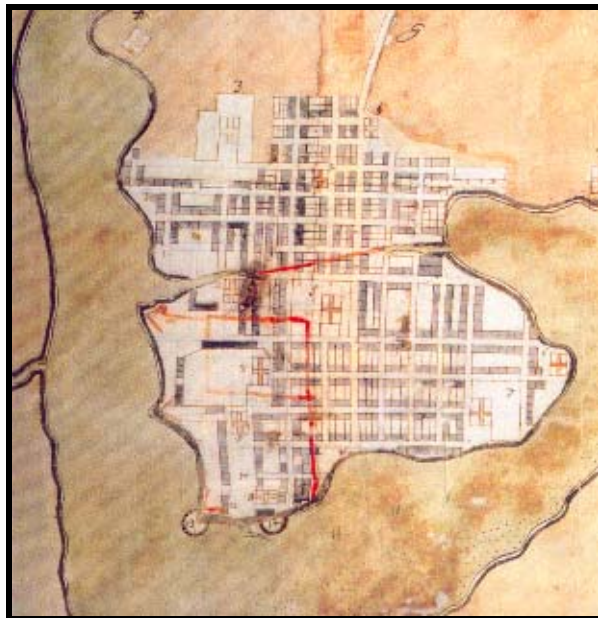
---

<sup>49</sup> GASPAR, Barléu. Historia dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil. Ed Itatiaia. USP. 1974.P. 40

<sup>50</sup>D' ABBEVILLE, Claude. Historia da missão dos padres capuchinhos na ilha do maranhão e terras circunvizinhas. Ed. Itatiaia, 1975.



**Figura 4.1 - GRAVURA DO TRAÇADO DE SÃO LUÍS, 1647** – gravura holandesa ,retirada do Cdroom REIS filho, Nestor Goulart. Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial, 2000”.



**Figura 4.2 - PLANTA DE SÃO LUÍS, 1759** - autoria não identificada, é uma detalhe de manuscrito original existente na Torre do Tombo de Lisboa, publicado no livro "Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial". REIS Filho, Nestor Goulart, 2000.

### 4.3 ELEIÇÃO DA VILA DE ALCÂNTARA

O primeiro donatário de Alcântara foi o desembargador do Paço Antonio Coelho de Carvalho a quem seu irmão Francisco d'Albuquerque Coelho de Carvalho, primeiro Governador do Maranhão, abusivamente doara, conforme confirmação régia de 15 de abril de 1644<sup>51</sup>.

Antônio Coelho de Carvalho elevou o Arraial, em 22 de dezembro de 1648, mudando seu nome indígena de Tapuitapera para a Vila de Santo Antônio de Alcântara, sede da Capitania de Cumã, instituindo-lhe a Câmara, o pelourinho e a Matriz.

Foi naquele ano de 1648 a 22 de dezembro, que tendo sido presenteado por seu irmão governador, como se vê nas folhas nove compreendida entre a foz do mearim, pindaré, acima por leste e o rio Tury por oeste, que o magistrado com assento no tribunal do desembargo do Paço de Portugal erigio em vila a aldeia tapuitapera. Implantou-lhe na Praça principal o pelourinho, monumento simbólico da autoridade da câmara e prerrogativas dos municípios portugueses, levantou a igreja da matriz para onde se trasladou a imagem de são Mathias que Mathias de Albuquerque filho de Jerônimo de Albuquerque instituiu padroeiro da localidade quando viera junto aos portugueses governar logo apos a tomada do maranhão dos franceses( Alcântara no antigo, pagina 14).

De acordo com Lima (1998 p. 60), deve-se o nome da vila ao ilustre taumaturgo Santo Antônio de Lisboa e Pádua e as gratas lembranças da Quinta Real de Alcântara, nos arredores de Lisboa. Alcântara é também um vocábulo árabe e significa “a ponte”.

O cristianismo e o significado da atuação dos religiosos na fase colonial do Brasil segundo Hoonart,<sup>52</sup> devem ser entendidos dentro do contexto da política colonizadora de Portugal. Para os monarcas portugueses colonizar e evangelizar se confundiam. Era muito comum que as expedições organizadas pelos monarcas contassem com a presença de padres para o relato e observação da realidade local e para exercer o papel fundamental da igreja católica na conversão dos índios.

Tal sistema remetia ao Padroado (Vainfas, p. 466), regime cuja origem remonta a Idade Média, onde a igreja instituía indivíduos ou Instituição como padroeiro do território, a fim de que ali fosse promovida fé cristã e em troca recebia privilégios, como a coleta de dízimos e a prerrogativa de indicar funções eclesiásticas. Na verdade o padroado serviu como instrumento de subordinação dos interesses da Igreja aos da Coroa.

No Brasil, o padroado foi mantido até a independência em 1889. Durante as últimas décadas do século XVI, vieram para o Brasil religiosos de três grandes ordens de tradição medieval: beneditinos, carmelitas e franciscanos. Em Alcântara observa-se a presença das ordens terceiras (carmelitas, franciscana) da ordem dos jesuítas e dos mercedários. De acordo com Lopes (p. 287), dentro do sistema do Padroado, dois alcantarenses foram indicados: Diogo da Costa e Manuel de

<sup>51</sup> Manuscrito *Alcântara no antigo*. Obtido no cartório de Alcântara-Maranhão

<sup>52</sup> HOONART, Eduardo. História da igreja no Brasil. *Primórdios da colonização*. Editora Vozes, 1977, pág. 211.

Borba. Assim a vila foi elevada à categoria de freguesia, em 1659, pelo padre João Manoel Santiago, vigário da paróquia de São Mathias, padroeiro da cidade.

Entre 1648 e 1665 foram construídos as igrejas e conventos do Carmo e dos mercedários consolidando juntamente com a Praça de Igreja da Matriz os três pontos de ocupação da vila. Em 1648 o donatário Antonio Coelho de Carvalho e sua esposa Maria Manoela Vilhena resolveram doar por alvará um sítio de sua propriedade para a construção do Convento das Mercês,

(...) para que pudesse a ordem com melhor cômodo e toda larguesa mudar seu convento, igreja e morada dos seus religiosos, afim de servirem a Deus e aumentar a cristandade, fazendo dizer perpetuamente cada anno uma missa cantada, para que pelos merecimentos d'ella fizesse Nosso Senhor conservar a vida e os bens temporaes. (Alcântara, no antigo pág.16).

O convento foi inaugurado entre os anos de 1658 e 1659. O primeiro padre a receber o hábito das Mercês foi o Frei João Cerveira, natural de Tapuitapera que, junto ao frei Marcos da Natividade, natural do Grão-Pará, fundaram o convento. A comunidade da vila seria beneficiada para o proveito de suas almas e ensino de seus filhos, pois a instrução era gratuita e os frades se esforçavam em atender aos habitantes.

Logo após a fundação o frei Cerveira resolveu percorrer as matas a fim de levar aos índios o conforto da religião, pois eram considerados os mais perigosos da região. Com seu trabalho conseguiu transforma-los em lavradores.

De acordo com o manuscrito *Alcântara no antigo*, o convento de Nossa Senhora do Carmo foi fundado em 1665, sua construção foi iniciada em 1651, mas há controvérsias quanto à data correta de sua construção, variando entre 1647-1665. No entanto o **Livro Grosso do Maranhão**<sup>53</sup> comprova a existência do convento através de uma solicitação de reforma do mesmo em 1691.

Reedificação do convento de Tapitapera. Provincial da província do Carmo do Estado do Maranhão e c<sup>a</sup>, vendo o que me escreveram o Governador deste Estado Antônio d'Albuquerque Coelho de Carvalho e Arthur de Sá e Menezes, seu antecessor pela junta dos negócios della, informação que deu Gomes Freire de Andrade, e o que por parte dos padres dessa província se me representou acerca da conservação do convento da villa de tapitapera, fui servido fazer mercê aos ditos padres que elles possam ter na dita villa de tapitapera um hospício e seis religiosos. 18 de fevereiro de 1691.

Os principais monumentos estão descritos pelo padre da Companhia de Jesus João Felipe Bettendorfe,<sup>54</sup> em visita a villa em 1699 registra sua localização e propriedade:

“Defronte da cidade de São Luís, capitania do Maranhão, esta a capitania de Tapuitapera do donatário Francisco Coelho de Carvalho que deixou a Antonio Coelho de Carvalho, seu filho” .(Bettendorf,19109,pág.20)

A existência de construções sólidas como a Câmara e a Igreja Matriz edificadas em pedra e cal :

<sup>53</sup> In Anais da Biblioteca Nacional N° 66.Rio de janeiro .

<sup>54</sup> Bettendorfe, João Felipe.Crônica da missão dos padres da companhia de Jesus no Estado do Maranhão. Rio de Janeiro, 1910, pág. 20.

“Tem sua villa, chamada de Santo Antonio de Alcantra, com sua igreja de pedra e cal, e edificada do tempo do vigário geral, João Ferreira, tem mais sua Câmara, vigário, capitão mor e senado”.<sup>55</sup>

A excelente condição de sobrevivência diante da fartura dos produtos facilmente encontrados dando destaque a implantação do sítio e sua salubridade:

“É situada sobre alto com bellos ares, boas águas, terras fortes com seus engenhos de assucar, não falta caça, nem peixe, nem ostras, se há quem vá buscar;”<sup>56</sup>

A população residente , a intensa relação com a navegação e o movimento dos barcos entre a vila e a capital reforçando as permanentes relações de trocas com São Luis:

Consta a villa de uns 300 moradores, pela maior parte pobres, a gente da ilha, que vive de seu trabalho. Só tem que mandar no barco que vai e vem a cidade do maranhão, dando-lhe suas lavouras tudo quanto plantam”<sup>57</sup>.

A confirmação dos conventos já edificadas dos carmelitas e mercedários inidcando a importância da arquitetura religiosa na vila :

(...) e por esta razão há lá dois conventinhos, um de Nossa Senhora das Mercês e outro do Carmo, os quais, tendo sido mandado demolir, forão outra vez restituídos em seu prístino ser por comissão de sua majestade El rei Dom Pedro o 2º, que os tinha mandado derribar. Nesta vila nunca houve casa da companhia de Jesus, não porque não a desejassem os moradores della, offerecendo terras para esse fim, mas porque não houve fundação. Nem modo de a poder lá sustentar;houve contudo uma residência na aldea serigipe pela terra a dentro, em a qual assistia o padre Mateus Delgado, e muitas vezes o convidaram os da villa para pregar em sua festas; é o sítio desta villa mui aprazível pela boa vista dos rios, monte e valles de seu arredor, em os quaes se acham salinas naturais, que poderiam dar sal ao estado todo, se houvessem quem tratasse dellas, como convém.<sup>58</sup>

Os relatos dos viajantes comprovam as origens da vila ligadas a presença das ordens religiosas com a implantação das igrejas e conventos das mercês , do Carmo e da Matriz. Esta tríade religiosa caracteriza o desenho da formação da vila no século XVII, a articulação entre os edifícios, os caminhos naturais darão origem ao traçado do século XVIII. Portanto este é o momento inicial da composição urbana da vila .

## 4.4 COMPOSIÇÃO URBANA

As descrições sobre Alcântara estão também presentes nas fontes cartográficas. Elas são fontes imprescindíveis para o estudo da formação urbana. De acordo com Vainfas,<sup>59</sup> existem três importantes conjuntos de mapas que foram dedicados ao Brasil, o Atlas da razão do Estado do Brasil,

<sup>55</sup> Id. Ibidem, p. 20.

<sup>56</sup> Id. Ibidem, p. 20.

<sup>57</sup> Id. Ibidem, p. 20.

<sup>58</sup> Id. Ibidem, p. 20.

<sup>59</sup> VAINFAS, Ronaldo. **Dicionário do Brasil colonial**. Editora Objetiva, 2000, p. 103, verbete: cartografia.

1627 e Estado do Brasil de 1631 ambos de autoria de João Teixeira Albernaz. Esses mapas buscam uma visão do litoral, dividindo-se as capitanias fornecem informações hidrográficas, localizam-se vilas e fortalezas.

João Teixeira de Albernaz, o velho (1602-1666) e o moço (1627-1675), respectivamente avô e neto, eram cosmógrafos do Rei de Portugal com carta patente para exercer o ofício de mestre construtor de cartas de marear e de instrumentos astronômicos com uma produção expressiva para a os descobrimentos portugueses.

Jaime Cortesão propôs três períodos de intensa atividade da cartografia seiscentista de reconhecimento do território geográfico (1626/1631): o temor do ataque holandês (1640/1642), a restauração e retomada lusitana (1666/1681) e a paz com a Holanda. A arte cartográfica experimenta uma decadência até 1750, sendo reativada após os Tratados de Santo Ildelfonso (1777) e Madri (1750) e com o interesse do Marques de Pombal de ocupar o interior. O cuidado com a indicação geográfica observada nos mapas de reconhecimento de áreas no Brasil, especialmente do século XVII, pode ser observado na coletânea *Portugalia Monumenta Cartográfica*<sup>60</sup>, seis volumes de cartas geográficas e demonstrações da Barra, organizadas por Armando Cortesão e Avelino Teixeira, em Lisboa na década de 60.

Desta coletânea, o mapa de **1631**<sup>61</sup> é a 33ª carta contida no *Portugalia Monumenta Cartográfica*<sup>62</sup> por João Teixeira Albernaz, o velho. Nessa carta geográfica está descrito o Maranhão, no trecho da costa que se estende desde um pouco abaixo do Rio para (a leste) até o Rio Tury a oeste, demonstrando as aldeias dos índios distribuídas próximas das povoações e indicando as diferentes etnias existentes no litoral.

A carta revela a geografia de São Luís recortada pelos dos rios com indicações das fortificações e de casario apenas na Ilha, indicada como *Maranhão - Cidade de São Luís* e na *aldeia e povoação de Tapitapera e Cumã*, mostrando que a ocupação nesse século se dava nestes dois pontos, ou ainda que esses eram os pontos de interesse do conquistador. Na carta estão marcados com números os pontos de sondagens em vermelho, onde se observa, de acordo com o catálogo da mapoteca do Itamaraty: *R: Tapitapera. Aldea*, que deve corresponder à atual cidade de Alcântara. e *Povoação*, onde hoje está a cidade de Bequimão. (Ver fig. 4.3, pág. 76).

Onde se lê *aldeia*, está indicado, sob forma gráfica de um desenho com elevação, um agrupamento urbano constituído de casario e torre mais elevada com uma cruz, revelando a

<sup>60</sup> Seis volumes com mapas do século XVII de diversas autorias, consultados na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro - setor da mapoteca e na Mapoteca do Museu do Itamaraty, Rio de Janeiro.

<sup>61</sup> ALBERNAZ, João Teixeira. O velho, 1631, mapoteca do Itamaraty carta n 32 (m.p n 176)

<sup>62</sup> *Portugalia Monumenta Cartográfica*, organizado por Armando Cortesão e Avelino Teixeira, Lisboa - 1960. pág 45 este mapa consta também no catálogo da mapoteca do Itamaraty do - RJ, sob número 176.

arquitetura civil e religiosa de forma agrupada, como uma cidade. No local onde se lê *Povoação – Cumã*, observa-se também um aglomerado urbano, constituído de edificações civis, sem torres.

Não se pode extrair desta carta nada além do entendimento de um pequeno aglomerado urbano, ou ainda, considerando-se ser o objetivo da carta o reconhecimento geográfico, o caráter urbano é registrado em segundo plano.

Alcântara esta presente também no mapa de **1666**, é a 2.<sup>a</sup> carta contida no Portugalia Monumenta Cartográfica, intitulada de - *demonstração do Maranhão até o rio Preguiças*, é também o numero 180 do catálogo da mapoteca do Itamaraty, o mapa está contido no livro “De toda a costa da província de Santa Cruz”, de João Teixeira Albernaz. (Ver fig. 4.4, pág. 78). Na carta identifica-se através do desenho aquarelado em papel encorpado a presença dos elementos simbólicos da cartografia: a rosa dos ventos, sofisticada com uma flor de lis na ponta; duas barras de escala; e na pintura, predominam os tons de azul, amarelo, vermelho e toques de ouro.

Apresenta a seguinte nomenclatura de acordo com o catálogo:

- *Povoação dos brancos* (à esquerda do mesmo Rio);
- *Tapitapera* (povoação) - *o morro*.

No desenho onde se lê: *povoação dos brancos*, estão representados simbolicamente quatro volumes de edificações separadas e onde se lê *Tapitapera – o morro*, apenas uma edificação. Com relação à ilha de São Luís estão indicadas três edificações agregadas e o Forte que marcam a presença do núcleo urbano. As aldeias indígenas da ilha (Arasagi, Iuripurana, Tapari) estão indicadas com apenas uma edificação.

Essas fontes, possivelmente devido à escala do desenho, não mostram com maiores detalhes a existência dos três conjuntos religiosos evidenciados nos relatos dos memorialistas, ou seja: a implantação da Vila em 1648 é o marco oficial da formação do espaço urbano através da implantação dos três conjuntos.

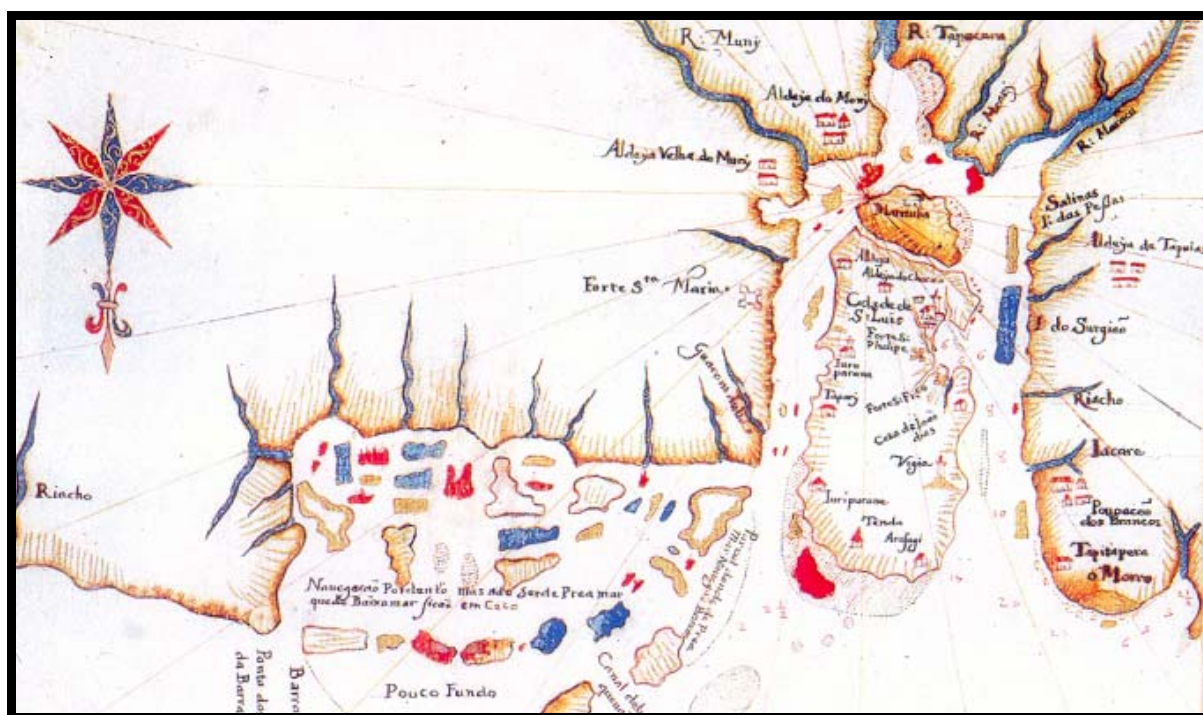
De acordo com Pessoa<sup>63</sup> não havia meios que permitissem no início século XVII a implantação de grandes estruturas arquitetônicas. Os conventos eram os complexos arquitetônicos das cidades, sua implantação induzia o crescimento de caminhos e de vilas.

---

<sup>63</sup> PESSOA, Jose. Em tudo semelhante em nada parecido. In revista Oceanos, Lisboa 2000.



**Figura 4.3 - PROVÍNCIA DO MARANHÃO – 1631.** é a 33ª carta contida no Portugalia Monumenta cartográfica e o número 176, do catalogo da Mapoteca do Itamaraty - RJ, por João Teixeira Albarnaz. (Redução do livro de ADONIAS, Isa. Imagens da formação territorial do Brasil. Rio de Janeiro. Odebrecht, 1993).



**Figura 4.4. - DEMONSTRAÇÃO DO MARANHÃO ATE O RIO DAS PREGUIÇAS – 1666** - é o número 180, do catálogo da Mapoteca do Itamaraty, o mapa esta contido no Livro “De toda a costa da Província de Santa Cruz” por João Teixeira Albarnaz, o moço. ADONIAS, Isa. Op. cit.

Em Alcântara a escolha do sítio para implantação da Vila foi influenciada pela ocupação da Aldeia Tapuitapera e pelas orientações de ocupação sobre colinas ou em terreno alto, ventilado, próximo ao mar de fácil defesa e controle. As igrejas eram localizadas em terrenos que tivessem visibilidade do litoral de modo que suas torres pudessem ser vistas pelas embarcações ao nível do mar, com as fachadas voltadas para o poente. Deste modo, a Vila no século XVII se formou a partir da ocupação de três pontos estratégicos resultando nos três conjuntos urbanos. O primeiro é a Praça da Matriz. A praça foi implantada estrategicamente no centro, de costas para o mar, nela foram edificadas, em 1648, a Igreja Matriz, dedicada a São Matias, o Pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia e o porto de acesso situado na praia dos Barcos, símbolos da colonização. Essa praça está interligada por caminhos aos outros conjuntos.

O segundo é a igreja e convento dos mercedários (1648- 1658) e o terceiro é o da Igreja e convento do Carmo (1655-65). Desta forma, esses conjuntos e a arquitetura religiosa são os primeiros e mais importantes elementos da composição da Vila, a partir deles caminhos foram estabelecidos e expandidos, fazendo interligações entre eles e com o tecido urbano formado no século XVIII. A “arquitetura religiosa” destaca-se através de dois exemplares: as ruínas da fachada da Igreja da Matriz e a Igreja do Carmo. As ruínas da Matriz apresentam características assimétricas, fachada com uma torre sineira e frontão curvilíneo com abertura central. A Igreja do Carmo apresenta fachada simétrica com duas torres sineiras e frontão curvilíneo com abertura central, 5 janelas na altura do coro e portada principal e lateral. Na lateral esquerda apresenta alpendre e na lateral direita o acesso às ruínas do Convento.

As igrejas, conventos e Casa de Câmara são geradores das praças e largos, a articulação dos três conjuntos determinou os caminhos e acessos. Os caminhos de acesso a estas edificações transformaram-se em ruas e configuraram o traçado da cidade.

Não havia na vila de Santo Antônio D’Alcântara, no século XVII, planejamento urbano com articulação. Observa-se a predominância da implantação espontânea dos conjuntos religiosos e articulação dos caminhos interligando-os caracterizando um momento inicial da formação da cidade.

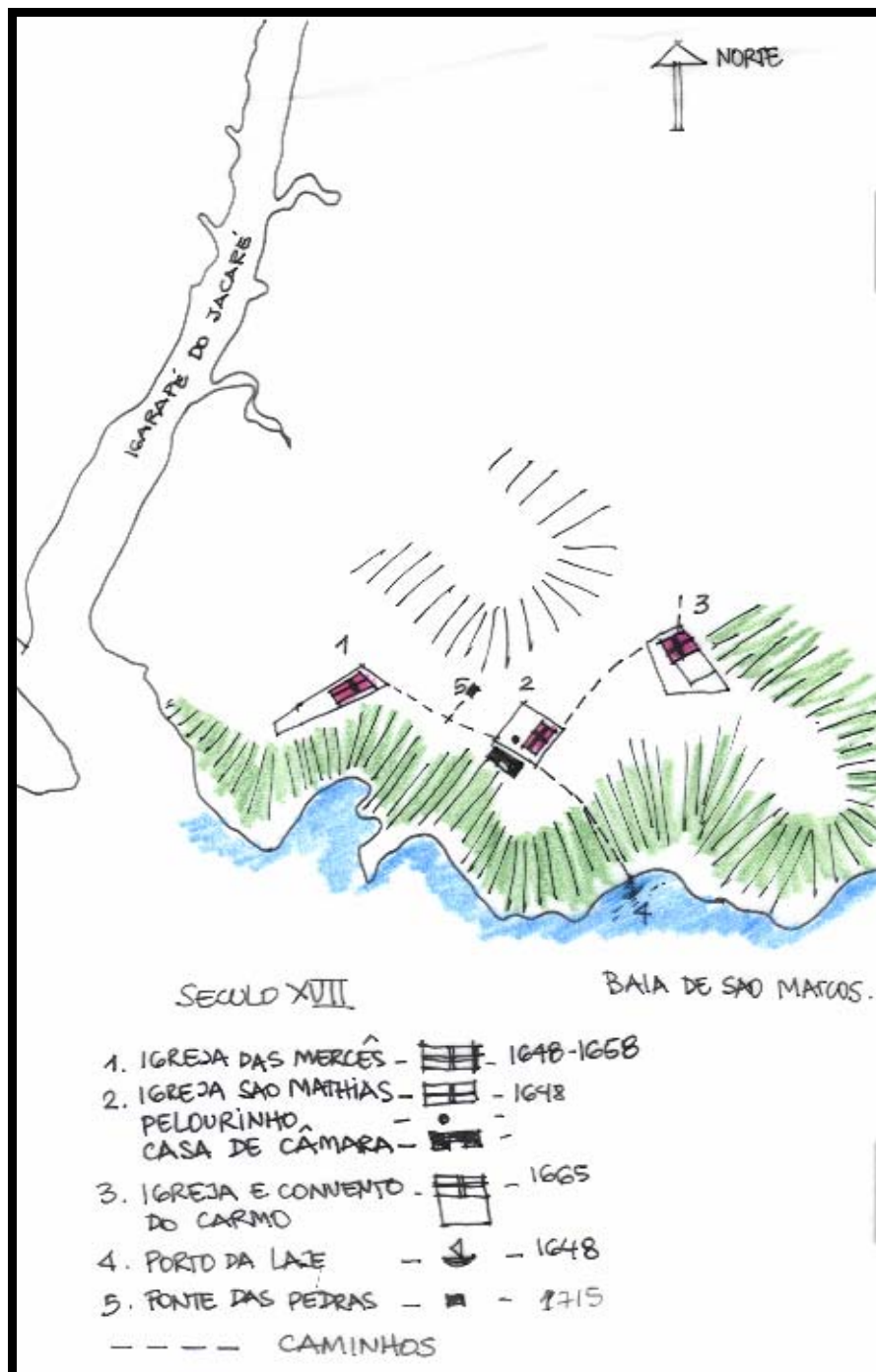


Figura 4.6 – ESTUDO DA FORMAÇÃO DE ALCÂNTARA NO SÉCULO XVII. Mapa base 1970, por Grete Pflueger.

## **CAPITULO 5**

### **A VILLA DE SANTO ANTONIO D'ALCANTRA SÉCULO XVIII**

No século XVIII a prosperidade econômica resultante da exportação do algodão vai consolidar uma sociedade emergente que transforma a vila de Santo Antonio de Alcântara em sua sede. A vila religiosa restrita aos conjuntos originais se expande em ruas e quadras conformando um traçado regular. Tais transformações dão origem a uma arquitetura civil imponente de sobrados e moradas.

#### **5.1 O APOGEU ECONÔMICO E A ARISTOCRACIA RURAL AGRO- -EXPORTADORA**

A transição do século XVII para o XVIII é marcada pela presença dos agentes da formação histórica: as ordens religiosas, os índios e a coroa portuguesa, concretizando as disputas pela ocupação do território. A Villa eleita em 1648 segue até 1700 sem grandes transformações, com sua pequena estrutura em torno das edificações religiosas. O século XVIII será um momento importante na consolidação urbana da Villa de Santo Antonio de Alcântara, quando ela experimenta seu apogeu econômico e social com a ascensão da aristocracia rural agro-exportadora de algodão, trazendo mudanças à estrutura urbana. O planejamento urbano então existente pode ser observado nos relatos e descrições da cidade, encontrados ao longo da pesquisa histórica (1718, 1759 e 1774) e nos mapas de 1755 e 1759. Em tais fontes percebe-se a transformação da aldeia indígena e religiosa na Villa estruturada com seus eixos de crescimento.

A primeira descrição da Villa no século XVIII (1718) que encontramos está nos “Anais históricos do Maranhão”, de Bernardo Berredo<sup>64</sup> dando conta dos fatos ocorridos desde o ano em que

---

<sup>64</sup> Série documentos maranhenses. Anaes históricos do Estado do Maranhão. Por Bernardo Pereira de Berredo Governador da Província do Maranhão (1726-1729). São Luís. ALUMAR, 1988.

foi descoberto até 1718. Essa obra foi oferecida a Sua Majestade D. João V e aprovada pelo Tribunal do Santo Ofício, em **1746**.

Na introdução, Livro I – Sumário, descreve a geografia do Estado, os rios e as principais vilas e cidades. Refere-se a Alcântara nos itens 17 e 32, dentre os 1491 itens dos Anais. No item 17 ressalta a importância da vila no contexto do Estado:

Divide-se o Estado do Maranhão em duas principais capitanias, uma do mesmo nome, que é a cabeça dele: outra do Grão-Pará, que é a mais dilatada. A do Maranhão compreende também a de Cumã, chamada vulgarmente de Tapuitapera, de que é donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, e a vastíssima do Piauí”. (Berredo, 1988, pág 33)

No item 32 descreve que a população da Vila é numerosa e apresenta 300 habitantes quando comparada com a da cidade de São Luís com pouco menos de mil vizinhos e da cidade de Belém com pouco mais de 500 vizinhos. Além da população observa-se a ênfase ao porto da vila com capacidade para todo o tipo de embarcação registrando o intenso comércio com a capital e outras cidades da baixada maranhense.

A vila de Santo Antônio de Alcântara, povoação com mais de trezentos vizinhos, é a cabeça da capitania de Cumã, e capaz surgidouro para todo o lote de embarcações, com uma baía de quatro léguas até a cidade de São Luís, a cujo sudoeste tem o seu princípio no mesmo sítio de Cumã: e caminhando dele pelo rumo de oés-noroeste, na direitura do Pará, acaba com cinquenta léguas de costa na Baía de Turiaçu, já com os marcos da capitania do Caeté, chamada também do Gurupi: porém o fundo conforme o cartaz da sua doação, se dilata até reinos estranhos. (Berredo, 1988, p. 33).

As descrições relativas à existência de edificações da Villa, como as igrejas, conventos e edifícios públicos, estão ausentes no relato do Governador da Província Berredo, mas estão presentes na descrição da Vila de 1774<sup>65</sup> onde observa-se pela primeira vez os aspectos urbanos da vila, especialmente a quantidade de ruas existentes.

Tem 11 ruas principais e muito bons edifícios com dois conventos de religiosos do Carmo e das Mercês e tem hu’ colégio dos jesuítas extintos. Tem 4 quatro capelas, duas de N Sra do Desterro e Santa Quitéria dentro e nos subúrbios outras duas N.Sra do Livramento e Nazareth e a Matriz ao apostolo São Mathias que he o padroeiro.

E Nos relatos do Padre jesuíta José de Moraes<sup>66</sup> do colégio do Pará que em viagem ao Maranhão, no ano de 1759, descreveu a vila, referindo-se ao nome da antiga aldeia indígena e indicando sua incorporação à Coroa portuguesa.

A primeira terra que se encontra ao sair da barra é a terra firme de Tapuitapera, ou vila de Santo Antônio D’Alcântara, com a capitania de Cumã, que foi do donatário Francisco de Albuquerque Coelho de Carvalho, que hoje se acha incorporada na real coroa. Esta sujeita ao Governador do Maranhão. (Moraes, 1987, p. 18)

<sup>65</sup> Acervo do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - RJ, documentos do Conselho Ultramarino de Lisboa (vol. 12, tomo II, p.119) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de livros raros, BN 36.22.1

<sup>66</sup> MORAIS, Padre José de. Historia da Companhia de Jesus, na extinta província do Maranhão e Pára dedicada às Reais cinzas da fidelíssima rainha e senhora nossa D. Mariana D’Áustria para quem oferece esta obra. Pará 1759. Editorial Alhambra. IBM Brasil, Rio de Janeiro, 1987.

Ele faz referências aos edifícios religiosos e a fortificação recentemente erguida demonstrando a importância da vila no contexto do Estado.

Esta Villa está fronteira à cidade de São Luís do Maranhão, em distancia de quatro legoas sobre o mar que a divide da mesma cidade. Tem porto suficiente para qualquer embarcação, tem um forte que mandou fazer o governador Joaquim de Mello e povoa por ocasião da guerra, guarnecido de hum destacamento da cidade comandado por hu' oficial e na dita villa há oito companhias de soldados auxiliares. (Moraes, op. cit.)

Há também relatos sobre a ascensão econômica e social de Alcântara reforçando a relação de interdependência com a Capital.

“É esta uma de suas melhores vilas. Pelo grande comércio que faz com a cidade do Maranhão, sendo mútuas as conveniências, e recíprocos os lucros; para cujos transportes servem alguns iates que andam na carreira” (Moraes, op. cit, p.18)

Esta relação de interdependência e trocas com a Capital existiu desde a conquista do Maranhão no século XVII, quando os índios de Tapuitapera participaram da disputa entre franceses e portugueses, e foi consolidada no século XVIII, com as permanentes relações estabelecidas entre a Villa e a Capital. Os produtos cultivados nas fazendas de Alcântara abasteciam São Luis. O poade Moraes finaliza, dando ao algodão o mérito da ascensão econômica do Estado do Maranhão.

“Esta é a descrição de toda a capitania, e cidade do Maranhão, mais conhecida pelo nome que pela opulência de seu comércio, que só consiste em muitas peças, ou rolos de pano de algodão, de que se prove todo o Piauí e seus sertões”. (Moraes, op. cit., pág. 19)

O apogeu econômico que deu impulso à estruturação das vilas e cidades do Maranhão foi decorrente da criação da Companhia Grão-Pará Maranhão, em 1755, pelo “Marques de Pombal”, Sebastião José de Carvalho e Melo, poderoso Ministro do Rei, Secretário de Estado de Guerra e de Negócios Estrangeiros em Portugal.

O Estado do Maranhão e a vila de Alcântara experimentaram uma ascensão econômica com o incremento da produção de algodão, cacau, cravo, café e arroz para exportação. Tal fato proporcionou ao Estado uma grande movimentação de mercadorias aumentando-se o volume do tráfico africano para reforçar a mão-de-obra na lavoura.

A reação contra o monopólio da Companhia foi intensa e levou a extinção da Companhia de Comércio em 1777. O comércio a partir de então obteve liberdade de importar direto para a metrópole. De acordo com Viveiros<sup>67</sup>, (1992, p. 103) em 1788, o Maranhão exportou para o Reino, em 26 navios, 686 contos, representados pelos seguintes gêneros:

---

<sup>67</sup> VIVEIROS, Jerônimo. **História do comércio no Maranhão**: 1612/1895. São Luís: Lithograf, 1992. v.1. Reedição fac-similar promovida Associação comercial do Maranhão.

|                                          |             |              |
|------------------------------------------|-------------|--------------|
| 1.354 sacas de 63.510 arrobas de algodão | no valor de | 484.000\$000 |
| 56.810 sacas de 313.435 arrobas de arroz | no valor de | 176.000\$000 |
| 345 paneiros de goma                     | no valor de | 537\$000     |
| 26 sacas de cacau                        | no valor de | 143\$000     |
| 845 paneiros de gergelim                 | no valor de | 4.184\$000   |
| 6 sacas de café                          | no valor de | 1 50\$000    |
| 50 arrobas de cera                       | no valor de | 320\$000     |
| 32.100 toros de madeira                  | no valor de | 500\$000     |
| 6.669 couros                             | no valor de | 7.225\$000   |
| 700 varas                                | no valor de | 56\$000      |

Estudos sobre a numismática maranhense<sup>68</sup> demonstram que nesse período as primeiras moedas aqui utilizadas eram os panos de algodão. Além do algodão, eram utilizados o açúcar, o cravo, o tabaco, os novelos e meados de fio como moedas correntes nas trocas comerciais devido à dificuldade em cunhar moedas em Portugal e enviá-las para a Colônia. Esse sistema foi modificado por Pombal, que providenciou mandar buscar em Lisboa moedas cunhadas de ouro e prata em 1749 para substituição dos rolos de pano. A moeda veio a circular no Maranhão depois de 1753 com muitas restrições, pois no mercado informal as trocas continuariam a ser processadas devido à escassez da moeda corrente.

Caio Prado Júnior<sup>69</sup> considera o apogeu da Colônia o período entre 1770 e 1808. O desenvolvimento econômico foi decorrente do renascimento da agricultura especialmente pelo cultivo do algodão. Utilizado pelos índios o algodão era um produto nativo brasileiro; fiado e tecido era transformado em um pano grosseiro que servia de vestimenta para escravos e pobres.

(...) No Maranhão, por exemplo, exprimiam-se ainda naquelas mercadorias, os valores monetários locais, novelo de fio, por cem reis e o rolo de pano por 10\$000, mas até o terceiro quartel do século XVIII quando começa a ser exportado regularmente, o algodão nada mais era do que uma insignificante cultura local é somente quando se torna mercadoria de grande importância que começa a parecer, tornando-se a uma das principais riquezas da colônia. (Prado Júnior, p. 81, 1987).

Eram tão importantes e valiosos como moeda, que os rolos de algodão estão presentes nos translados<sup>70</sup> do testamento de José de Sousa Lima, que faleceu na Villa de Santo Antônio de Alcântara em 1798 e declarou dentre os seus bens:

“Seis rollos de panos que devo a Antônio Lopes para pagar a colheita deste anno de noventa e oito”. (Mota 2001, pág. 296)

A prosperidade econômica da Villa de Alcântara criou uma sociedade rural que tinha nas fazendas o suporte econômico do município, o eixo da produção e o lugar de moradia durante a safra. No entanto, nos períodos de baixa produção os senhores transferiam suas atividades para a

<sup>68</sup> In revista do IHGB – MA, autoria de Oswaldo Soares, Colecionador e pesquisador maranhense.

<sup>69</sup> PRADO Junior, Caio. História econômica do Brasil. Ed. Brasiliense. São Paulo, 1987, p. 79- 93.

<sup>70</sup> MOTA, Antonia da Silva. Cripto Maranhense e seu legado. Coleção Maranhão Sempre. São Paulo, Ed. Siciliano, 2001, p. 296.

Villa, sede temporal da aristocracia rural agro-exportadora onde aconteciam as atividades ligadas ao lazer, às artes (teatro) e às festas religiosas.

O caráter sazonal da cidade reflete o entendimento do município, composto pela sede da aristocracia rural (a Villa de Alcântara) e as fazendas (zona rural) conforme relato do Itinerário da Província do Maranhão por Antônio Bernardino Pereira do Lago<sup>71</sup>:

... Tem belos edifícios e talvez dos que se chamem nobres 60, mas só em parte do inverno são habitados, por que as famílias todas residem quase sempre nas fazendas. Há dois conventos Carmo e outro Mercês, e uma freguesia de São Mathias, duas praças, a da Matriz e a do Carmo e onze ruas: a sua população de verão anda por 2.500 almas e de inverno por 8.000.

A configuração urbanística da vila no século XVIII vai refletir o apogeu dessa sociedade emergente impulsionada pela exportação do algodão. A malha urbana antes restrita ao entorno das edificações religiosas amplia-se com ruas e quadras traduzindo o crescimento econômico na construção de edificações residenciais e nos hábitos da sociedade, fruto do intenso intercâmbio entre a vila, capital e a Europa.

## 5.2 O ESTUDO DE PEDRO ALCÂNTARA

O trabalho do arquiteto Pedro Alcântara é o único estudo conhecido sobre a formação urbana da cidade de Alcântara. Suas pesquisas foram motivadas pela necessidade prática de resolver problemas na cidade quando atuou como arquiteto do patrimônio entre os anos de 1959-1965.

De acordo com um de seus relatórios ele explica:

...Que os serviços de recuperação de Alcântara forçaram-nos a uma exaustiva pesquisa bibliográfica e iconográfica. Tal pesquisa, de caráter operativo, permitiu fixar parâmetros que ajudaram sobremaneira a resolver problemas práticos que nos eram propostos diariamente e atender projetos específicos como museu da torre da matriz e exposição itinerante sobre a história de Alcântara.

Do acervo de pesquisa de Pedro Alcântara, serão utilizados dois documentos importantes:

- a) O plano de recuperação de Alcântara de 1963, elaborado pelo arquiteto Pedro e pela arquiteta Dora Alcântara, publicado na revista *acrópole* n 384 de abril de 1971, feito de acordo com sua explicação (pág.16) através de pesquisa bibliográfica e iconográfica de caráter operativo;
- b) Os croquis elaborados pelo autor da evolução urbana em diferentes períodos, contidos em seus trabalhos mimeografados de pesquisa sobre a cidade.

No plano de recuperação ele descreve a cidade atual fazendo referência às origens espontâneas da cidade com ênfase aos condicionantes geográficos:

Observada em sua estrutura atual, confirma que foi se formando espontaneamente, linearmente, ao longo dos caminhos, acomodando-se a topografia local. Assentada sobre plataforma de um espigão, o eixo de sua composição urbanística acompanha o divisor de

---

<sup>71</sup> Acervo do IHGB - Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro - RJ, documentos do Conselho Ultramarino de Lisboa (vol. 12, tomo II, p.119) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de livros raros, BN 36.22.1.<sup>71</sup>

águas e procura a fonte de beber (Mirititua) da saída para o interior (passando pelo sítio de Nazaré) partindo para o mar, (o porto e o igarapé do jacaré). As terras baixas inundáveis nunca foram ocupadas. (plano, p. 11)

Em seus estudos descreve a formação da cidade como um caso de cidade sem planejamento, ou seja: espontânea. Observa-se também que não faz referência à importância da arquitetura religiosa como elemento fundamental na consolidação do espaço urbano da Villa.

Alcântara é um caso típico de urbanização primária, irregular, fruto do espontaneísmo com que se constituiu o aglomerado urbano a beira-mar. A sua fundação não decorreu de nenhuma atitude de posse da região. Não foi destinada, portanto, a cumprir nenhuma das chamadas funções urbanas elementares de defesa, administração ou comércio. Diferenciam-se assim, profundamente, de sua vizinha São Luís, criada com objetivos de defesa e administração (a que não estavam ausentes intenções comerciais) e planejada pelo Engenheiro português Francisco Frias de mesquita, partindo do núcleo formado pelo Forte São Luís e o pequeno grupamento residencial construído pelos franceses.

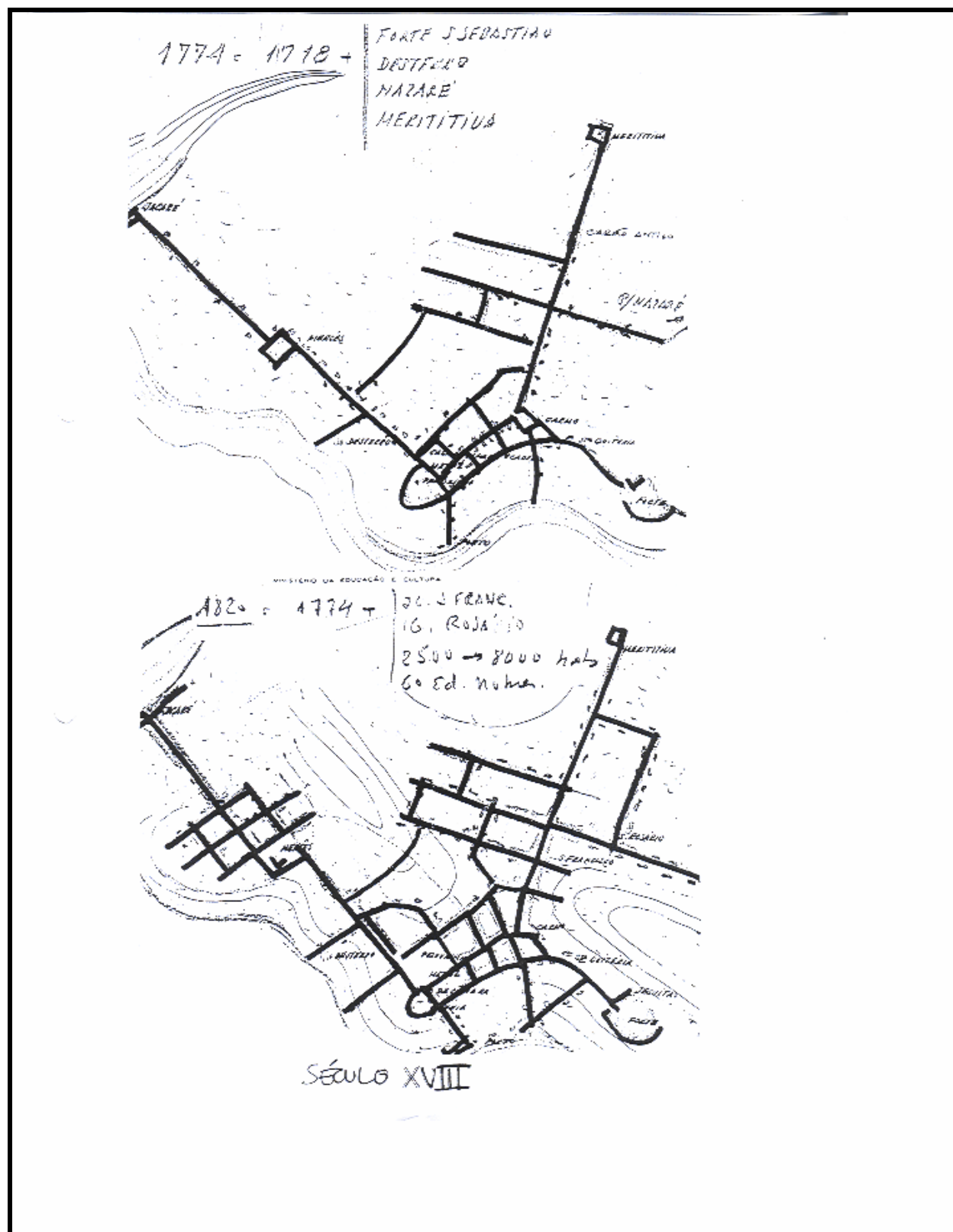
A origem e desenvolvimento de Alcântara são conseqüentes da ação espontânea de fatores geográficos, políticos e econômicas. Foi se estruturando lentamente como resposta às necessidades criadas com a ocupação econômica da região exercendo, sucessivamente, funções urbanas cada vez mais complexas, da primitiva aldeia Tupinambás, Tapuitapera transformou-se numa das mais progressistas e influentes vilas do Estado do Grão-Pará Maranhão a partir da segunda metade do século XVIII. (Alcântara, 1973).

Percebe-se a ênfase, dada pelo arquiteto, a ocupação espontânea do território centrada na condicionante geográfica. No entanto o mapa publicado em 2001<sup>72</sup>, que demonstra a vila em 1755 (século XVIII), infelizmente desconhecido pelo pesquisador, sugere um traçado com certa regularidade colocando em questão a hipótese de cidade espontânea, abrindo uma nova perspectiva que é a possibilidade de compreender dois momentos diferentes na formação de Alcântara. O primeiro espontâneo ligado a implantação da arquitetura religiosa e o segundo com o traçado regular conformando ruas e quadras.

Estas ruas e quadras estão demonstradas nos croquis elaborados pelo arquiteto para o estudo da formação urbana (ver figura 5.1, pág 87). Embora considerando a formação espontânea ele identifica as quadras principais, elementos indicadores do traçado com regularidade.

---

<sup>72</sup> PLANTA DA VILA DE ALCÂNTARA, 1755, autoria não identificada, é um detalhe de um Manuscrito original em tons amarelados existente na Torre do Tombo de Lisboa, publicado no livro "Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial". REIS Filho, Nestor Goulart. EDUSP.2000.



Acrescentar-se-iam à análise do arquiteto Pedro Alcântara algumas formas de interpretação que inserem novos elementos para o entendimento da formação de Alcântara.

O primeiro seria considerara arquitetura religiosa como elemento fundamental na origem da Villa. Esta constatação é dada através dos registros (do século XVIII) e das datas de construção dos edifícios religiosos todos próximos à fundação da Vila entre 1648-1665; portanto, a existência dos três pontos originais: Mercês, Matriz e Carmo se revelaram como os elementos articuladores no século XVII do traçado que surgiria no século XVIII.

O segundo seria a consideração da existência de um planejamento urbano no século XVIII a partir das informações das descrições e do mapa de 1755, onde os elementos como as ruas e quadras estão consolidadas na malha urbana.

### **5.3 A COMPOSIÇÃO URBANA DE ALCÂNTARA NO SÉCULO XVIII**

O estudo da composição urbana foi feito baseado:

Na análise dos estudos desenvolvidos pelo arquiteto Pedro Alcântara sobre a evolução urbana da cidade (croquis).No estudo da formação do espaço urbano baseado nas datas de construção das principais edificações sobre um mapa base de 1970.

Na identificação de categorias de análise a partir dos estudos de Paulo Santos e Nestor Goulart Reis filho aplicadas dentro das especificidades de Alcântara, considerando-se os elementos relevantes da composição urbana para analise do mapa de 1755 e 1779.

No cruzamento dos dados da pesquisa histórica, contidos nas descrições da Villa e na cartografia do século XVIII (1755) com a observação da cidade atual e as informações do mapa da década de 1970.

Assim, consideram-se as especificidades da cidade e os aspectos mais significativos identificados nos documentos históricos sobre a Vila. Está descrito como era o sítio, os conjuntos urbanos, o traçado incluindo as ruas, quadras e lotes e as fontes no século XVIII.

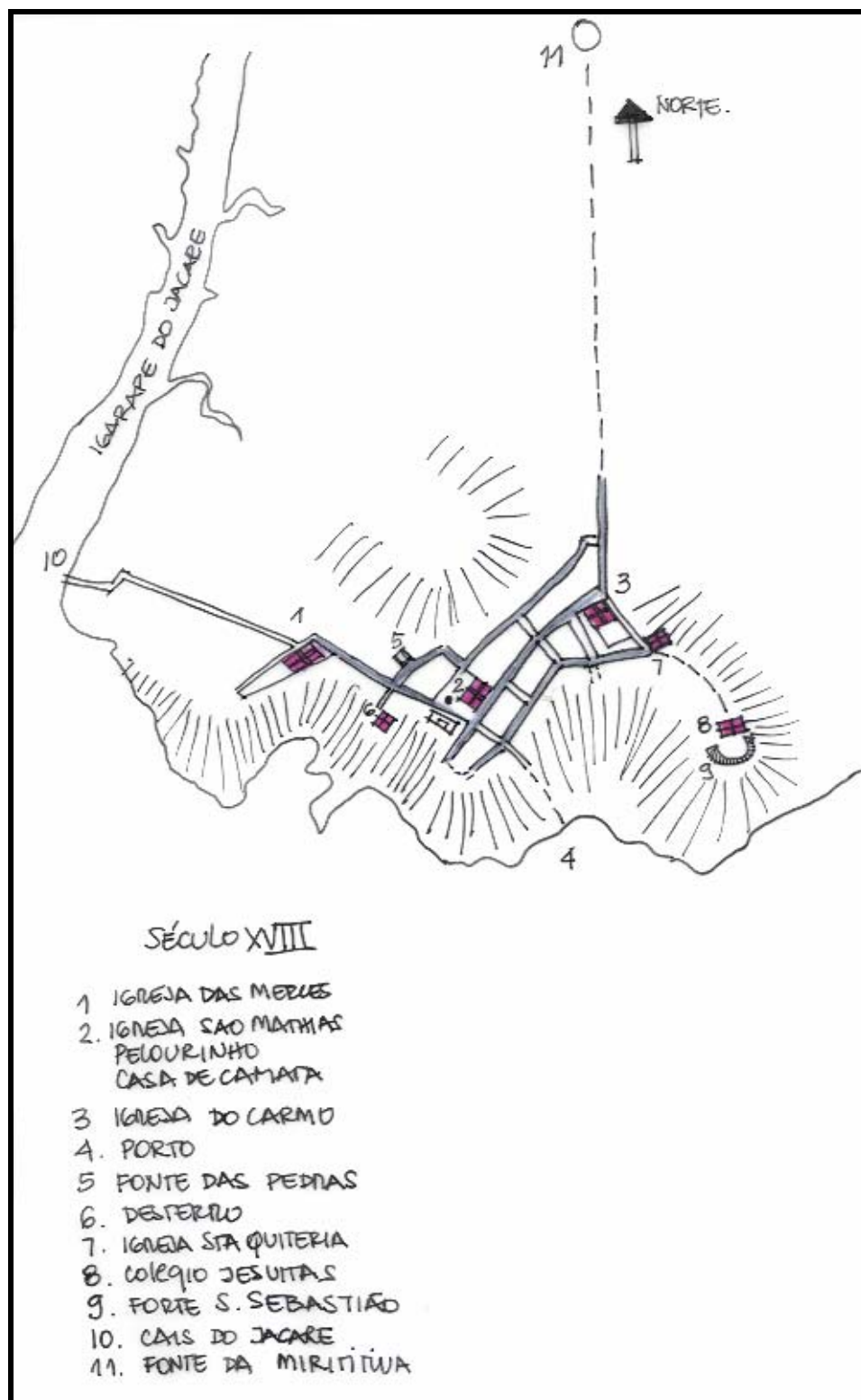


Figura 5.2 – TRANSFERÊNCIA DE INFORMAÇÃO DO MAPA 1755 E DA PESQUISA SOBRE MAPA BASE DE 1970. PFLUEGER, Grete. 2002.

No século XVIII há uma grande transformação na malha urbana com a consolidação das quadras e dos dois eixos de crescimento: ao norte a Rua Direita e a leste a Ladeira do Jacaré

(novo porto). A evolução e articulação dos três Conjuntos urbanos podem ser observadas quando em 1774 a Vila de Santo Antônio já possui 11 ruas e cinco igrejas. É o momento em que se percebe claramente o planejamento urbano na Villa. Outrossim, o traçado consolida os caminhos e acessos determinando o arruamento que envolve os edifícios. Cinco quadras surgem, três entre a Rua Grande e da Bela Vista e uma grande quadra entre a Rua de Baixo e a Rua Grande, e uma última quadra se configura atrás do convento do Carmo. Observa-se o crescimento das ruas perpendiculares aos eixos originais (becos, Rua do Sol) que aparecem cortando as quadras no sentido norte sul.

No local onde se implantava o hospício dos jesuítas é construído o Forte de São Sebastião para defesa da cidade em 1763. Além das Igrejas da Matriz, do Carmo e das Mercês, observa-se a inserção no traçado da Igreja de São Francisco, Igreja do Rosário, Igreja de Santa Quitéria, Ermida do Desterro e da Fonte da Mirititua. A Villa exerce o importante papel de sede comercial e entreposto de mercadorias relativo ao período de apogeu urbano e consolidação da cidade como sede da aristocracia rural. A cidade conta com 8.000 almas no inverno

### **5.3.1 O Sítio**

As terras de Alcântara abrigavam numerosas tribos dos tupinambás descritas por Abbeville em 1612. Tapuitapera era um ponto natural de articulação de trânsito entre São Luís e Belém, devido a sua posição estratégica entre duas grandes bacias hidrográficas. Nesse mesmo local foi eleita em 1648 a Villa religiosa portuguesa.

A Villa de Santo Antônio de Alcântara foi implantada sobre um promontório, elevada do nível do mar, cujos limites externos são os igarapés (do Jacaré e do Puca), a Baía de São Marcos, o mangue, as encostas e os apicuns. O local escolhido beneficiava o acesso das embarcações que transitavam entre a Capital, a Villa e a Colônia.

Observa-se especial destaque a implantação privilegiada do sítio e à ventilação do mesmo por tratar-se de área elevada à beira-mar, assim como o registro dos edifícios públicos (casa de câmara) e dos edifícios das ordens religiosas (jesuítas, carmelitas e mercedários)

Esta situada em um alto, lavada dos ventos, sadia e de belo e acomodado clima aos seus moradores. Orna-se com um colégio e igreja dos religiosos da companhia; um grandioso convento dos reverendos padres carmelitas calçados, um mais pequenos de religiosos mercedários, tem uma igreja matriz, com uma ermida de santa Quitéria, uma boa cadeia e casa de câmara e é finalmente a melhor vila de todo o Estado em comercio e riqueza de seus habitantes... (Padre José de Moraes, 1987, p. 18)

### **5.3.2 Os conjuntos urbanos**

Os conjuntos urbanos representam **um espaço da monumentalidade** e o melhor instrumento conceitual para compreensão da natureza dos conjuntos urbanos pode ser encontrado, segundo Reis Filho (1998, pág 473)<sup>73</sup>, na obra *de Thomas Hobbes, O leviantã*.<sup>74</sup>, o gigante. Ele explica que, tomados isoladamente, os indivíduos nada representam, articulados sob forma de um estado moderno, adquirem extraordinário poder. Os conjuntos urbanos barrocos, segundo o autor, desenvolvem-se de forma semelhante. Reunidos os sobrados de Alcântara, relativamente simples, adquirem caráter monumental, expressando a força do conjunto que delimita a praça, envolvendo-a. Vistos isolados são apenas um exemplar da tipologia arquitetônica. A expressão barroca resulta na força do conjunto. Expressa ainda que os conjuntos barrocos são a afirmação do terceiro estado e a glorificação do comércio.

O exemplo mais sofisticado de conjunto urbano, naquela região (Maranhão), é constituído pelos edifícios da praça principal da vila de Alcântara. Sem as dimensões avantajadas de outros exemplos, os edifícios que envolvem aquela praça obedecem a normas de relacionamento entre si de extrema elegância, justificando um esforço para sua preservação.(Reis Filho,1998 p.473)

#### 5.3.2.1 O conjunto urbano da Praça da Matriz

A Praça da Matriz de Alcântara constitui um “locus” especial, uma síntese histórica da ocupação do território. Estudos arqueológicos feitos na década de 80 indicam que esse local foi ocupado por índios da aldeia de Tapuitapera. E foi também o coração da Villa portuguesa de Santo Antônio de Alcântara com a implantação dos monumentos mais significativos: Matriz, Pelourinho, Câmara, Porto e Praça.

##### ▪ A Igreja Matriz

A segunda cruz no mapa de 1755 é a **Igreja Matriz**, dedicada a São Mathias, em homenagem a Mathias de Albuquerque. Foi erguida em 1648 e sua história esta ligada à Freguesia da aldeia Tapuitapera. Estava implantada na lateral esquerda da Praça e ocupava toda a dimensão da mesma. Sua fachada é assimétrica com uma torre sineira.

A Igreja Matriz, o Pelourinho e a Casa de Câmara e Cadeia formavam os três símbolos da presença e autoridade Portuguesa na Villa.O historiador maranhense César Marques<sup>75</sup> lamenta a falta de documentos sobre os templos de Alcântara, referindo-se à negligência que puseram a perder arquivos da Diocese.

<sup>73</sup>Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil. Coletânea de Estudos. Comissão Nacional para Comemorações dos descobrimentos Portugueses, Lisboa, Gráfica Maiadouro, 1998, p. 469-481.

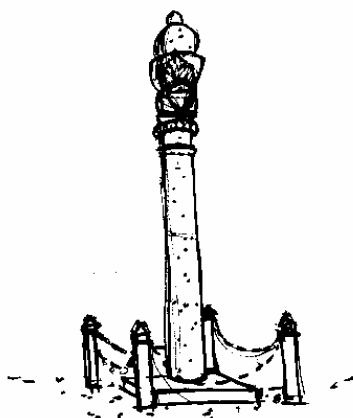
<sup>74</sup> Nesta obra, Hobes desenvolve um conceito de Estado, que permite entender as relações entre a formação da burguesia e do Estado absolutista.

<sup>75</sup> MARQUER, César Augusto. Dicionário Histórico e Geográfico do Maranhão. Ed fon-fon, Rio de Janeiro, 1970.



**Figura 5.3 - VISTA AÉREA DA PRAÇA DA MATRIZ** em Alcântara retirada do Livro “Arquitetura luso-brasileira no Maranhão. SILVA, Olavo Pereira da. Belo Horizonte: 1998, Ed. Formato, p. 25.

- Pelourinho



**Figura 5.4 – CROQUI DO PELOURINHO EM ALCÂNTARA.** PFLUEGER, Grete. 2002.

Foi implantado em 1648 como monumento simbólico da autoridade da câmara e prerrogativa dos municípios portugueses<sup>76</sup>. Representou no século XVIII o local de castigos corporais e as torturas públicas.

A peça é uma esbelta coluna de pedra de cantaria de base simples que possui na parte superior um entalhe em relevo em forma de Coroa com um brasão armoriado português (hoje inexistente) e abaixo dele um prisma invertido como base do capitel. A coluna é ainda decorada por com frisos que a circundam em relevo, no molde das colunas clássicas.

#### ▪ Casa de Câmara e Cadeia

A primeira edificação da Câmara foi de caráter provisório, em taipa. Em 1759 o Governador Gonçalo Pereira Lobato concede ao Senado da Câmara uma légua de terra para construção definitiva da Casa de Câmara e Cadeia.

A edificação retangular de dois pavimentos com fachada simétrica é composta de portada central e vãos de janelas nas laterais com gradis de ferro. Apresenta pátio interno com esquadrias de madeira rotuladas. É um exemplar característico da arquitetura luso-brasileira no Maranhão.

---

<sup>76</sup> Brasil, ministério do interior. Projeto Rondon. Monumentos históricos do maranhão. São Luis. Sioge. 1979. Pág. 156-157



**Figura 5.5 – CASA DE CÂMARA E CADEIA EM ALCÂNTARA.** CUNHA, Gaudêncio. Maranhão 1908, p. 152.

#### ▪ O Porto

Há referências sobre a existência de dois portos em Alcântara: o atual, denominado Porto do Jacaré, localizado no Igarapé do Jacaré; e o antigo porto, denominado Porto da Laje, situado na Praia dos Barcos. Há controvérsias quanto à localização exata do porto original. Documentos e cartografia demonstram que estava situado na laje próxima à Praia dos Barcos atrás da Casa de Câmara e Cadeia.

Na cartografia do século XVIII há indicações de dois locais prováveis. O primeiro é a do mapa de 1755. Observa-se que nesse mapa não há uma referência ou numeração especial para o porto como havia para as igrejas, devidamente identificadas, no entanto o desenho aquarelado apresenta-se uniforme em tons amarelados indicando os igarapés e justamente na área do porto há uma mancha branca. Supõe-se ser a identificação dessa laje em pedra ou do caminho das embarcações para o atracadouro situado na lateral direita da Casa de Câmara e Cadeia com acesso pela Rua da Amargura.

Essa opção foi considerada por pesquisadores como Pedro Alcântara; no seu estudo o acesso ao porto seria feito através de uma ladeira partindo da Rua da Amargura.

O segundo local provável está indicado na “*Demonstração da Villa e Porto de Tapuitapera*”, (ver figura 5.3, p. 109) de 1789, onde se vê o desenho de uma rampa ou de uma ladeira que vence a diferença de altura entre a Praça da Matriz e o nível do mar, chegando a um lajeiro de pedra branca onde poderiam aportar embarcações. Essa rampa, indicada com calçamento,

está situada na lateral esquerda da Casa de Câmara em posição oposta àquela identificada no mapa de 1755, contudo, na mesma região identificada como Laje ou Praia dos Barcos.

Nesse local hoje há vestígios de uma ladeira ou rampa; não há vestígios claros do porto no local. A substituição desse porto no final século XVIII, pelo atual, denominado de “Cais do Jacaré”, situado ao lado do Igarapé do Jacaré em local de melhor acessibilidade desativou completamente o porto antigo, apagando-lhe os vestígios encobertos pelo mangue e pelas marés.

#### ▪ A Praça

A forma da praça era quadrada, medindo em torno de 70m x 70 metros quadrados, totalizando em torno de 1.400m; encontra-se de costas para o mar, no caso, a Baía de São Marcos. O quadrado da praça irradia quatro ruas da cidade: Rua Grande (a principal que se completa na Rua Direita), Rua de Baixo, Rua das Mercês e o Beco Escuro, que continha a fachada posterior da Matriz.

No mapa de 1755 o número 21 indica “*Praça da Villa*”, atual Praça da Matriz, onde se localizam o Pelourinho, a Casa de Câmara e Cadeia e a ruína da Igreja da Matriz de São Mathias.

A implantação existente pode ser comparada com aquela descrita por Omegna<sup>77</sup>, quando explica a importância das praças nas cidades de colonização portuguesa. Ele afirma que a cidade não se resumia às edificações isoladas, mais ao espaço de ajuntamento civil, a “Pólis”, para vida política e religiosa; nesse sentido as cartas régias, autorizando a fundação das vilas, definiam planos urbanísticos a serem cumpridos.

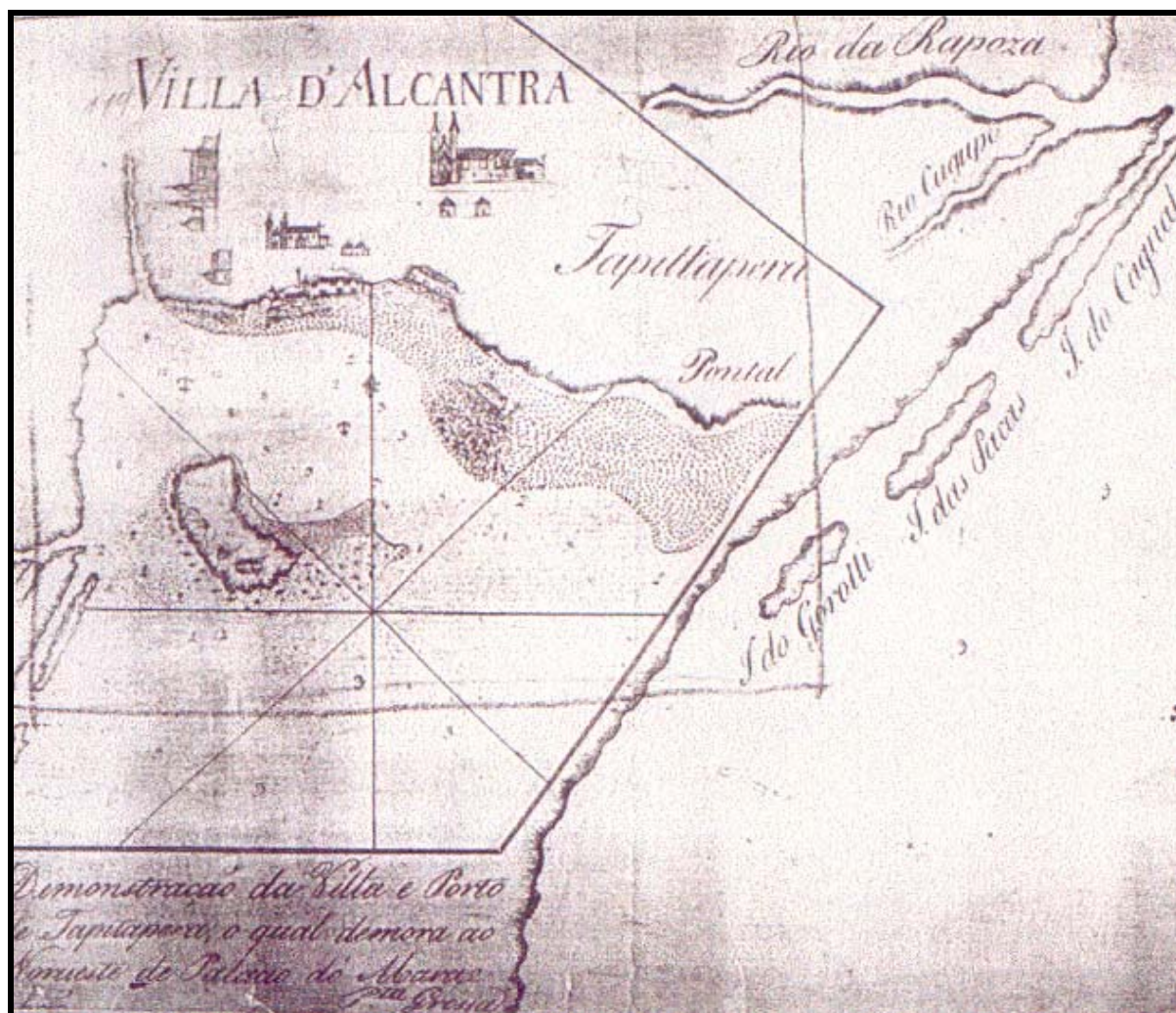
“La plaza, siendo en costa de mar, debe hacer de al desembarcadero del puerto, y tratando de lugar mediterraneo, en medio de la poblacion. en la plaza no se daran solares para particulares, sino la Iglesia, casa real y se identificaran tiendas”.  
(Omegna, 1971, p. 8).

As instruções contidas em uma das 149 cláusulas das ordenações do Rei Felipe II, de 1573, constituem um código de posturas municipais – as Ordenações Filipinas, que definiam a necessidade de se marcar ruas e praças. As instruções vinham da Europa minuciosamente detalhadas, e quanto às medidas da praça da Matriz prescrevia-se:

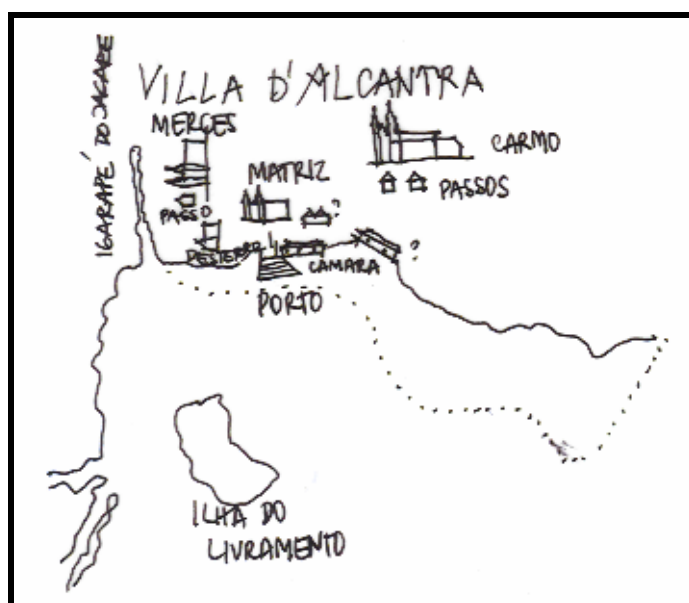
su forma en cuadro prolongada que por lo menos tenga de largo una vez que media de ancho, porque sera mas a proposito para las fiestas de caballo y otras: su grandeza proporcionada el numero de vecinos...no sera menos de dosientos pies en ancho y trescientos de largo.(Omegna, 1971, p. 9).

---

<sup>77</sup> OMEGNA, Nelson, 1903. **A cidade colonial**. Ebrasa, 1971. In Capítulo 1, Fisionomia da cidade colonial



**Figura 5.6 - DEMONSTRAÇÃO DA VILA E PORTO DE TAPUITAPERA** , 1779, Mapoteca do Itamaraty, reproduzido no CDRoom do livro “Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial”, REIS Filho Nestor Goulart, 2000.



**Figura 5.7 – IDENTIFICAÇÃO DAS IGREJAS E PORTO** no mapa 1789, Grete Pflueger.

Os temores dos males dos ventos tornaram-se fonte inspiradora das soluções urbanas observa-se que a praça da Matriz tem os seus quatro cantos voltados para os pontos cardeais.

“las cuatro esquinas de la plaza miren a los cuatro vientos, principales porque saliendo así no estaran expuestas a los cuatro vientos que seran muchos”.<sup>78</sup> (Omegna, op. cit.)

#### 5.3.2.2 O Conjunto urbano do Carmo

O conjunto urbano do Carmo está situado em terreno destacado, alto, à beira-mar de modo que as torres da igreja podem ser identificadas pelas embarcações ao nível do mar.

O largo possui formato retangular, recortado por quatro ruas que o ladeiam, é formado por igreja, convento com pátio frontal e no seu entorno situam-se: em frente, as ruínas do Palácio do Barão de Pindaré; na lateral da Rua Grande, o sobrado dos padres; atrás, as edificações térreas da Rua do Sossego e na outra lateral ruínas vestígios da quadra existente no século XVIII, hoje desarticulada.

A arquitetura da igreja é singela, de fachada simétrica branca e planta cruciforme; apresenta alpendre lateral. A maior riqueza da igreja está no seu interior, em seu retábulo. O convento apresenta planta quadrada com claustro e pátio interno. Em frente da igreja há um pátio frontal delimitado por muro baixo com implantação de cruz central.

#### 5.3.2.3 O Conjunto urbano das Mercês

O conjunto urbano das Mercês está situado em terreno destacado, alto, visível da encosta e do mar, em área triangulada onde estavam implantados a Igreja e convento dos mercedários. Não há registros da aparência da igreja e do convento.

Os largos religiosos do Carmo e das mercês são espaços de destaque no traçado, estruturadores do espaço urbano, funcionam também como descanso do percurso de elevação topográfica do sítio.

### 5.3.3 Traçado

O traçado da Villa de Alcântara pode ser analisado em dois mapas encontrados do século XVIII. O primeiro é “*a planta da vila de Alcântara*” de 1755<sup>79</sup> (ver figura 5.5, p. 115) de autoria não identificada, pois não faz referência ao cartógrafo que a elaborou, é um detalhe de um

<sup>78</sup> Em suas notas finais Omegna atribui essas informações a Francisco Antônio Correia em “História econômica de Portugal”, vol II, p. 20. Dada a dificuldade de encontrar a lei original, cita-se a fonte consultada.

<sup>79</sup> REIS Filho, Nestor Goulart. **Imagens das vilas e cidades do Brasil Colônia**. Imprensa oficial, EDUSP, 2000, pág. 144.

Manuscrito original, em tons amarelados, existente na Torre do Tombo de Lisboa. O outro é um fragmento de um plano da barra do Maranhão que contem a *Demonstração da Villa D'Alcantra* em 1789<sup>80</sup> (Ver fig. 5.6, p. 112), Pertencente ao acervo da Mapoteca do Museu do Itamaraty, no Rio de Janeiro.

Nas duas plantas o padrão de apresentação do desenho e a simbologia utilizada são iguais, com ênfase à demarcação dos limites geográficos do sítio: rios, igarapés e o mar e dos principais monumentos religiosos.

No mapa de 1755 observa-se uma especial atenção à identificação das igrejas e conventos, através do símbolo da cruz pintada de vermelho inserido dentro de um retângulo que identifica a posição do convento e da igreja. Há uma numeração original detalhada do numero 21 ao 24 nos comentários do autor do livro *Imagens das vilas e cidades* (pág. 354). Os itens de número 25, 26 e 27 foram identificados através da pesquisa histórica e do confronto com o mapa atual da cidade. Consta ainda a numeração 2 repetida três vezes em área de mangue, próxima ao antigo porto e a numeração 13 no meio do igarapé que dá acesso á cidade, em frente a ilha do livramento.

- O número 21 indica “*Praça da Villa*”, atual Praça da Matriz, onde se localizam o Pelourinho, a Casa de Câmara e Cadeia e a ruína da Igreja da Matriz de São Mathias.
- O número 22 indica a “*Freguezia da Villa*”, identificada com a cruz vermelha corresponde ao local das ruínas da Igreja da Matriz.
- O número 23 indica o *Convento de N.SRA. das Mercês*, neste local identificamos o Largo das Mercês, onde existe atualmente uma pequena capela fazendo referencia a existência do convento e da igreja da ordem dos mercedários. Lamentavelmente destruídos e sem registros da forma da fachada.
- O número 24 indica, o *Convento de N. Sra do Carmo*, local onde hoje reconhecemos a Igreja do Carmo e as ruínas do convento.
- Identificamos os seguintes números através da pesquisa histórica e de visitas ao local.
- O número 25 indica a igreja de Santa Quitéria, hoje totalmente arruinada.
- O número 26 indica o colégio dos jesuítas, mesmo local da implantação da fortaleza de São Sebastião, hoje em ruínas.
- O número 27 indica a Ilha do Livramento, situada em frente ao núcleo histórico.

---

<sup>80</sup> Plano da Barra do Maranhão desde o surgidouro em que costumam dar fundo os navios que vão para o dito porto para esperar o... Mor até a Ilha do Livramento e a última ponta de terra que se descobre da parte da área” por Antº José Reis Chaves no anno de 1789, nanquim, Mapoteca do Itamaraty (RJ), N° 182 do catalogo de documentos.

O traçado de Alcântara no século XVIII, analisado a partir da planta de 1755, demonstra regularidade. Não possui o rigor dos traçados em damheiro projetados pelos engenheiros militares e sim, uma regularidade observada na composição de quadras de mesma proporção (duas primeiras quadras situadas entre a Rua Grande e Rua Direita), no paralelismo das ruas principais (Grande, de Baixo e Bela Vista) organizando os antigos caminhos em torno dos principais monumentos e na perfeita orientação da Rua Direita no eixo norte-sul. Adequa-se à categoria de traçado descrito por Paulo Santos como de relativa regularidade

Com relação à representação do traçado urbano, há nesta planta um grande cuidado em mostrar as quadras edificadas em lados opostos, onde a fachada do imóvel está situada na rua principal e os fundos para a rua secundária. O traçado original está subtendido na malha urbana atual, pode facilmente ser identificado a partir da leitura dos espaços dos monumentos originais e das ruas.

Com relação à forma, tomando o eixo norte sul como parâmetro (rua direita) o mapa de 1755 apresenta uma forma em J com a base reta, como uma bota voltada para esquerda e no mapa atual, percebemos que a forma real apresenta uma inclinação do J para baixo, relativa às Ruas Grande e da Bela Vista, representando uma pequena distorção do traçado com relação à topografia existente.

Ao contrário da planta de 1755 que apresenta o traçado, a *demonstração da villa de 1789* possui uma particularidade que é o registro dos volumes e fachadas das edificações religiosas e civis sem configuração do traçado ou arruamento. A “*Villa d’Alcantra*” ali descrita está indicada por seus edifícios religiosos e civis.

A identificação das edificações, que não estão enumeradas no plano, é possível através da localização no sítio dos edifícios religiosos. Como o plano traz referências aos igarapés e ao acesso da Villa identifica-se na lateral esquerda o Convento das Mercês, seguido de um pequeno Passo e de uma edificação menor, que é a Igreja do Desterro; depois a Igreja da Matriz, Casa de Câmara e Cadeia apresentando ao lado uma rampa de acesso ao porto da laje seguida de outra edificação com tipologia térrea de morada e a Igreja e Convento do Carmo, acompanhada de dois pequenos passos religiosos. Embora o mapa não apresente o traçado configurado, nem arruamento, constando apenas as elevações e fachadas, ele representa corretamente a posição de cada elemento no espaço. Representa simbolicamente o traçado urbano pela posição dos monumentos sem precisar indicar as ruas, revelando a força dos conjuntos religiosos e civis como elementos marcantes da configuração urbana da Villa.

A informação que o traçado acrescenta na análise da composição urbanística do século XVIII é fundamental, pois a cartografia pesquisada do século XVII identificava apenas o local da aldeia indígena e religiosa. Observa-se então a diferença entre o século XVII onde a formação é

pontuada pela presença isolada das ordens religiosas e da praça do poder. E no Século XVIII, onde é possível identificar uma ordenação intencional do traçado, consolidando os caminhos, que antes eram apenas articulação entre os três conjuntos religiosos, além das ruas e quadras, formando uma composição estruturada.

#### ▪ Ruas

Tem 11 ruas principais e muito bons edifícios com dois conventos de religiosos do Carmo e das Mercês e tem hu' colégio dos jesuítas extintos. Tem 4 quatro capelas, duas de N Sra do Desterro e Santa Quitéria dentro e nos subúrbios outras duas N.Sra do Livramento e Nazareth e a Matriz ao apostolo São Mathias que he o padroeiro<sup>81</sup>

Na planta de 1755 as ruas não estão identificadas com seus nomes, nem estão relacionadas nos comentários sobre o documento. Também no relato de 1774 as 11 ruas indicadas não foram identificadas, dificultando nossa análise, pois não se sabe de que forma foram contadas e se foram considerados os prolongamentos das ruas principais ou nomes distintos em um mesmo eixo ou ruas secundárias.

A estrutura da cidade portuguesa, segundo Pessoa<sup>82</sup>, obedece a uma série de regras funcionais características; O nome das ruas (Direita, de Cima, de Baixo, Largos), praças e rossios são constantes, Igrejas matrizes, Igrejas dos negros, complexos conventuais de franciscanos, beneditinos e carmelitas, Porto e a “Casa de Câmara de Cadeia” são os principais definidores do desenho das cidades, respeitando-se as variações locais.

Desta forma, identifica-se as ruas da planta de 1755, considerando-se que as ruas principais correspondem aos antigos caminhos entre os principais monumentos (ainda existentes ou em ruínas) e conservam os nomes originais atribuídos às ruas das cidades coloniais (Direita, Sol, Grande, de Baixo, etc). Relacionam-se então, as ruas existentes na área delimitada pelo mapa e 3 becos, ou ruas menores. Esse número é inferior às 11 ruas contadas na descrição de 1774, pois a quadra posterior ao Convento do Carmo encontra-se totalmente arruinada, apresentando apenas os vestígios das ruas e das empenas das edificações. Desta forma as ruas que a circundam não puderam ser identificadas.

Partindo-se da esquerda para a direita na planta de 1755, do numero 23, convento das mercês, identificamos as seguintes Ruas:

- 1) Rua das Mercês (interligando a Igreja e o Convento das Mercês à Praça da Matriz);
- 2) Rua Pequena, que é perpendicular a Rua das Mercês, onde se localiza a fonte das pedras e esta posicionada paralela a Praça da Matriz;

<sup>81</sup> Acervo do IHGB- Instituto Histórico e Geográfico do Rio de Janeiro -RJ, documentos do Conselho Ultramarino de Lisboa (vol. 12, tomo II, p.119) e na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, setor de livros raros, BN 36.22.1.

<sup>53</sup> PESSOA, José. Em tudo semelhante em nada parecido. Lisboa, 2000. In Revista Oceanos, n. 42. Gráfica Maiadouro. P. 70-84.

- 3) Rua de Baixo, que interliga a Praça da Matriz à Rua Direita, é paralela à Rua Grande;
- 4) Rua Grande, é a principal rua da cidade, interligando a Praça da Matriz à Igreja e convento do Carmo;
- 5) Rua Direita. É a direção norte e está interrompido na planta, o prolongamento dá acesso à Fonte da Mirititua;
- 6) Rua da Bela Vista, atual Rua da Amargura; está situada paralela à Rua Grande, (com vistas para a Baía de São Marcos);
- 7) Rua do Sossego, rua posterior à Igreja do Carmo interligando o convento ao antigo colégio de jesuítas onde foi implantado posteriormente o forte;
- 8) Beco da Bandeira, atrás da Casa de Câmara e Cadeia;
- 9) Beco Escuro, atrás da Igreja da Matriz;
- 10) Beco da Boa Vista, acesso à Rua da Bela Vista.

#### ▪ Quadra

De acordo com Reis Filho chamam a atenção<sup>83</sup> na planta, relativa regularidade em pontos do traçado e a presença de algumas quadras edificadas apenas em lado opostos, sem edificações nas laterais, com ocupação frontal e posterior determinando grandes áreas livres internas. As quadras principais são aquelas que estão entre a Matriz e o Carmo, onde se reconhece o núcleo irradiador do traçado. Esta é uma característica peculiar que ainda hoje é presente em Alcântara nas quadras principais.

Quadras identificadas no mapa de 1755 (ver figura 5.6, p. 115):

- 1) Quadra 1, 2 e 3 estão localizadas entre as Ruas: Grande e da Bela Vista atual Rua da Amargura. Observa-se que o lote possui uma profundidade que ocupa toda a dimensão da quadra;
- 2) Quadra 4, esta localizada entre a Rua de Baixo e a Rua Grande; e a
- 3) Quadra 5, esta localizada abaixo da Igreja e Convento do Carmo, hoje totalmente arruinada, não sendo possível reconstituir-lhe o nome nem as das ruas que a circundam.

#### ▪ Lote

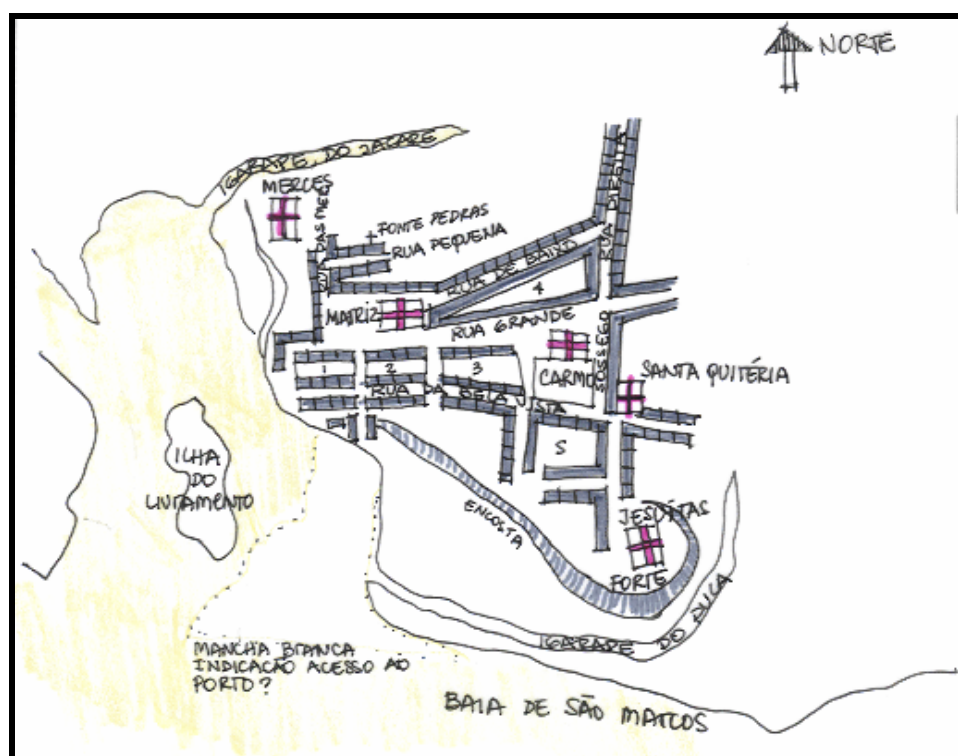
O lote urbano ocupa toda a profundidade da Quadra, apresentando uma forma mais alongada, de acordo com Leite Filho,<sup>84</sup> denunciando as profundas ligações de seus moradores com o universo rural.

<sup>83</sup> Id. Ibidem, p. 354.

<sup>84</sup> LEITE Filho, Deusdedit Carneiro. Os Sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luis do Maranhão. Colóquio internacional. Universo urbanístico português. 1415-1822 - Seção V. Coimbra. Março/1999.

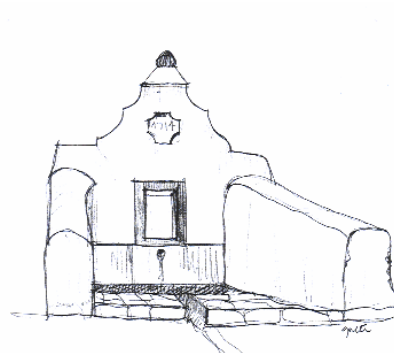


**Figura 5.8 - PLANTA DA VILA DE ALCÂNTARA, 1755**, autoria não identificada, é um detalhe de um Manuscrito original em tons amarelados existente na Torre do Tombo de Lisboa, publicado no livro “Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial”. REIS Filho, Nestor Goulart. 2000.



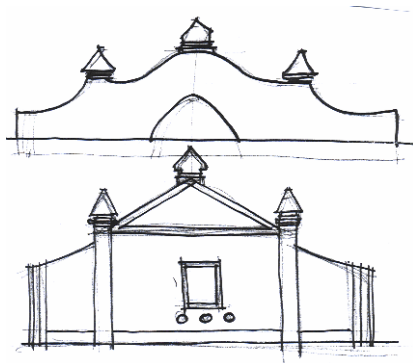
**Figura 5.9 –IDENTIFICAÇÃO DE RUAS E IGREJAS** da planta de 1755, por PFLUEGER, Grete.

### 5.3.4 Fontes



**Figura 5.10 – CROQUI DA FONTE DAS PEDRAS EM ALCÂNTARA.** PFLUEGER, Grete. 2002.

**Fonte das Pedras**, localizada na Rua Pequena (apenas a rua está indicada no mapa de 1755, a Fonte não). É um raro exemplar da arquitetura utilitária construída no século XVIII, embora de pequenas proporções (menor que a Mirititiua). Tem características parietais, ou seja, apresenta uma única parede estrutural larga com abertura retangular e bica centralizada com frontão triangular de formas arredondadas, encimado por uma pedra redonda do tipo cabeça de negro. Nas laterais apresenta estrutura de suporte mais baixa, formando um espaço de acesso à bica. Foi construída com pedra preta e apresenta pintura branca em cal marinha. Esta implantada em uma rampa íngreme de pedra em seu frontão apresenta a data de 1715.



**Figura 5.11 - CROQUI DA FONTE DE MIRITITIUA EM ALCÂNTARA.** PFLUEGER, Grete. 2002

**Fonte de Mirititiua**, esta localizada no prolongamento da Rua Direita, eixo da direção norte da cidade, no atual Bairro da Caravela.

Teria sido construída antes de 1747 e fundada pelo donatário da Capitania Antonio Coelho de Carvalho. Esta implantada em terreno íngreme, protegida por um paredão de pedra retangular encimado por frontão triangular e ladeado por cunhais com corucheus decorativos em forma de prismas triangulados. Possui duas aberturas retangulares uma no frontão e outra na parede principal por onde são captados os olhos d'água. Tem aparência singela toda branca pintada de tinta a base de cal marinha.

Em 1840, há registros de que a câmara mandou edificar um chafariz na villa, não foi localizado em planta e não há comprovação de que tenha sido edificado.

## 5.4 COMPARAÇÃO COM A CIDADE DE MARIANA EM MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII

A planta da cidade de Mariana da segunda metade do século XVIII<sup>85</sup> (Ver fig. 2.9, pág. 93) apresenta as duas partes da povoação, com suas diferentes formas de traçado. A vila antiga e a nova, as margens do rio.

As categorias de análise:

1. **Escolha do sítio** – Diferente da implantação da Vila de Alcântara, próxima ao mar (litorânea) observa-se a implantação interiorizada da cidade de Mariana, em função da atividade mineradora do Estado. Dá-se a implantação próxima às margens do Rio, onde se implantou a primeira povoação.

2. **A arquitetura religiosa** - Observa-se a presença religiosa destacada no traçado da cidade, cujo nome original se refere a uma vila religiosa da ordem Carmelita. O trabalho de pesquisa da arquiteta Claudia Damasceno ressalta a presença da Igreja do Carmo como o primeiro núcleo de ocupação do arraial ainda no século XVI. Seguida das igrejas de São Gonçalo e Conceição assim como a Casa de Câmara e Pelourinho no início do século XVIII. Na metade do século XVIII observa-se a presença da Igreja das Mercês, Santa Casa e Igreja de Santana. Quando o traçado se consolida no final do século XVIII, observam-se vários núcleos religiosos.

Na legenda contida na *Planta da cidade de Mariana* (ver figura 5.9, p. 120), original do Arquivo do Exército, Rio de Janeiro, 2ª metade do século XVIII, há o nome das seguintes ruas:

- Rua Nova, Rua Direita, Rua da Sé, Rua da Olaria, Travessa de S. I. exe, Rua do Rosário; Ponte de S. Gonçalo, Rua de S. Gonçalo, Ponte do Muçui, Ribeirão do Carmo; Ribeirão do Mata Cavalos, Ponte de Sta. Anna, Sta. Anna e das seguintes edificações religiosa e pública: Capela de S. Gonçalo, Sé, São Francisco, Carmo; Mercês, Confraria, São Pedro, Rosário, Santa Anna, S. Gonçalo, Seminário, Casa do Bispo, Cadeia, Chafariz e Ponte de Sta. Anna.

---

<sup>85</sup> REIS Filho, Nestor Goulart. **Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial**. São Paulo, EDUSP, 2000. p. 217

Nesse mapa observa-se a quantidade de Igrejas e a coincidência das Ordens Carmelitas, Franciscana, Jesuíta e Mercedária, existentes em Alcântara e Mariana, comprovando a presença religiosa como marco da ocupação.

De acordo com Fonseca (1998, p. 301) o desenho, apesar de ter sido corretamente elaborado por um técnico, apresenta um sério engano em relação a sua orientação, pois a flecha da rosa-dos-ventos aponta para a direção oeste. Os logradouros preexistentes como a Rua Direita a Rua de São Gonçalo e as Praças foram regularizados nessa representação e a “parte nova” apresenta uma geometria mais rigorosa e elementos simétricos que não se verificam na realidade.

#### **5.4.1 Os Conjuntos Urbanos**

Destaque aos conjuntos urbanos do Carmo (a Ordem é a primeira a se implantar dando nome a Vila Ribeirão de Nossa Senhora do Carmo). No mesmo conjunto urbano está o Carmo e São Francisco, duas ordens terceiras. Observa-se o edifício religioso como articulador do traçado e a arquitetura civil em torno do Largo e a implantação do Pelourinho. Essa praça, com relação ao eixo norte sul, possui a mesma implantação que a Praça da Matriz de Alcântara, pois os quatro cantos da praça estão voltados para os quatro pontos cardeais, essa ocorrência é observada em outras praças como a de Salvador.

Conjunto urbano da Sé, como praça principal e sede do poder religioso e administrativo, Conjunto urbano das Mercês, de menor significado, envolvido pelo traçado da rua, ao lado do Chafariz e o Conjunto urbano do Rosário, mais afastado, na outra margem do rio.

##### **▪ O Traçado**

A configuração urbanística da cidade é o resultado das duas experiências. A primeira vila implantada à margem do rio possuía uma forma mais irregular e a cidade definitiva do outro lado, construída de acordo com um traçado regulador que valoriza os Largos religiosos do Carmo, da Sé e interliga a nova urbanização através das pontes com as edificações da cidade que sofreu inundação.

O traçado de Mariana obedece ao projeto do engenheiro José Fernandes Pinto Alpoim. Nele observa-se a regularidade das quadras e a praça como eixo de irradiação das ruas. Há uma característica comum com Alcântara, a praça religiosa do Carmo reúne a sede oficial com Casa de Câmara e cadeia e Pelourinho, assim como a praça da Matriz de Alcântara reúne essas funções administrativas e religiosas.

Esquema de comparação:

|                    | <b>Mariana</b>   | <b>Alcântara</b>      |
|--------------------|------------------|-----------------------|
| Fundação           | 1696             | 1648                  |
| Origem             | Religiosa        | Religiosa             |
| Economia           | Mineração (ouro) | Agricultura (algodão) |
| Sítio              | Interior / rio   | Litoral/mar           |
| Presença religiosa | Marcante         | Marcante              |
| Traçado            | Projetado        | Estruturado           |

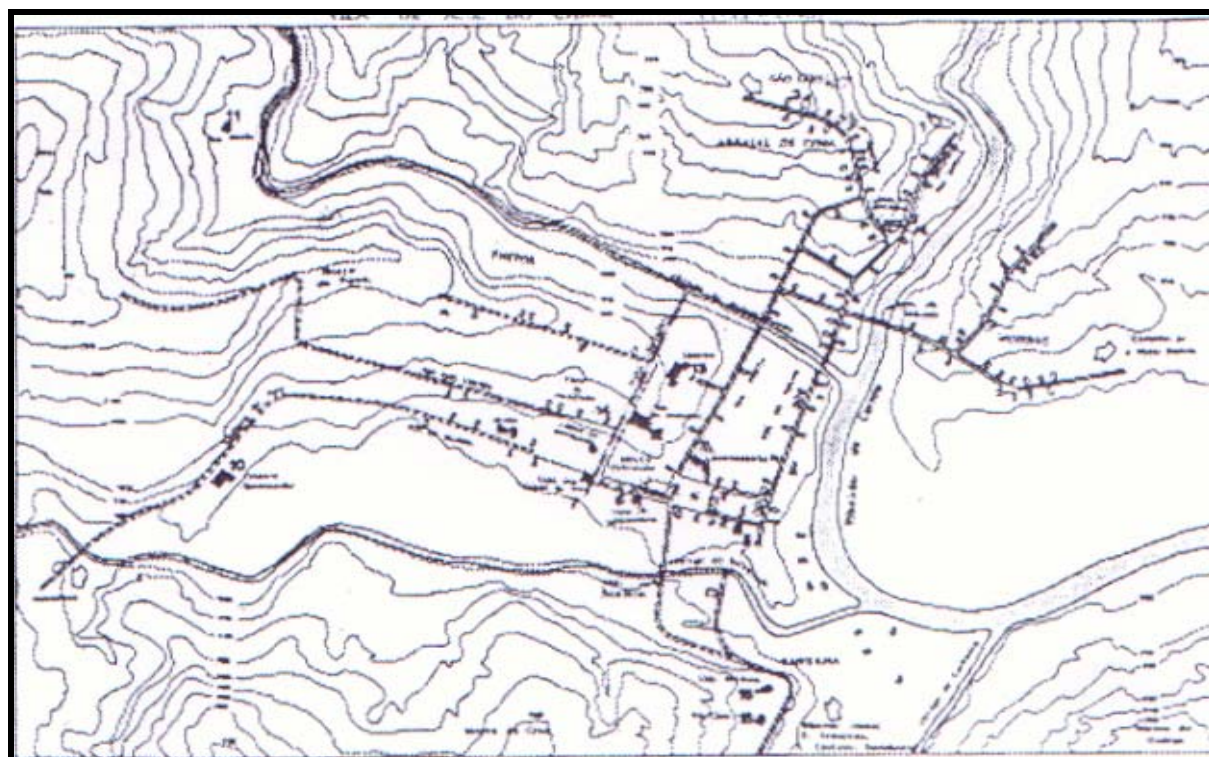
A evolução urbana de Mariana será demonstrada através de quatro mapas sínteses apresentados no artigo “Do arraial à cidade” de Cláudia Damasceno Fonseca ,os quais elucidam a transformação do arraial religioso à vila de mineração. Mostram os diferentes momentos do planejamento urbano da ocupação espontânea inicial do arraial do Carmo no século XVII centralizado no núcleo da Igreja e a ocupação posterior do século XVIII, da cidade de Mariana após a geometrização de seu traçado, com referências às áreas das inundações.

Estabelecendo uma comparação entre o mapa-síntese e o mapa com o traçado do século XVIII percebe-se que apenas a partir de 1745, após a passagem do engenheiro Alpoim, o traçado do Arraial de Baixo está consolidado, conformando quadras retangulares e evidenciando a geometrização da cidade. Os conjuntos urbanos originais estão envolvidos pelo traçado. A contradição entre espontaneidade e geometrização fica clara neste momento.

No Mapa síntese do Arraial do Carmo do período entre 1702 a 1711 observa-se os novos núcleos da Conceição de São Gonçalo e Monsus. São construídas, a Capela da Conceição, Capela de São Gonçalo e a casa onde funcionou a Câmara e o Pelourinho. No Mapa síntese do Arraial do Carmo de 1711 a 1743, constata-se a ampliação do traçado e novos edifícios: Cadeia, Casa da Intendência, Casa dos Juízes de Fora, Palácio dos Governadores, Olaria, Palácio “de Assumar”, Quartel, casa de fundição, capela da Santana, Santa Casa, as chácaras rurais e no Largo da Cavallhada o Chafariz e o Pelourinho. (ver fig. 5.10, p. 120).



**Figura 5.12 - PLANTA DA CIDADE DE MARIANA-MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII** publicado no livro “Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial”. REIS Filho, Nestor Goulart. 2000.



**Figura 5.13 – MAPA SÍNTESE DE MARIANA –MINAS GERAIS, SÉCULO XVIII** – Estudo de Claudia Damasceno Fonseca. In do arraial a cidade.universo urbanístico português.1998,p.300

## **5.5 A COMPOSIÇÃO ARQUITETÔNICA DE ALCÂNTARA NO SÉCULO XVIII**

### **5.5.1 Arquitetura civil urbana de Alcântara**

Para a análise dos elementos predominantes da arquitetura civil foi escolhida a Praça da Matriz, considerando-se a sua importância no contexto urbano de Alcântara. Para tratar desse tema utilizaremos alguns estudos sobre as moradas urbanas coloniais no Maranhão: o do arquiteto Olavo Pereira, os estudos sobre a azulejaria portuguesa que incluem análise das tipologias de fachada da arquiteta Dora Alcântara, além de considerações do historiador Carlos Lima sobre a casa colonial, e de Roberta Delson sobre o caráter híbrido da colônia na adaptação de soluções locais.

A formação da Villa de Alcântara, nos moldes coloniais foi iniciada no século XVII, em 1648 com a implantação dos três conjuntos religiosos, conforme se demonstra na pesquisa. Observa-se que há uma diferença significativa dos períodos de consolidação da arquitetura religiosa com relação à arquitetura civil. Refletindo os diferentes momentos da colonização portuguesa intensificada no segundo século.

De acordo com Dora Alcântara, embora seja impossível uma datação precisa das edificações de Alcântara, os aspectos formais e a história econômica permitem situá-las entre os séculos XVIII e XIX, período do apogeu econômico.

A predominância do conjunto da arquitetura civil é de edificações térreas: meias moradas e moradas inteiras, com menor número de sobrados de dois pavimentos ou sobrados com mirante. Em 1869<sup>86</sup>, conforme Marques (1970, p.66) contava-se em Alcântara 585 edifícios, sendo 333 casas térreas, 213 cobertas de pindova e 39 sobrados sendo que 7 destes tinham mirante.

As casas e sobrados urbanos foram considerados pelo arquiteto Olavo Pereira<sup>87</sup> em seu estudo, desenvolvido sobre a arquitetura Luso-brasileira no Maranhão, trata da síntese das relações metrópole-colônia, desde a setorização do uso à implantação no lote e as soluções construtivas. Ele considera formais a moda clássica, as fachadas simétricas, com molduras e cunhais. Expostas ao público exibem a austeridade da metrópole, refletida também nas alcovas, salas de visita e nas forrações. Os fundos, ocupados pelas dependências de empregados, cozinha e quintal, com cômodos cobertos pela informalidade da telha vã e piso de ladrilhos de barro, eram assimétricos, abertos e despojados, com grandes esquadrias de madeira adaptadas ao clima tropical, representando a Colônia. Cada fachada da morada refletia uma face do processo de colonização.

---

<sup>86</sup> MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão. Editora fon-fon, Rio de Janeiro. Verbetes Alcântara, págs 66 a 73. Esta informação consta também no manuscrito Alcântara no antigo, consultado no cartório de Alcântara.

<sup>87</sup> SILVA Filho, Olavo Pereira da. Arquitetura Luso-brasileira no Maranhão, 2ªed. - Belo Horizonte: formato, 1998.pág. 33-127.

A tipologia dominante nas fachadas dos sobrados e a uniformidade das plantas baixas, foram também influenciadas pelo alçado pombalino.

O Alçado Pombalino<sup>88</sup> é a denominação de um padrão arquitetônico estabelecido pelo Marques de Pombal na reconstrução de Lisboa após o terremoto de 1755 (ver figura 5.11, p. 123). A catástrofe transformou a imagem da cidade, e o esforço da reconstrução significou um marco de mudança no planejamento urbano da Colônia com profundas influências no traçado e na arquitetura das vilas e cidades do Brasil do século XVIII. Assim sendo, o terremoto modificou a configuração da cidade medieval. Onde havia ruas estreitas foram criadas artérias retas, limpas e desafogadas, foi adotado um traçado ortogonal de autoria de Eugênio dos Santos e Carlos Mardel, executado sob a coordenação do arquiteto Manuel da Maia. O desenho retilíneo e ortogonal do traçado reconstruído em comparação com o traçado tortuosos da cidade medieval determinou um novo paradigma no planejamento das cidades.

A reconstrução da cidade deu oportunidade ao Marques de Pombal, Sebastião José Carvalho e Melo, Ministro de D. José de 1750 a 1777, de criar uma proposta dentro do modelo iluminista, obedecendo a princípios muito simples, um plano regulador para toda a Baixa Lisboa e zonas circundantes atingidas pelo terremoto<sup>89</sup>. Os edifícios seriam construídos a partir do alçado pombalino e de um tipo que seguia a tradição da engenharia militar, obedecendo a novas imposições políticas. Esse modelo diferenciava-se claramente do modelo de fachada adotado nas edificações medievais especialmente na fachada onde a modénatura foi a de maior predominância de vazios, ou seja, mais janelas e portas e menor proporção de parede fechada.

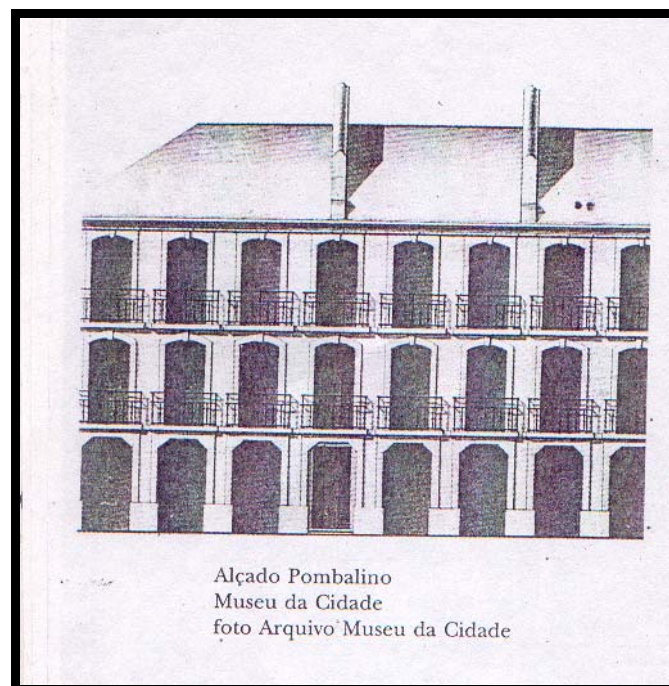
Com relação à uniformidade dos partidos arquitetônicos, Reis Filho discorre sobre os padrões urbanísticos da administração do Marques de Pombal utilizados na reconstrução de Lisboa, após o terremoto de 1755. Afirma que eram estabelecida uma coordenação dimensional, medidas de lotes, número e dimensões de portas e janelas, altura de pavimentos e formas de relação com as construções vizinhas, de modo a obter-se uma aparência uniforme que lembrasse Portugal.

A aparência de vilas e cidades como Manaus, São Luís, Alcântara, Ico, Aquiraz e Aracati eram a mesma das do sul... Essa uniformidade era expressamente recomendada. Para facilitar a acomodação às condições climáticas, deixava-se a liberdade aos moradores quanto às soluções aplicáveis à elevações voltadas para o interior do lote (Reis Filho, 1998, p. 502)

---

<sup>88</sup> Pelouro da Reabilitação dos núcleos históricos. Câmara municipal de Lisboa. 1993. pág. 32-34 in O terremoto e a Lisboa iluminista.

<sup>89</sup> Câmara Municipal de Lisboa. O terremoto de 1755 e a reconstrução de Lisboa. Disponível em < <http://portugal.hpv.pt/lisboa/mcd/mcdtxt10.htm> > acesso em 22ago.2000.



**Figura 5.14 – COMPARAÇÃO DO ALÇADO POMBALINO** (Pelouro da Reabilitação de Lisboa), com o CROQUI DE CÍRO LIRA e a foto dos SOBRADOS DA PRAÇA MATRIZ.

A praça de Matriz é citada então, como exemplo significado do alçado pombalino e do urbanismo barroco.

Os exemplos de cidade de maior envergadura desta forma de urbanização São Belém e São Luís. Os conjuntos de sobrados de 2 ou 3 pavimentos em ruas centrais, edificados como resultado da prosperidade financeira alcançada com a política pombalina, são ainda hoje são uma demonstração eloqüente de sua eficácia. Mais modesta, a vila de Alcântara, no Maranhão, guarda em sua praça principal um conjunto pouco comum, no qual os parâmetros da baixa lisboeta são reproduzidos com grande exatidão, inclusive nos detalhes (Reis Filho, 1998, pág. 503).

Silva Filho<sup>90</sup> ressalta alguns elementos fundamentais ao entendimento da arquitetura civil da morada maranhense dos séculos XVIII e XIX e os enumera de acordo com a ocorrência em São Luís, incluindo diversas variações (projetos, programas, implantação, fachadas, ferragens, esquadrias, alvenarias, revestimentos, pinturas decorativas, pisos, cobertas, forros, escadas, poços, fontes, quartos de banho, casa de porão, latos, prédios públicos e fábricas), algumas inexistentes em Alcântara. Dentre os elementos elencados pelo autor, organizados de forma diferente para atender às especificidades da quadra que compreende a Praça da Matriz. Nosso recorte para análise da arquitetura buscou selecionar os seguintes itens.

- **Implantação no lote**

O lote urbano é retangular alongado alcançando toda a extensão da quadra. As edificações urbanas estão implantadas na testada do lote, alinhadas à rua e apresentam cinco versões de formato em planta baixa: em L, em U, em O e em C, predominando a ocupação em L do sobrado e das moradas inteiras com pátio interno livre. Quanto às elevações, existem variações de pavimento: térreo (morada inteira e meia morada) e dois pavimentos (sobrado), com ocorrência de mirantes; há um único sobrado em Alcântara de três pavimentos, possivelmente adaptado.

- **Fachadas**

As fachadas possuem linguagem própria e respondem à modulação da tipologia em planta baixa; há supremacia de cheios sobre os vazios traduzida pela repetição do ritmo dos vãos das portas e janelas, alinhadas em altura e com larguras definidas, proporcionando uma harmonia estética, um padrão facilmente identificado pela sua repetição.

O estudo da tipologia arquitetônica será feito com a contribuição da análise de Dora Alcântara<sup>91</sup>, que determina os tipos dominantes de plantas e fachadas: térreas (porta e janela, morada inteira e meia-morada) e a variação da mesma planta em dois pavimentos (sobrados e sobrados com mirante).

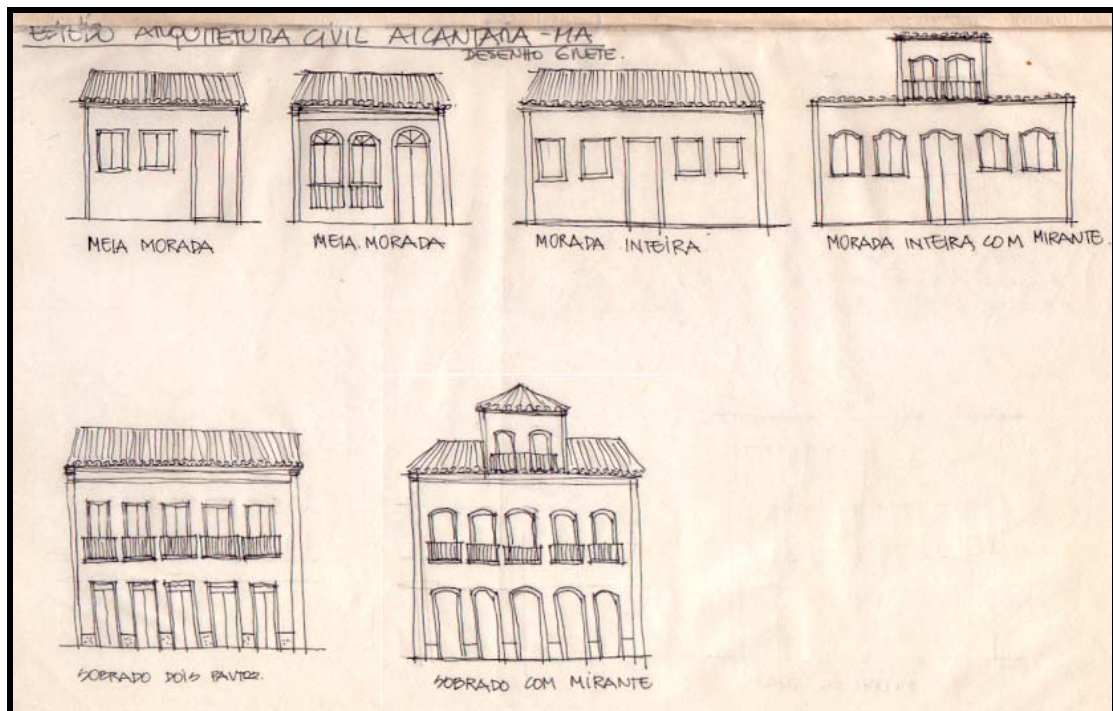
---

<sup>90</sup> SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. [S. l.]: Fontana. Efecê, 1986.

<sup>91</sup> ALCÂNTARA, Dora. Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão. Fontana, 1980, p. 22-23.

- **Morada urbana térrea**

O padrão arquitetônico predominante no conjunto urbano de Alcântara é a morada inteira térrea. Ela é uma variação decorrentes do padrão de porta e janela, meia-morada, morada inteira e morada e meia (ver croquis). Configura-se assim:



**Figura 5.15 - ESTUDO DAS FACHADAS DA ARQUITETURA CIVIL EM ALCÂNTARA.** PFLUEGER, Grete. 1999.

- Fachada com cinco vãos, em sua maioria com porta central equivalente ao corredor de distribuição e duas janelas em cada lateral relativas às salas e alcovas, com alturas alinhadas e com o ritmo de vãos determinado. As janelas são emolduradas por frisos e a cobertura arrematada por cimalha e beiral.
- Planta baixa – apresenta corredor centralizado e quatro cômodos que culminam na varanda de onde se interliga com o corpo lateral mais estreito conformando partido em L; cobertura em telhas de barro com cumeeira paralela á rua, rincão dividindo os telhados do corpo principal e do lateral, com caimento para o interior do lote e para rua.

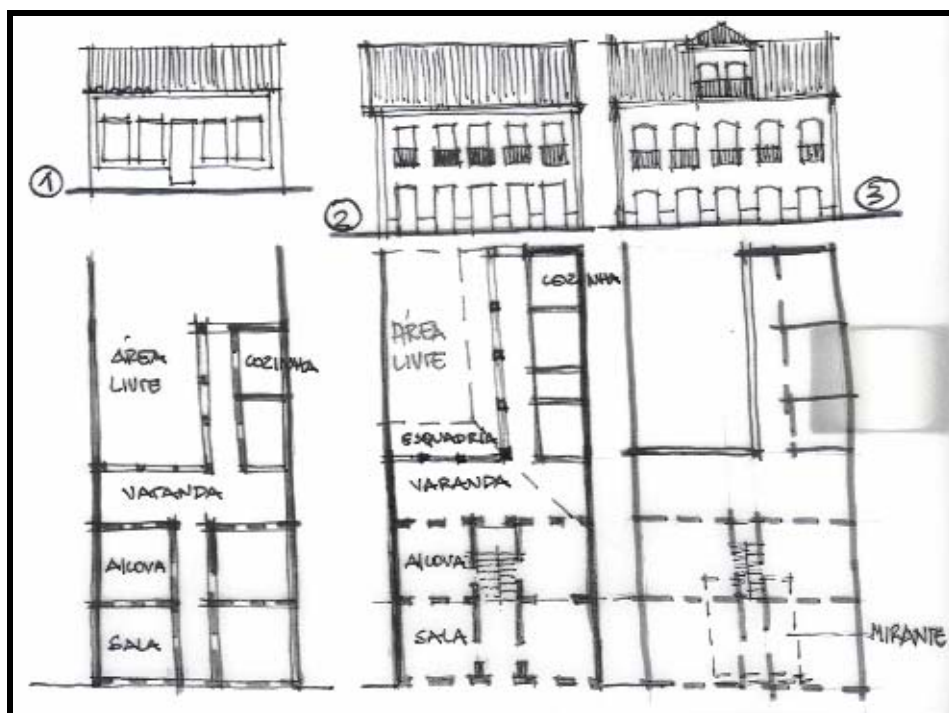


Figura 5.16 – PLANTA BAIXA MORADA INTEIRA E SOBRADO. PFLUEGER, Grete. 2002.

#### • Sobrado

De acordo com Algranti, (1999, pág. 100)<sup>92</sup> a palavra sobrado significa “*espaço sobrado*” ou ganho em virtude de um soalho suspenso. Em Alcântara, os sobrados tinham uso misto: os pisos térreos destinavam-se ao comércio e o pavimento superior assoalhado, destinado à morada da família e às atividades sociais; os porões ou senzalas destinavam-se a escravos e animais. A tipologia das fachadas utilizada no alçado pombalino em Lisboa pode ser reconhecida na arquitetura civil de Alcântara, especialmente na Praça da Matriz, no padrão uniforme dos sobrados de dois pavimentos, de dimensões semelhantes e alinhamento frontal. Apresenta-se assim:

- Fachada. Geralmente medem 15 metros de largura e em torno de 9 de altura são compostas por cinco vãos de portas no térreo e cinco janelas no pavimento superior. Há uma diversidade de elementos decorativos nas fachadas: os *Gradis* de ferro na proteção das portas do pavimento superior; as *Molduras* de pedra envolvendo portas e janelas; os *Cunhais* em pedra de cantaria como delimitações laterais entre sobrados em forma de colunas com base e capitel; os *frisos* que percorrem toda a fachada dando acabamento ao beiral; a *Cimalha* que arremata o beiral; a *barra* que é a base da fachada e geralmente possui acabamento diferenciado criando um elemento de anteparo para as águas pluviais, geralmente feito em reboco grosso limita-se com o peitoril das janelas e com a base do cunhal.

<sup>92</sup> ALGRANTI, Leila Mezan. Famílias e vida doméstica. In História da vida privada. Vol. I. Rio de Janeiro. 1999 Cia. das Letras, pág. 84-154.

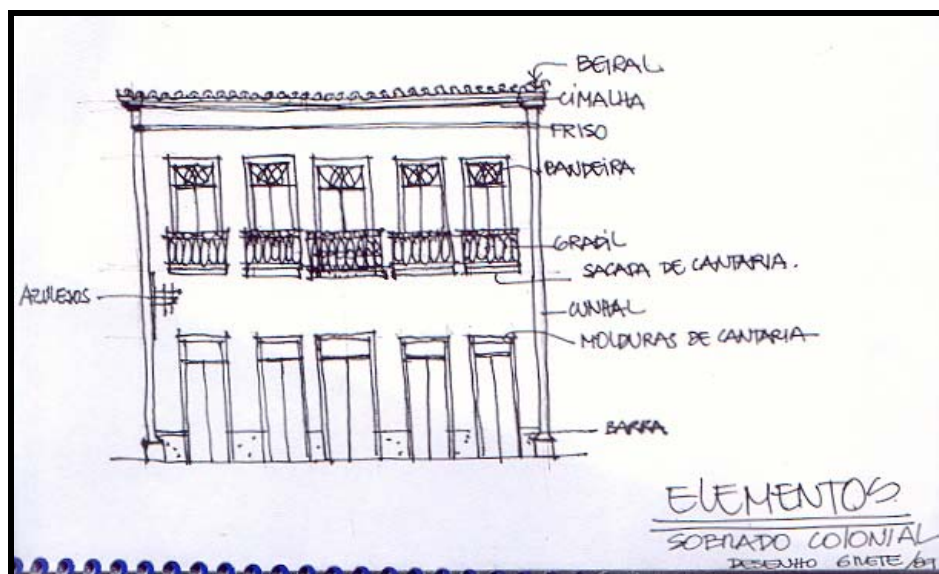


Figura 5.17 – CROQUI DOS ELEMENTOS DO SOBRADO. PFLUEGER, Grete. 1989

- A planta baixa é semelhante à da morada, padronizada com corredor central distribuindo os cômodos (alcovas e salas) e varanda no corpo principal da casa e no corpo secundário em L cômodos menores e serviços. A diferença da morada térrea está no acréscimo do pavimento superior com escada de acesso situada geralmente no corredor principal.

## 5.5.2 Os materiais de acabamento

### • Alvenarias

A arquitetura colonial, construída com força do trabalho escravo, não possui refinamento estrutural. As paredes mestras dos edifícios eram grossas de 80cm a 1,20m de largura, compostas de pedra bem assentada (arenito ferruginoso), cal marinha e óleo de baleia. Eram autoportantes por não possuírem baldrames no solo. No corpo secundário da edificação e nos mirantes, as paredes intermediárias eram compostas de taipa mista ou adobe e taipa de pilão, ou ainda cruz de Santo André (madeira em forma de “X” com enchimento de pedra e barro). As paredes eram revestidas com reboco orgânico feito de barro, cal e óleo de baleia, e sobre ele era aplicada a pintura à base de cal, que permite a respiração do reboco orgânico existente.

Todo o material de acabamento era importando de Portugal e serviam de lastro dos navios vazios que atravessavam o oceano para serem abastecidos com os produtos da colônia. Dentre esses materiais estavam as pedras de cantarias, as ferragens, os azulejos, etc.

### • coberturas

Elemento de destaque no conjunto arquitetônico, as coberturas e suas cumeeiras possibilitam uma leitura da ocupação dos lotes urbanos e demonstram a uniformidade dos partidos arquitetônicos. Em sua forma, as cumeeiras apresentam-se sempre paralelas à rua e os telhados são divididos em duas águas, uma para a rua e outra para o interior do terreno. O corpo secundário do sobrado é dividido por um **rincão** direcionando o caimento da água da cobertura lateral para o pátio central.

As coberturas, com relação à fachada são arrematadas por **beiral**. O beiral constitui o coroamento do telhado. As estruturas internas são de tesouras de madeira, em forma de cruz de Santo André ou triângulo simples, apresentando terças e pontalotes como estruturas de suporte.

O ponto de inclinação do telhado é alto chegando à cumeeira a alcançar 4,50m de altura. As telhas são de barro do tipo capa canal, ou meia cana, as originais são maiores do que as produzidas atualmente (50cm).

- **Pisos**

Há duas modalidades de piso: os que eram importados de Portugal no século XVIII como material nobre de acabamento e aqueles que eram obtidos na colônia, como a madeira e a lajota de barro, são assim:

1. Pedra de Lioz – calcário marmóreo, conhecido como pedra de cantaria pelo tipo de corte, veio de Portugal como lastro dos navios e foi amplamente utilizada em pisos;
2. Piso de ladrilho de barro cozido – os lajotões são usados no nível térreo, é o mais rústico dos materiais;
3. Ladrilho hidráulico – usado no início do século XIX, empregado no pavimento térreo, substituindo o lajotão rústico;
4. Assoalho sobre barrote de madeira ou tabuado corrido – é o piso dos sobrados compostos de tábuas de madeira de lei, assentadas em diversas formas (retas e diagonal) utilizando madeiras de cores diferenciadas (claro-escuro).

- **Forros**

O uso do forro em madeira de lei é comum nas residências como elemento decorativo, cercado de molduras, com desenhos e requintes na execução. Apresenta-se em diversas formas:

1. Forro tipo espinha de peixe adequado ao clima quente, composto de ripas de madeira vazadas em formas geométricas (Museu de Alcântara) possibilitando a aeração do ambiente;
2. Forro saia e camisa – compostos de tábuas corridas encaixadas, geralmente com molduras nas laterais, é o mais usual nas residências.

- **Ferragens**

Na composição das fachadas dos sobrados observa-se a riqueza dos detalhes em ferro. (Ver figura 5.17, pág. 131). O ferro apresenta-se ainda na segurança das portas por fechaduras compostas de espelhos de chapa de ferro, ferrolhos e tramelas, dobradiças e leme. Vale ressaltar o desenho das “**aldrabas**” ou batedores de portas. As ferragens se diferenciavam no desenho e composição de acordo com o uso – religioso ou civil e constituíam elementos de requinte no acabamento da edificação. No sobrado as portas do pavimento superior são ornadas por balcões sacados ou entalados individuais ou corridos, protegidos por grades de ferro forjados e ricamente ornados com curvas, compondo “**gradis**”. Esse elemento está presente no exemplo do “Alçado Pombalino”.

- **Escadas**

As escadas geralmente correspondem ao centro da planta baixa do sobrado. Executadas em madeira de lei ocupam um cômodo de dimensões expressivas onde se desenvolvem através de patamares intermediários devido ao alto pé direito dos pavimentos. Como elemento estrutural, apresenta poucos requintes em seu acabamento. O guarda-corpo geralmente é composto de balaústres torneados, e arrematado no nível térreo por uma peça entalhada denominada “capitão”. O efeito decorativo da escada consiste na visão do vão por ela ocupado do pavimento térreo, onde é possível ver o desenvolvimento nos pavimentos da estrutura em madeira.

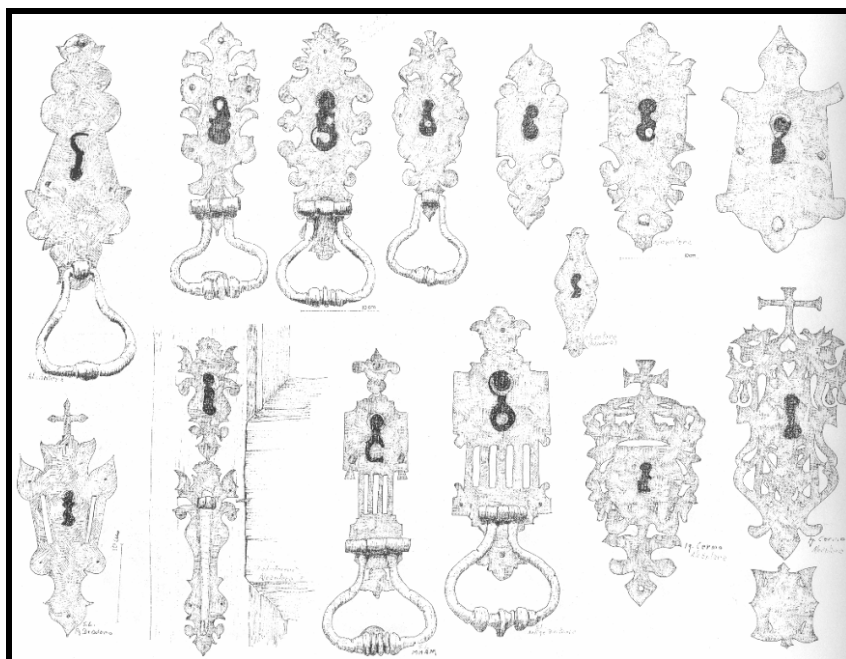
- **Azulejos**

De acordo com Dora Alcântara<sup>93</sup>, o uso dos azulejos em fachadas de São Luís e Alcântara corresponde à moda que se generalizou em Portugal e no Brasil, a partir do segundo quartel do século XIX. Em Alcântara há ocorrências de azulejos nas fachadas de sobrado nos padrões mais antigo em técnica de estampilhada e relevo com predominância de cercaduras e frisos. Nota-se o cuidado em marcar os limites da área azulejada por meio de guarnições; mais freqüentemente frisos e às vezes, cercaduras. Elas contornam as envasaduras da fachada, sublinham a cimalha e seu friso, ladeiam os cunhais etc. É um gosto muito clássico. (Alcântara, 1980, p. 26).

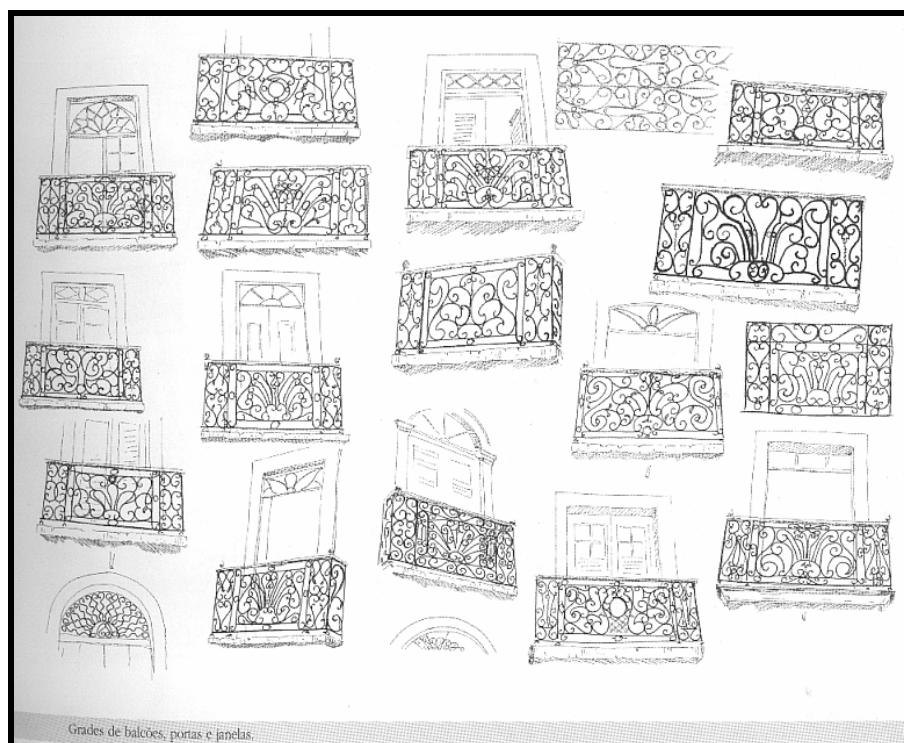
A autora em seus estudos sobre azulejos portugueses no Maranhão ressalta que em Alcântara restam apenas três prédios com azulejos internos e seis prédios com revestimentos externos, além dos painéis internos da Igreja do Carmo. Esse número não é nada representativo do período fausto, quando foram aplicados. (op.cit, p. 28).

---

<sup>93</sup> ALCÂNTARA, Dora. Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão. [S. l.]: Fontana; Fundação Luiz La Saigne, 1980.



**Figura 5.18 - CROQUIS DE FECHADURAS E ALDRABAS DE SÃO LUIS E ALCÂNTARA.** SILVA, Olavo Pereira da. *Arquitetura Luso Brasileira no Maranhão*. 1998, p. 74



**Figura 5.19 - CROQUIS DE GRADIS DE SÃO LUIS E ALCÂNTARA.** SILVA, Olavo Pereira da. *Arquitetura Luso Brasileira no Maranhão*. 1998, pág. 77

- **Esquadrias**

Esquadrias de madeira constituem um elemento destacado na arquitetura colonial luso-brasileira no Maranhão. Em alguns aspectos percebe-se o caráter híbrido da arquitetura, quando apropria soluções climáticas adaptadas ao local no partido arquitetônico importado da Coroa (Ver Figura 5.19, p. 133). Essa hibridação, de acordo com Delson (1997, pág. VIII), conduziu a conciliações que atendiam tanto à contribuição local como as exigências da metrópole, e que resultaram em soluções admiráveis e muitas vezes notavelmente adequadas para a localidade em questão.

A mais notável solução é a GELOSIA, ou janela de rótulas, que ocupa todo o vão posterior do sobrado, fazendo o fechamento das varandas com uma esquadria completa do piso até a peça do telhado, articulada em folhas ou no sistema de guilhotina possibilitando a perfeita ventilação dos cômodos e integração com a área livre ou quintal.



**Figura 5. 20 – ESQUADRIAS DE SÃO LUÍS E ALCÂNTARA.** SILVA, Olavo Pereira da. *Arquitetura Luso Brasileira no Maranhão*. 1998, pág. 36

- **Elementos da arquitetura de Mariana – MG**

Respeitadas as diferenças geográficas (montanha e litoral), as diferentes fontes de riqueza econômica (ouro e algodão) fatores determinantes na configuração urbanística e arquitetônica de cada cidade, trabalha-se com as semelhanças e diferenças entre os elementos arquitetônicos de Mariana e Alcântara buscando-se estabelecer uma relação entre as cidades. Essa comparação será feita através de alguns monumentos ou detalhes significativos onde se demonstrará as especificidades de cada local e ao mesmo tempo as diferenças.

Os elementos arquitetônicos de Mariana, desenhos e croquis, foram pesquisados na obra de José Washt Rodrigues<sup>94</sup>, Afonso Ávilla e do Guia de Bens Tombados do Brasil; e os de Alcântara, do livro de Olavo Pereira da Silva sobre Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão e Guia dos Bens Tombados do Maranhão. Foram escolhidas duas edificações de Mariana para estabelecer comparação com as de Alcântara: o Aljube e a Casa de Câmara e Cadeia (ver figura 5.20, p. .

Estabelecendo uma comparação entre um sobrado tradicional de Alcântara (Casa do Divino) e um sobrado em Mariana denominado o “Aljube” (prisão dos padres). Ver figura 5.21, p. 120.

- Na Fachada

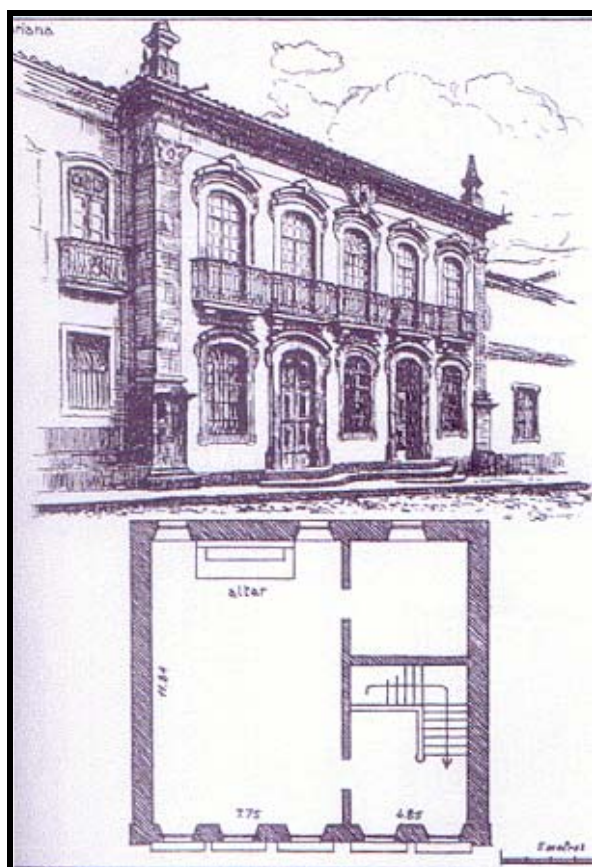
**Semelhanças** - Os dois sobrados possuem a mesma quantidade de vãos na fachada (cinco) com o mesmo ritmo e proporções entre cheios e vazios, o número de pavimentos (dois) é igual. Ambos se relacionam com o alçado pombalino. Neles os elementos se repetem tais como: beiral arrematando a cobertura de telha de barro, o cunhal delimitando a fachada, os gradis nas janelas, mas diferem quanto ao material empregado (Gradil de ferro Alcântara e de pedra sabão em Mariana).

**Diferenças** – em Mariana observa-se o requinte dos acabamentos, como pináculos nas extremidades do beiral, elementos e decorativos em pedra sabão na janela principal e molduras ressaltadas nas portas e janelas com desenhos arredondados.

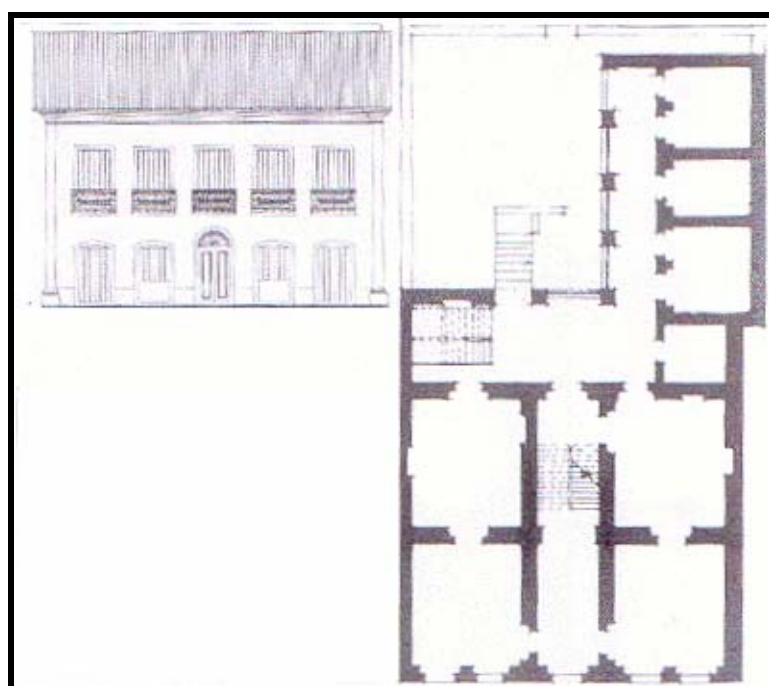
Em Alcântara o sobrado, tem molduras de portas e janelas em pedra de cantaria com detalhes simples retos, clássicos. Apresenta-se revestido de azulejos portugueses policromados.

---

<sup>94</sup> RODRIGUES, José Washt. Documentário arquitetônico relativo a antiga construção civil no Brasil. 4ª edição. Belo Horizonte: Ed.Itatiaia: São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1979, p. 132 a 156.



**Figura 5. 21 - ALJUBE EM MARIANA.** RODRIGUES, José Wasth. Documentário Arquitetônico.p.142



**Figura 5. 21 - CASA DO DIVINO EM ALCÂNTARA** do Guia dos Bens Tombados do Maranhão, p. 4.

- Na Planta Baixa

Há grandes diferenças na divisão dos cômodos e na ocupação dos lotes entre os dois sobrados. O sobrado de Mariana apresenta planta retangular simples. O de Alcântara é uma variação em dois pavimentos da tipologia da morada inteira com corredor central onde se situa a escadaria de madeira, dois cômodos (alcovas) nas laterais encerrados por varanda posterior onde estão a esquadrias de ventilação e corpo secundário em L.

- **Estabelecendo uma comparação entre a “Casa de Câmara e Cadeia de Alcântara” (1648) e a “Casa de Câmara e Cadeia de Mariana” (1782). (Ver figura 5.22, p.123.)**

- Na Fachada

Na forma do edifício as casas são semelhantes, no entanto nos detalhes e nos materiais de acabamento são diferentes e há ainda alguns elementos decorativos específicos na fachada da Casa de Mariana que tornam a Casa mais requintada por fora. Em Alcântara os requintes são internos estão na esquadria posterior e na escadaria interna.

As edificações possuem construções sólidas, com planta retangular de dois pavimentos com cobertura em quatro águas e vãos de portas e janelas apresentando a mesma proporção de cheios e vazios em quantidade de vãos diferentes. Ambas estão delimitadas por Cunhal (coluna que delimita a extremidade da edificação), beiral (coroamento do telhado) e molduras de portas e janelas em pedra (de cantaria em Alcântara e pedra sabão em Mariana).

- **Diferenças decorativas que a Casa de Mariana apresenta em relação a Alcântara:**

1. *A Escada Frontal* – possui cinco lances dos quais um é perpendicular e quatro são paralelos à fachada, dois-a-dois; dá acesso ao primeiro andar e ao térreo simultaneamente. Observa-se esse tipo de escadaria em Congonhas do Campo no Santuário de Bom Jesus de Matozinhos onde estão as estátuas de pedra-sabão de autoria de Aleijadinho. Em Alcântara a escada é interna, de madeira.

2. *Torreão*<sup>95</sup> ou *Sineira* – Em Mariana há uma espécie de mirante no centro do telhado para abrigar sinos, apresentando ainda um relógio. Não há similar em Alcântara.

---

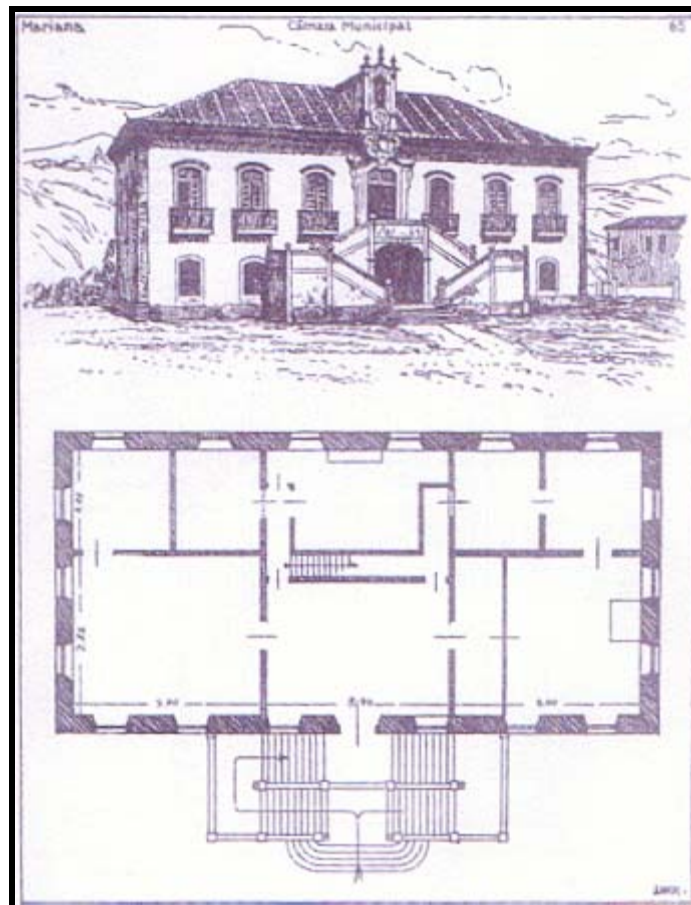
<sup>95</sup> ÁVILA. Afonso. Glossário de arquitetura e ornamentação. Cia. Melhoramentos. São Paulo. 1980. P. 90 , Torreão.

3. *Os Gradis* – Em Mariana são esculpidos em pedra sabão rendada, em um trabalho finíssimo, devendo ser o único desse gênero que restou em Minas. Os de Alcântara sempre são em Ferro trabalhado. (Ver figura 5.23, p. 138).

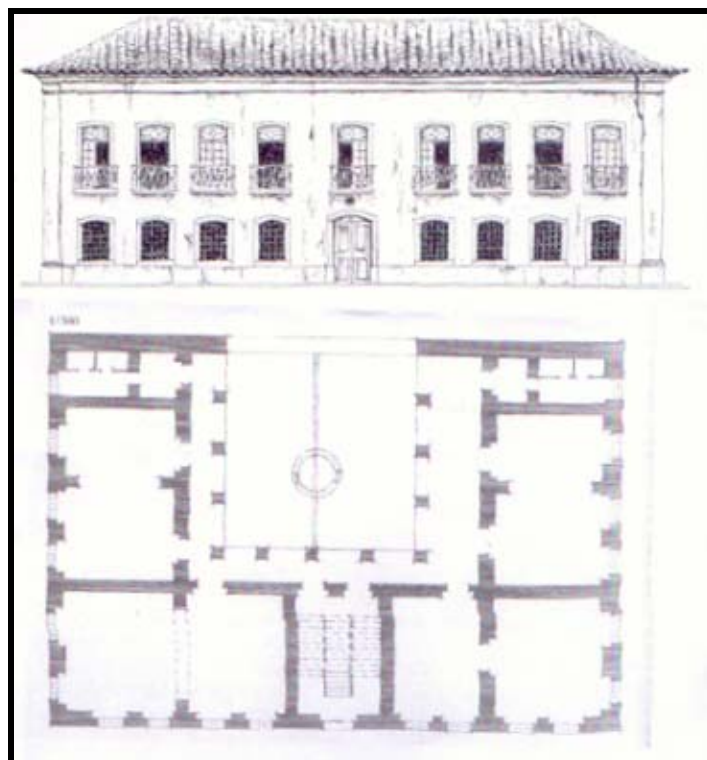
4. *As Molduras* – Em Mariana são em pedra-sabão, material abundante na região, muito maleável; produz um efeito acinzentado ao contrário do efeito amarelado, da pedra de cantaria portuguesa presente no Maranhão.

5. *Vãos* – Em Mariana a fachada apresenta no térreo, sete janelas com grades de cadeia e, no pavimento superior, sete vãos de janelas emolduradas em pedra com gradis na fachada principal divididos três a três da janela principal ricamente ornada com uma portada em pedra sabão. Alcântara no térreo apresenta nove vãos de janelas com grade de cadeia e no primeiro pavimento nove vãos de janelas na fachada (divididos quatro a quatro da janela central).

6. *Planta Baixa*. A Casa de Câmara de Mariana apresenta planta retangular totalmente edificada, ocupando toda área do retângulo. A fachada posterior é composta de alvenaria no mesmo padrão da fachada principal, devido a clima mais frio. Não há incidência de esquadrias rotuladas. A escada interna é de importância secundária e a escada principal situa-se na fachada do prédio ocupando área significativa para desenvolvimento dos lances. A “Casa de Câmara” de Alcântara apresenta planta retangular com pátio central livre, a ocupação da edificação é em forma de U inserido no retângulo; ao no nível do térreo há um poço (característico de Alcântara) que abastecia o prédio. No nível do primeiro pavimento, na fachada posterior há uma varanda de circulação com uma ampla esquadria de madeira rotulada denominada “gelosia” que se comunica com o pátio interno possibilitando a ventilação do prédio, de onde se visualiza o mar e o movimento dos barcos de acesso à cidade. A escada de madeira está no cômodo central no térreo, no interior do imóvel, e é composta de patamar intermediário e dois lances.



**Figura 5.23 - CASA DE CÂMARA E CADEIA DE MARIANA,** Croqui de José Washt Rodrigues.



**Figura 5.24 - CASA DE CÂMARA E CADEIA DE ALCÂNTARA.** Croqui de Olavo Pereira da Silva.

### 5.5.3 A arquitetura religiosa

De acordo com Campelo<sup>96</sup> (2001, p. 39) o grande impulso dado á arquitetura feita no Brasil, nos primeiros séculos, deveu-se aos programas de construções das ordens religiosas (ver figura 5.23, p. 139). A implantação das igrejas e conventos foi um dos principais elementos na definição dos conjuntos urbanos e na articulação do traçado. As construções de igrejas ermidas e capelas foram custeadas pelo Padroado e elevadas graças a força do trabalho escravo de índios e negros (Hoonart, 1977, p. 295). Deste modo, a implantação destacada da arquitetura religiosa revela a força da presença da Igreja no contexto da urbanização das cidades, indicando dois aspectos importantes: o domínio religioso no espaço urbano e a função da arquitetura religiosa como articuladora do espaço e do traçado.

#### • Igreja e Convento das Mercês

A primeira cruz indicada no mapa de 1755<sup>97</sup> com o n.º 23 é o *Convento das Mercês* simbolizado pela cruz vermelha dentro de um retângulo. Está indicado diferente do Carmo que possui dois retângulos um para igreja outro para o convento. Tal representação simbólica leva a crer que apenas uma edificação abrigava convento e igreja, pois nas descrições da vila sempre há mais referência ao Convento dos Mercedários do que a igreja.

No mapa de 1779, no local onde havia a Igreja das Mercês consta um desenho em elevação da igreja com torres e convento, seguido na lateral por uma pequena edificação ou um passo religioso.

O terreno foi doado de acordo com Marques<sup>98</sup> em 1648 e a Igreja e Convento foram construídos em 1658. Já estavam arruinados em 1850. Relatos de 1904 (norte do Brasil-Lindenberg) descrevem a visão das paredes enegrecidas da igreja e do campanário da ordem.

Lamentavelmente nada restou do Convento das Mercês, não foram encontrados registros em planta ou fotografia que auxiliassem na identificação da forma da fachada ou da ocupação do terreno das edificações existentes. Hoje o que se observa é a existência de um baldrame elevado do nível do solo e apropriação da comunidade da localidade como o Largo das Mercês. Há inclusive uma pequena capela moderna que faz referência à ocupação original do espaço pela ordem dos Mercedários.

<sup>96</sup> CAMPELLO, Glauco de Oliveira. O brilho da simplicidade. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2001.

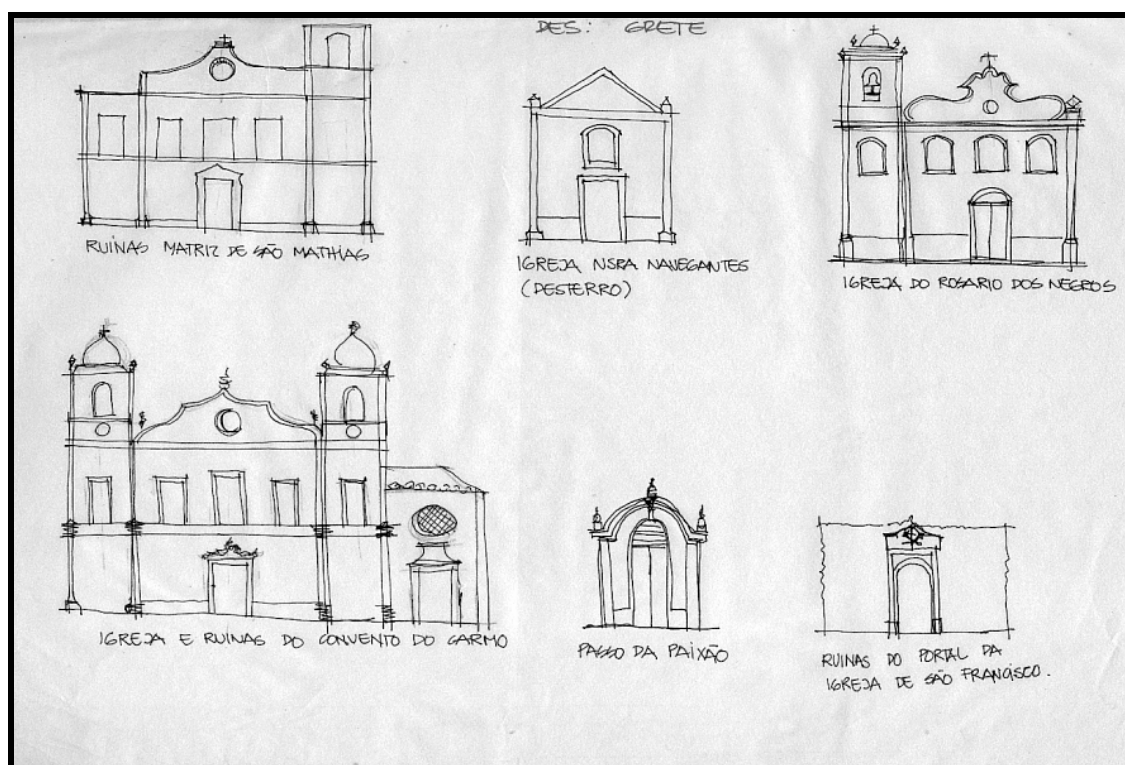
<sup>97</sup> REIS FILHO, Nestor Goulart, *Reis Filho*. Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000.p144

<sup>98</sup> MARQUES, César Augusto. Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão. Cia Editora fon-fon e seleta. Rio de Janeiro. 1970. p.71

A Ordem mercedária, por algum motivo não esclarecido, não conseguiu preservar suas igrejas. Em São Luís e Alcântara foram demolidas. Ao contrário da Ordem Carmelita que as mantém em funcionamento até hoje nas respectivas cidades.

Mesmo sem conhecer-lhe a aparência ou estilo de construção considera-se, que deveria apresentar características singelas tão próprias ao primeiro momento da colonização. De acordo com Campelo<sup>99</sup> (2001, pág 38) a unidade visual das igrejas decorria da repetição de um mesmo vocabulário singelo: as paredes quase cegas, com janelas retangulares pequenas e espaçadas, o corpo mais alto das igrejas com seu frontão triangular e seus portais em pedra: o alpendre: o telhado em duas ou quatro águas com grandes beirais. Esses poucos elementos davam àquelas construções portuguesas nos trópicos, de arraigada tradição popular, salvo essa ou aquela com seus cunhais e cimalhas entalhadas em arenito, um aspecto quase uniforme de simplicidade terrena, expressividade direta e afinidade com a ambiente natural.

Essas características estavam presentes em grande parte das construções dos conjuntos homogêneos do século XVII.



**Figura 5.25 – ESTUDO DAS FACHADAS DA ARQUITETURA RELIGIOSA EM ALCÂNTARA.**  
Croqui de PFLUEGER, Grete. 1999.

<sup>99</sup> CAMPELLO, Glauco de Oliveira. **O brilho da simplicidade.** Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2001.p.38.

- **Igreja da Matriz**

**Análise da fachada:** Sólida construção de pedra e cal, ela apresenta fachada principal de aparência assimétrica, com uma única torre sineira no lado direito. O frontão é curvilíneo com óculos central. No corpo principal apresenta simetria de vão; no térreo, portada principal, trabalhada em pedra de cantaria e no nível superior 3 janelas de verga reta equivalentes ao coro e duas uma na torre sineira e outra no corpo lateral esquerdo.

A fachada está voltada para o eixo leste oeste (poente) assim como a fachada da Igreja do Carmo. Observa-se também em São Luís, o mesmo posicionamento das fachadas.

- **Igreja e Convento do Carmo**

A terceira igreja na seqüência do mapa de 1755 é a **Igreja e Convento dos Carmelitas**, construídos entre 1651-1662. Estão situados em um largo bem destacado na implantação da vila. Percebe-se pela sua magnitude e imponência arquitetônica seu papel na catequese e sua importância na dinâmica espacial da Vila. As Ordens terceiras, como a Carmelita, tiveram um importante papel por participarem desde os primórdios da colonização nos aspectos religiosos e políticos.

Os carmelitas foram grandes proprietários de terras e escravos em Alcântara. Além do convento possuíam fazendas no interior em Itamatatua e léguas de terra próximas da fonte da Mirititua.

- **Aspectos da arquitetura**

A fachada da igreja demonstra estilo sóbrio e despojado de suntuosidade. De acordo com o inventário de bens móveis e integrados<sup>100</sup> é um exemplar do estilo barroco-rococó, apresenta fachada simétrica em dois pavimentos, com frontão curvilíneo com curvas e contracurvas apresentando um óculo no centro, ladeado por duas torres sineiras altas de secção quadrangular. No nível térreo apresenta a porta central, ricamente ornada em pedra de cantaria com o brasão e as insígnias da ordem e no nível superior três janelas no nível do coro e uma em cada torre, no total de cinco vãos. Na fachada lateral esquerda possui um alpendre e, anexo da sacristia, na lateral direita, apresenta ainda portada secundária, hall interno de acesso ao convento.

A Igreja, ainda hoje totalmente conservada e recentemente restaurada, possui nave central e capelas laterais ; em seu interior é ricamente ornada com painéis de azulejos portugueses do século XVIII-XIX e pia batismal em pedra. Possui coro, púlpito, tribunas e capela mor com talha

---

<sup>100</sup> Inventário Nacional de Bens Móveis Integrados. IPHAN - A experiência do Maranhão. 1997-1999.

dourada e policromia no estilo rococó. O seu retábulo principal foi classificado como Joanino, estilo D. João V, situado no período entre o segundo e o terceiro quartel do século XVIII.

Com relação ao convento, atualmente em ruínas, os vestígios demonstram que possuía planta baixa quadrangular, conformando o claustro no pátio interno. As ruínas demonstram uma sólida construção em pedra e cal.

#### • **Igreja de Santa Quitéria**

A quarta cruz vermelha no mapa de 1755 é a Igreja de Santa Quitéria. Não há registros da data correta da construção dessa igreja, mas sua existência está comprovada na planta de 1755 onde está indicada por cruz vermelha no local exato onde hoje restam vestígios do templo; suas ruínas estão encobertas pela vegetação. Consta também na descrição do padre jesuíta José de Moraes<sup>101</sup>, que a relaciona dentre os templos existentes na Villa de Alcântara em sua passagem em 1759. Não há registros da aparência de sua fachada, foto ou ilustração, apenas as ruínas de algumas empenas laterais e do baldrame.

Orna-se com um colégio e igreja dos religiosos da companhia; um grandioso convento dos reverendos padres carmelitas calçados, um mais pequenos de religiosos mercedários, tem uma igreja matriz, com uma ermida de santa Quitéria, uma boa cadeia e casa de câmara e é finalmente a melhor vila de todo o Estado em comercio e riqueza de seus habitantes... (Moraes, 1987, p. 18)

#### • **Antigo Colégio dos Jesuítas**

A quinta cruz no mapa de 1755 corresponde ao antigo colégio dos jesuítas. A Companhia de Jesus, fundada em Roma, em 1540, permaneceu no Brasil entre 1549 e 1759, ano de sua expulsão. De acordo com Paulo Santos<sup>102</sup>, a ordem tinha por objetivo a catequese e a educação. Entre os estabelecimentos que fundavam estavam as casas, residências, colégios e seminários para a catequese, as aldeias missioneiras para tratamento e retiro, os hospícios para recuperação e repouso e os noviciados para preparação religiosa. Os colégios além de dependências de uso privativo possuíam biblioteca e farmácia.

O historiador Carlos Lima (1998, p. 136-138) explica que o local ocupado pelo colégio dos jesuítas foi originalmente um forte denominado Santo Antonio, erguido por determinação de Antonio de Albuquerque Coelho de Carvalho (1690-1701) e feito de acordo com planta do capitão Pedro Carneiro de Azevedo, o mesmo que trabalhara no colégio dos jesuítas em São Luis.

---

<sup>101</sup> Historia da Companhia de Jesus, na extinta província do Maranhão e Pará pelo Padre José de Moraes da mesma Companhia em 1759, dedicada às Reais cinzas da fidelíssima rainha e senhora nossa D. Mariana D'Áustria para quem oferece esta obra. Pará 1759. Editorial Alhambra. IBM Brasil, Rio de Janeiro, 1987.

<sup>102</sup> SANTOS, Paulo. Contribuição ao estudo da arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil. Coimbra, 1966. V Colóquio Internacional de estudos luso-brasileiros, p. 33-39.

Em 1711 o forte já estaria em estado de ruína e dele só restaria o parapeito. Desta forma, o local foi aproveitado para implantar o colégio dos jesuítas, autorizado segundo Lopes (1957, p. 280-284), em 2 de fevereiro de 1716, através de provisão régia, autorizando-se a fundação de um hospício na vila somente para 12 religiosos a fim de ensinarem escrita, leitura, latim e doutrina cristã. Sob o patrocínio de N. Sra do Pilar levantou-se uma casa assobradada com capela e acomodações para residência dos padres.

Em 1760, quando foram expulsos os jesuítas, foi solicitada a transferências das imagens dos jesuítas para a igreja Matriz. Nessa ocasião o local voltaria a ser ocupado por uma fortaleza, conforme refere Lima (1998, p. 135) depois do abandono da edificação. Em 1755 O Governador Gonçalo Pereira Lobato (1753-1761) escreve ao Rei reclamando a construção de um forte para que defendesse a Vila. Esse forte, que foi considerado o primeiro por alguns pesquisadores, seria na verdade o segundo a ser instalado no mesmo local estratégico do primeiro Forte e do antigo colégio dos jesuítas. O Forte denominado São Sebastião em homenagem ao nome do Marques de Pombal, foi concluído em 1763. Há ruínas de ambos no local, restos da murada da fortaleza e paredes arruinadas do Hospício ou Colégio dos jesuítas.

#### ▪ **Passos**

Identificados no mapa de 1779, os passos religiosos acompanhavam os conventos e igrejas simbolizando pequenas capelas de invocação dos Passos de Cristo na Paixão. De acordo com Monumentos históricos<sup>103</sup> foi iniciativa dos padres jesuítas, quando organizaram a representação da festa da Páscoa em Alcântara. Cada passo representava a residência de um juiz do tempo de Pilatos. Os passos partiam da Igreja do Desterro e retornavam a ela. O percurso era feito saindo do Desterro, pela Rua Pequena, passava pela Rua de Baixo, seguia pela Rua Direita, entrava pela Rua do Seridó que dá acesso a Rua da Amargura, seguia pelo Beco da Boa Vista saindo na Rua Grande, passando pela Matriz para retornar ao Desterro.

São pequenas capelas com uma portada apenas em arco pleno com molduras, apresentando internamente um pequeno altar para a imagem. Dos cinco passos existentes, restam todos. O primeiro está situado na Rua da Amargura, próximo do Carmo; o segundo passo está na mesma rua, perto da Matriz; o terceiro é a Igrejinha do Desterro, na Rua das Mercês; o quarto e o quinto estão na a Rua de Baixo.

---

<sup>103</sup> Brasil, ministério do interior. Projeto Rondon. Monumentos históricos do Maranhão. São Luis, 1979. SIOGE, pág. 164-165.

## CONCLUSÃO

A formação urbana das vilas e cidades no Brasil colonial tem sido objeto de ampla investigação por parte de historiadores arquitetos e urbanistas brasileiros e portugueses preocupados em desvendar aspectos obscuros das nossas origens urbanas.

A abertura dos arquivos europeus, a parceria e interação na pesquisa entre os governos Brasileiro e Português, as recentes dissertações e teses apresentadas nas academias estão proporcionando novas abordagens da questão que tem sido apresentadas e discutidos em seminários e Congressos Internacionais e em coletâneas de estudos possibilitando um novo olhar sobre a formação das cidades.

Este novo olhar busca compreender a formação das cidades a partir das especificidades locais de cada Estado e ao mesmo tempo de uma visão do conjunto das vilas e cidades do Brasil colonial. Busca ampliar as questões do planejamento urbano, sem se limitar a dualidade de “ser ou não planejado”, mas admitindo formas intermediárias do planejamento existentes nos diferentes momentos da formação de cada uma delas.

Nesta perspectiva, este estudo buscou resgatar a formação da cidade de Alcântara, estabelecendo um diálogo entre o urbanismo e a história, por meio da caracterização da configuração urbanística e arquitetônica da cidade, compreendendo os diferentes momentos da formação urbana.

Constatou-se que a formação urbana de Alcântara está caracterizada por diferentes momentos revelados pela pesquisa dentro das especificidades cronológicas de sua história. Cada século apresenta características marcantes ligadas ao processo de colonização portuguesa no Brasil.

O século XVI é marcado pela dúvida da existência da localidade transitória de Nazaré, relacionada ao primeiro ciclo das navegações no golfo maranhense. Sua implantação teria sido estimulada pela possibilidade de acesso ao “Eldorado do Peru” através dos rios maranhenses. Este momento inicial está ligado à existência de numerosas aldeias de índios tapuias, dentre elas “Tapuitapera” que exerceu importante papel na conquista do Maranhão nos primórdios da colonização com as presenças francesa e portuguesa, participando ativamente das ocupações deste território. Sem nenhuma composição urbana formal nos moldes da colônia destaca-se neste momento a organização espacial das aldeias tupinambás.

O século XVII é o momento da transição da aldeia para a vila religiosa portuguesa. A aldeia Tapuitapera que exerceu um importante papel emprestando seus guerreiros aos conquistadores foi um ponto de apoio e passagem nas guerras pela conquista do território maranhense marcado pelas presenças francesas (1612-1615), pela jornada dos portugueses para conquista do Maranhão (1615-1618) e pela invasão holandesa em 1641-44.

O marco da urbanização em Alcântara foi a criação da vila em 22 de dezembro de 1648, por Antônio Coelho de Carvalho que elevou o Arraial mudando seu nome indígena de Tapuitapera para a Vila de Santo Antônio de Alcântara, sede da Capitania de Cumã, dando início a ocupação formal da Coroa portuguesa instituindo-lhe a Câmara, o pelourinho e a Matriz. A formação da vila estava apoiada em três conjuntos urbanos: o da praça da Matriz, o convento e Igreja do Carmo e o convento e Igreja das Mercês.

Com exceção das cidades que receberam um projeto prévio para sua implantação, como por exemplo, São Luís, que recebeu a traça do engenheiro mor Frias que incorporou a implantação da fortaleza francesa, a maioria das pequenas vilas fundadas no século XVII, como Alcântara no Maranhão e Mariana em Minas Gerais, tiveram sua implantação espontânea.

Sem a existência de um plano prévio, de acordo com a pesquisa, a implantação destes elementos atendia a regras urbanísticas portuguesas como a escolha do sítio alto, bem situado, próximo aos igarapés e rios, Praça Central com edifícios públicos como a Casa de Câmara e cadeia, matriz e Pelourinho, em terreno de costas para o mar e a implantação da arquitetura religiosa em terrenos destacados com as torres das igrejas visíveis e voltadas para o poente.

No século XVIII a prosperidade econômica resultante da exportação do algodão vai consolidar uma sociedade emergente que transforma a vila de Santo Antônio de Alcântara em sua sede. A vila religiosa restrita aos conjuntos originais se expande em ruas e quadras conformando um traçado regular. Tais transformações dão origem a uma arquitetura civil imponente de sobrados e moradas que formam conjuntos urbanos barrocos com expressão de monumentalidade. No contexto do barroco estabelecemos uma comparação com a cidade de Mariana e concluímos que as duas cidades passaram por processos similares no que diz respeito a suas origens espontâneas de arraiais religiosos no século XVII evoluindo no século XVIII para uma formação mais regular decorrente da expansão da cidade com a conformação de ruas e quadras em torno das edificações originais. A busca das especificidades passa pela resposta das seguintes hipóteses:

*-Alcântara como uma cidade portuguesa foi construída a partir de um plano prévio; sua formação foi espontânea ou planejada?*

Concluímos que algumas cidades brasileiras receberam em sua origem um projeto, dos engenheiros militares, para sua implantação como São Luis, no século XVII, cidades que foram planejadas a partir de uma traça regular. No entanto as vilas menores, como Alcântara, foram implantadas em torno da arquitetura religiosa, de forma espontânea, mas seguindo regras vigentes na colônia como, portanto eram precedidas também de um planejamento.

*-Alcântara como uma cidade portuguesa teve ao longo da história de sua formação períodos de construção sem obedecer a regras urbanísticas e em outros seguiu preceitos do urbanismo barroco?*

Observamos, que no século XVIII, os três conjuntos religiosos consolidam os caminhos formando ruas e quadras demonstrando uma tendência a regularização do traçado envolvendo os monumentos originais conforme a cartografia de 1755. Neste momento considera-se o amadurecimento do planejamento urbano observado no traçado que busca a regularidade das quadras.

A prospera vila de Santo Antonio de Alcântara, sofreu um processo de decadência e abandono no século XIX e ainda extremamente fragilizada sofreu outro processo externo no século XX quando metade do seu território foi desapropriada para implantação de uma base espacial. O caos urbano e a favelização estão apagando os vestígios da cidade, portanto consideramos que o resgate da formação urbana é um importante instrumento do planejamento urbano, fundamental a compreensão dos desafios da cidade atual .

## BIBLIOGRAFIA

ABREU, Capistrano de. **Capítulos da história colonial**. 7. ed. rev. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

ABRANTES, Dunshe de. **O Cativo**. São Luís: Lithograf; ALUMAR, 1992. (Documentos maranhenses).

ADONIAS, Isa. **Imagens da formação territorial brasileira** Rio de Janeiro: Fundação Emílio Odebrecht, 1993.

ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. **Plano de turismo de Alcântara**: roteiro executivo para o Governo do Estado do Maranhão. 1980. mimeo.

\_\_\_\_\_. **Alcântara na história**. [S. l.]: MEC, 1970. mimeo.

ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes e Dora. **O plano de recuperação de Alcântara de 1963**. Revista Acrópole N° 384. Abril de 1971.

ALCÂNTARA, Dora. **Azulejos portugueses em São Luís do Maranhão**. [S. l.]: Fontana; Fundação Luiz La Saigne, 1980.

ALGRANTI, Leila Mezan. **Famílias e vida doméstica**. In Historia da vida privada. Vol. I. Rio de Janeiro. 1999. Cia. das Letras, pág. 84-154.

ALMEIDA, Cândido Mendes de. **Auxiliar Jurídico**. Rio de Janeiro: Typographia do Instituto Philomatico, 1869. Código Philipino ou ordenações do reino de Portugal, recopiladas por mandado de El rei D Phelipe I a primeira publicada no Brasil, por (advogado da corte).

ARGAN, Giulio Carlo. **História da arte como história da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARGAN, Giulio Carlo. **Clássico anticlássico: o Renascimento de Buunelleschi a Bruegel**. São Paulo, Companhia das letras, 1999.

ÀVILLA, Affonso. **Iniciação ao Barroco mineiro**. São Paulo: Nobel, 1984.

ÀVILLA, Affonso e . **Barroco Mineiro**. Glossário de arquitetura e ornamentação. Cia melhoramentos de São Paulo. São Paulo. 1980.

BARLÉU, Gaspar. **História dos feitos recentemente praticados durante oito anos no Brasil**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Ed. da Universidade de São Paulo, 1974. (Reconquista do Brasil, v.5).

BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.-(coleção a)

BEAUDELAIRE, Charles. **Sobre a modernidade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. Tradução Silvia Mazza. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1993. 729p.

BETENDORF, João Felipe. **Crônica da missão dos padres da companhia de Jesus no Estado do Maranhão**. [S.l.: s.n.], 1699.

BETHEL, Leslie (Org.). **História da América Latina Colonial**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1999. V. 2.

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Anais Históricos do Estado do Maranhão(1726-1729)**. Rio de Janeiro :Tipo editor,1988.(coleção documentos maranhenses)

BERREDO, Bernardo Pereira de. **Annaes históricos**. Florença: Typographia Barbera, 1905.

BOXER, Charles R. **A idade do ouro no Brasil**: dores e crescimento de uma sociedade colonial. Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2000.

\_\_\_\_\_. **Império marítimo português: 1415-1825**.Lisboa: Edições 70, [19--].

BRASIL. Ministério do Interior. Fundação Projeto RONDON. **Monumentos Históricos do Maranhão**. São Luis: SIOGE, 1979. il.

CALDEIRA, José de Ribamar C. **O Maranhão na literatura dos viajantes do século XIX**. São Luís: SIOGE/AML, 1991.

CAMARA MUNICIPAL DE LISBOA. **Pelouro da reabilitação urbana dos núcleos históricos**. Mar. 1993.Lisboa.

CAMPELLO, Glauco de oliveira.**O brilho da simplicidade**. Rio de Janeiro. Casa da Palavra. 2001.

CARVALHO, Jacinto de. **Crônica da Companhia de Jesus no Maranhão por** São Luís: Alumar, 1995. (documentos maranhenses)

CARVALHO, João Renor Ferreira de. **Momentos da história da Amazônia**. Imperatriz: Ática, 1998.

**CATÁLOGO DE DOCUMENTOS MANUSCRITOS AVULSOS REFERENTES À CAPITANIA DO MARANHÃO**. Arquivo Histórico Ultramarino de Lisboa. Mimeo, 2000.

CHOAY, Françoise. **Alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade; UNESP, 2001.

CHARTIER, Roger (Org.). **História da vida privada**: da Renascença ao Século das Luzes. São Paulo: Companhia das letras, 1991.

COMISSÃO NACIONAL PARA COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. **Arquitetura militar na expansão portuguesa**: Infante 94.Porto: 1994.

CZAJKOWSKI, Jorge (Org.). **Do cosmógrafo ao satélite**: mapas da cidade do Rio de Janeiro. Texto Celso Castro. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Urbanismo. Centro de Arquitetura e Urbanismo, 2000. Exposição de jul/set/2000.

CUNHA, Manuela Carneiro da (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das letras; Secretaria Municipal da Cultura. Fapesp, 1992.

CUNHA, Gaudêncio. **Maranhão 1908**. Rio de Janeiro: Spala Editora; Andrade Gutierrez, 1987.  
CORREIA, José Eduardo. **Urbanismo da época Barroca em Portugal** .in Coletânea de Estudos do Universo Urbanístico Português 1415- 1822 . Lisboa , 1998 .

**COMISSÃO NACIONAL PARA COMEMORAÇÕES DOS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES**. Universo urbanístico português: 1415-1822. Lisboa. 1998. Coletânea de estudos.

D'ABBEVILLE, Claude. **História da missão dos padres capuchinhos na ilha do Maranhão: 1623**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da USP, 1975. 298p.

D'EVREUX, Yves. **Viagem ao norte do Brasil**. São Luis 1874.

DELSON, Roberta. Marx. **Novas vilas para o Brasil Colonial**. [S. l.]: Editora Alva Ciord., 1997.

ECO, Humberto. **Como se faz uma tese**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

FAUSTO, Carlos. **Fragments de história da cultura Tupinambás** in *Historia do índio no Brasil*. Cia das Letras São Paulo, 1992, págs. 382 – 395.

FERNANDES, Florestan. **A organização social dos Tupinambás**. São Paulo, Difel. 1989.

FERNANDES, Carlos Aparecido. **Deslocamento compulsório de trabalhadores rurais**. Cadernos práticas de pesquisa. Universidade Federal do Maranhão, São Luis. 1998.

FONSECA, Claudia Damasceno. **Agentes e contextos das intervenções urbanísticas das Minas Gerais do século XVIII**, p.80-90 .In revista *Oceanos* .Nº41.jan./março de 2000.Comissão nacional dos descobrimentos portugueses. Gráfica Maiadouro. Lisboa

\_\_\_\_\_. **Do arraial a cidade: a trajetória de Mariana no contexto do urbanismo colonial Português**. In *Universo urbanístico Português (1415-1822)* Coletânea de Estudos .Comissão Nacional para Comemorações dos descobrimentos Portugueses , Lisboa ,Gráfica Maiadouro 1998.p.269-301

GUIA DOS BENS TOMBADOS /Coordenação de pesquisa Maria Elisa Carrazonni.-2ª edição.- Ro de Janeiro: Expressão e cultura, 1987.

GULLAR, Ferreira. **Cidades inventadas**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1997.

GUTIERREZ, Ramon. **Arquitetura latino-Americana**. Tradução Isa Maura Lando. São Paulo: Nobel, 1989. 150p.

HAROUEL, Jean Louis .*História do urbanismo* .Campinas.São Paulo:Papirus,1990.

HERKENHOFF, Paulo (Org.). **O Brasil e os holandeses: 1630-1645**. Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda., 1999.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 21. Ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1989.

HOONAERT, Eduardo (Coord.). **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1977. t. 2.

**JORNADA DO MARANHÃO POR ORDEM DE S. MAJESTADE FEITA NO ANO DE 1614**. Rio de Janeiro: Alhambra; Alumar, 1984.(Documentos maranhenses).

KIDDER, Daniel P. **Reminiscências de viagens e permanências nas províncias do Norte do Brasil: 1815 /1891**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.

LACROIX, Maria de Lourdes Lauande. **A fundação francesa de São Luís e seus mitos**. São Luís: EDUFMA, 2000.

LARA, Silvia Hunold (Org.). **Ordenações Filipinas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999. v. 5.

LAPLANTINE, François. **Aprender antropologia**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

LEFÈVRE, Renée; COSTA FILHO, Odylo. **Maranhão**: São Luís e Alcântara. São Paulo: Nacional; Editora da Universidade de São Paulo, 1971.

LEITE Filho, Deusdedit Carneiro. **Os Sistemas urbanísticos de Alcântara e São Luís do Maranhão**. Colóquio internacional. Universo urbanístico Português. 1415-1822 - Seção V. Coimbra. Março/1999.

LIMA, Carlos. **Vida paixão e morte de Alcântara**. São Luís: SECMA. 1998.

**LIVRO GROSSO DO MARANHÃO**, in anais da biblioteca nacional nº 66. Rio de Janeiro.

LISBOA. Frei Cristóvão de. **História dos animais e árvores do Maranhão 1631**. Rio de Janeiro: Alhambra; Alumar, 1984. (documentos maranhenses)

LISBOA, João Francisco. **Jornal de Timon**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

\_\_\_\_\_. **Festa do divino espírito santo em Alcântara**. Brasília: Fundação Nacional Pró-Memória. 1988.

LOPES, Antônio. **Alcântara**: subsídios para a história da cidade. [S.l.] Ministério da Educação e Cultura, 1957. Publicações do patrimônio histórico e artístico nacional.

LOPES, Raimundo. **Uma região tropical**. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970.

\_\_\_\_\_. **Alcântara**: uma cidade tradicional. São Luís: Fundação Cultural do Maranhão, 1977.

LOPEZ, Adriana. **Franceses e Tupinambás na terra do Brasil**. São Paulo, SENAC, 2001.

LYNCH, Kevin. **A Imagem da cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

MARQUES, César Augusto. **Dicionário histórico e geográfico da província do Maranhão**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fon-fon e Seleta, 1970. 634p.

MARX, Murillo. **Cidade no Brasil em que termos?** São Paulo: Nobel, 1999.

MEIRELES, Mario.M. **João de Barros**: primeiro donatário do Maranhão. São Luís: ALUMAR, 1996.

MELLO, José Antônio Gonçalves de. **Tempos de Flamengos**: influências da ocupação holandesa na vida e cultura do norte do Brasil. Recife: Massangana; Instituto Nacional do Livro, 1987.

MENEZES, José Luis Mota . **Olinda e Recife**. 1537-1630. In revista Oceanos nº41. Lisboa. Gráfica Maiadouro. 2000

\_\_\_\_\_. **Arquitetura e Urbanismo no Recife do Conde João Maurício de Nassau**. In O Brasil e os holandeses (p.86-103). Rio de Janeiro: GMT Editores Ltda., 1999.

MORAES, Padre José de. **História da Companhia de Jesus na extinta província do Maranhão e Pará, 1759**. Rio de Janeiro: IBM, Editorial Alhambra. 1987.

MOTA, Antonia da Silva; Mantovani, Jose Dervil. **São Luís do Maranhão no século XVIII**: a construção do espaço urbano sob a lei das sesmarias. São Luís: FUNC, 1998.

\_\_\_\_\_. **Cripto Maranhenses e seu legado.** São Paulo: Siciliano, 2001. (Série Maranhão Sempre).

MOTA, Antonia da Silva. **Cripto maranhense e seu legado.** São Paulo: Siciliano, 2001. (Maranhão Sempre).

MUNFORD, Lewis. **A cidade na história.** São Paulo: Martins Fontes, 1998.

NOVAIS, Fernando (Coord.). **História da vida privada:** cotidiano e vida privada na América portuguesa. São Paulo: Companhia das letras, 1997.

OMEGNA, Nelson. **A cidade colonial.** [S. l.]: EBRASA/MEC, 1971.

PERRONE-MOISÉS, Leyla. **Vinte luas:** viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil, 1503-1505. São Paulo: Companhia das letras, 1992.

PONTUAL Virgínia. Anotações das aulas de Mestrado em desenvolvimento urbano. Disciplina: Produção do Espaço. São Luís, abril de 2000.

\_\_\_\_\_. **Uma cidade e dois prefeitos:** Narrativas do Recife das décadas de 1930 a 1950. Recife. Editora da Universidade Federal de Pernambuco. Recife 2001.

\_\_\_\_\_. **Postulações; configurações e representações urbanas:** tempos do Recife. UFPE: programa de pós-graduação em desenvolvimento urbano. Mimeo, 2001

PONTUAL Virgínia e Vera Millet. **Olinda: Memória e esquecimento.** Mimeo. Agosto /2001.

PRADO JÚNIOR, Caio. **História econômica do Brasil.** 35. Ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

**PORTUGAL NO MUNDO. História das fortificações portuguesas no mundo.** Direção Rafael Moreira. Publicações alfa

PIANZOLA, Maurice. **Os papagaios amarelos:** Os franceses na conquista do Brasil. São Luís: Secretaria de Cultura do Maranhão; Alhambra, 1992.

PACHECO, Felipe Condurú. **História eclesiástica do Maranhão.** [São Luís]: Departamento da Cultura do Estado do Maranhão, 1968.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Quadro da arquitetura no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Perspectiva, 1983. 211p. (Coleção debates).

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil:** 1500/1720. São Paulo: Pioneira, 1968.

\_\_\_\_\_. **Evolução urbana do Brasil:** 1500/1720. São Paulo: PINI, 2000.

\_\_\_\_\_. **Imagens das vilas e cidades do Brasil Colonial.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Fapesp, 2000.

\_\_\_\_\_. **Notas sobre o urbanismo barroco no Brasil.** In Universo urbanístico Português (1415-1822) Coletânea de Estudos. Comissão Nacional para Comemorações dos descobrimentos Portugueses, Lisboa, Gráfica Maiadouro 1998.p. 469-481

\_\_\_\_\_. **Notas sobre o urbanismo no Brasil** primeira parte: período colonial . In Universo urbanístico Português (1415-1822) Coletânea de Estudos.Comissão Nacional para Comemorações dos descobrimentos Portugueses, Lisboa, Gráfica Maiadouro 1998.P. 485-505

RODRIGUES, José Washt. **Documentário arquitetônico relativo à antiga construção civil no Brasil**. 4ª edição. Belo horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: Editora da universidade de São Paulo, 1979.

ROSSA, Walter. **A cidade portuguesa**: da estética barroca ao fim do classicismo. (mimeo).

ROSSI,Aldo.**A arquitetura da cidade**.São Paulo: Martins Fontes. 1995.

SANTOS, Lúcia Leitão. **Os movimentos desejantes da cidade**. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1998.

SANTOS, Paulo F. **Formação de cidades no Brasil Colonial**. Coimbra: 1968. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros.

SANTOS, Paulo Ferreira. **Formação de cidades no Brasil Colonial**.Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2001.

\_\_\_\_\_. **Quatro Séculos de Arquitetura**. Rio de Janeiro: Fundação Rosemar Pimentel, 1977.

\_\_\_\_\_. **Contribuição ao Estudo da Arquitetura da Companhia de Jesus em Portugal e no Brasil**. Coimbra: 1968. Colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros V.

SILVA NIGRA, Clemente Maria da. Francisco frias de Mesquita, engenheiro-mor do Brasil. **Rev. Patrim. Hist. Artístic. Nacional**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 9-63, 1945.

SILVA, Beatriz Nizza da. **História da colonização portuguesa no Brasil**. Lisboa: Colibri, 1999. Grupo de trabalho do Ministério da Educação para as comemorações dos descobrimentos portugueses.

\_\_\_\_\_. **Dicionário da historia da colonização portuguesa no Brasil**. São Paulo: Verbo, 1994.

SILVA FILHO, Olavo Pereira da. **Arquitetura Luso-Brasileira no Maranhão**. [S. l.]: Fontana. Efecê, 1986.

SUMMERSON, John.**A linguagem clássica da Arquitetura**.São Paulo, Martins Fontes , 1994 .

VAINFAS, Ronaldo. Dicionário do Brasil colonial (1500-1808). Ed.Objetiva.Rio de Janeiro. 2000

VIVEIROS, Jerônimo de. **Alcântara no seu passado econômico, social e político**.- 3ªed.-São Luís: Alumar,1999.-(coleção Documentos Maranhenses N °17)

\_\_\_\_\_. **História do comércio no Maranhão**: 1954/1964. [São Luís]: Lithograf, 1992. Reedição fac-similar promovida pela Associação Comercial do Maranhão.

\_\_\_\_\_. **História do comércio no Maranhão**: 1612/1895. [São Luís]: Lithograf, 1992. v. 1. Reedição fac-similar promovida Associação comercial do Maranhão.

WRIGHT, Robin. **História indígena do nordeste da Amazônia**. In história dos índios no Brasil. Cia. das letras: São Paulo, 1992.

ZANQUETTI, Silvio M. & JOKILEHTO, Jukka. **Reflexões sobre o planejamento da conservação urbana integrada**. Ceci. UFPE. 2001

## REVISTAS

COMISSÃO NACIONAL PARA OS DESCOBRIMENTOS PORTUGUESES. A construção do Brasil urbano. **Rev. Oceanos**, Portugal, n. 41, mar. 2000.

REVISTA DO IHGB –MA. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão N.º 22 São Luis: Lithograf, 1999.

REVISTA DO IHGB –MA. Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Maranhão N.º 23 São Luis: Lithograf, 2000.

REVISTA DO IPHAN .Minc/Iphan. Cidadania N° 24, 1996. Rio de Janeiro

REVISTA OCEANOS N°41.2000. Lisboa

REVISTA DO IPHAN .Minc/Iphan. Cidadania N° 23 1994. Rio de Janeiro

## CATÁLOGOS

Catálogo de resenha de documentos do arquivo ultramarino de Lisboa, 2000.

Fonte de pesquisa para a história do Maranhão - Catálogo da Casa de Cultura Josué Montello, 1992

Catálogo de Dissertações e teses FAUSP. 1994.

Catálogo da Mapoteca do Itamaraty. Rio de Janeiro.

## RELATÓRIOS

1963-Recuperação de Alcântara – **Pedro e Dora Alcântara** MEC/IPHAN

1967-Proteção e valorização do patrimônio cultural Brasileiro no quadro de desenvolvimento turístico e econômico. **Michel Parent**. UNESCO.

1970 Alcântara na história. MEC. mimeo. **Antônio Pedro Gomes de Alcântara**.

1973- relatório e propostas para a conservação, recuperação e expansão de Alcântara, **Viana de Lima**, UNESCO,

1977- Notas sobre Alcântara – **Wit Olaf Prochinik**

1978 - estudo e pesquisa do potencial turístico do Maranhão - Município de Alcântara SIC/SETUR

1980 - Plano de turismo de Alcântara. Roteiro executivo para o Governo do Estado do Maranhão.

1980, mimeo. **Antônio Pedro Gomes de Alcântara**

1987. Uma hipótese de atuação no sítio histórico de Alcântara. Mauro Bondi e Helena Galiza. GT Alcântara. Minc.

## Documentos do arquivo Histórico ultramarino de Lisboa

**Documento 8 - 1616, setembro, 24, Lisboa** - AHU\_ACL\_CU\_009, cx.1,D.8- ofício do capitão-mor do Maranhão ,Alexandre de Moura ao Rei Felipe II, sobre a tomada da fortaleza francesa de São Luís. Faz referencia ao estado geral do Maranhão; ao estabelecimento de índios em Tapuitapera; ao reconhecimento de alguns rios e ilhas; a qualidade da terra e a importância do povoamento da região.

**Doc 266 - 1648**,setembro,12 , Lisboa -AHU\_ACL\_CU\_009,cx.1,D.266 – consulta do conselho ultramarino ao Rei D. João VI sobre o pedido de hábito de cristo para dois índios das aldeias de Tapuitapera e Sergipe

Doc.522- 1667, março, 22, Lisboa - AHU\_ACL\_CU\_009, cx.1,D.522- consulta do conselho ultramarino ao Rei D. Afonso VI sobre o pedido de ajuda de custo feito pelos religiosos capuchos de Santo Antônio do Maranhão e para e a forma de administrar a nação de gentio Araom.

### **Documentos transcritos do cartório do 1º e 2º ofício de Alcântara**

Alcântara no antigo, manuscrito copiado igualmente como estava no livro do tombo por Antônio José tavares, 22 de 10 de 1949, transcrito por Benita Moraes

Levantamento de Inventários realizado pelo GT Alcântara – MINC-1987

1. Dos bens da baronesa de São Bento 1879
2. Casa do SPHAN, Rua das Mercês, 464
3. Sobrado da Praça da Matriz
4. Palácio negro – cadeia sucessória
5. Edificações do Cais do Jacaré

### **Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro/pesquisa em julho de 2001**

#### **GRAVURAS (SETOR DE MANUSCRITOS)**

AT 7-5-24 frei Vicente de Salvador. **Istoria delle guerre** del regno del Brasile accadite tra la corona de Portigallo e la republica de Olanda composta dal P.F.Gio. Giuseppe de Santa Teresa ( parte prima e seconda). Roma, nella stamperia dege ‘ eredi del corbelleti. 1698. 2 partes em um volume, in 4º. São Luis gravuras numero 6 e 7 mapa e vista da cidade

#### **CARTAS**

|               |                                                |
|---------------|------------------------------------------------|
| ARC 28-11 –17 | Carta geográfica da província do Maranhão 1855 |
| ARC 4-3-20    | Carta geométrica                               |
| ARC 4-1-17    | Carta geométrica                               |
| ARC 24-11-7   | mapa do MA, PI e CE, 1761.                     |
| ARC 25-11-11  | plano da barra                                 |
| ARC 23-4-13   | mapa das villas                                |
| ARC 25-1-8    | mapa de Cumã                                   |
| ARC 30-1-4    | São Luis e Alcântara 1761                      |

#### **MAPOTECA**

**Portugallie Monumenta Cartographica**, volume I, II, III, IV, V e VI, por Armando Cortesão e Avelino Teixeira, Lisboa 1960, reprodução fac similada da edição de 60. Imprensa nacional, Casa da moeda. 1987.

Estampa 452d – tapuitapera 22ª carta

1616- 18ª carta

1626-22ª carta

1628- não tem

1630- nada

1631-33ª carta – mesmo do livro da Isa Adonias

1632- fol 40 v –41 Rios do Pará e Maranhão

1640-29ª carta aldeia dos brancos e tapuitapera = Isa adoniais

#### **Setor OBRAS RARAS- Biblioteca nacional –RJ**

**Livro Grosso do Maranhão**, in Anais da Biblioteca Nacional Nº 66

Códice da Biblioteca nacional intitulado cartas e ordens régias, Alvarás e provisões 1647-1745 cópia do códice CXV/2-18 do livro das Leyes e ordens régias para o Estado do Maranhão.

#### **INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DO RIO-IHGB**

##### **Conselho ultramarino, manuscritos de 1751 a 1769**

**ARQ.1.1.12-** santo Antônio de Alcântara, descrição da villa de....no continente da capitania de São Luís do Maranhão chamada de tapuitapera em que dizer terra desamparada dos tapuios

**Conselho ultramarino volume 12 tomo II p.119**

**ARQ.1.1.11-**Santo Antônio de Alcântara, viagem a villa de ...em 1759

**Conselho ultramarino volume 12 tomo II p.119**

##### **Ordenações do Reino, 1642**

Lata 359 doc.10 – Alvarás e decretos, leis e assuntos.

Leis, lata 99. Doc. 2 Alvarás e cartas e decreto de 1603 a 1620

Leis, lata 99. Doc. 3 Alvarás e cartas e decreto de 1620 a 1640

Livros consultados, biblioteca IHGB.

107,6,18 El maragnon, historia de los descubrimientos. Padre Manuel Rodrigues, Madrid, 1684.

75,2,40 maragnon, espanhol. historia de mission da cia de Jesus por José Chantre Herrera 1637-1767, Madrid 1901

#### **Sites na internet consultados**

Biblioteca nacional de Lisboa. Disponível em: <<http://www.bn.pt>>. Acesso em: jul. 2000.

Torre do tombo <http://www.iantt.pt>

Arquivo ultramarino de Lisboa <http://www.iict.pt/ahu>

Arquivo virtual da cartografia portuguesa <http://www.urban.instce.pt>

Revista oceanos <http://www.cncdp.pt/oceanos>

#### **CDROOM**

Barléu, Gaspar. Historia dos feitos recentemente praticados no Brasil. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

Arquivo virtual da cartografia portuguesa

Mapa digital de Alcântara. GPS. MINC -Prefeitura Municipal, executado pela Padron., 2000.

Imagens das vilas e cidades do Brasil colonial. Nestor Goulart reis filho. Imprensa oficial